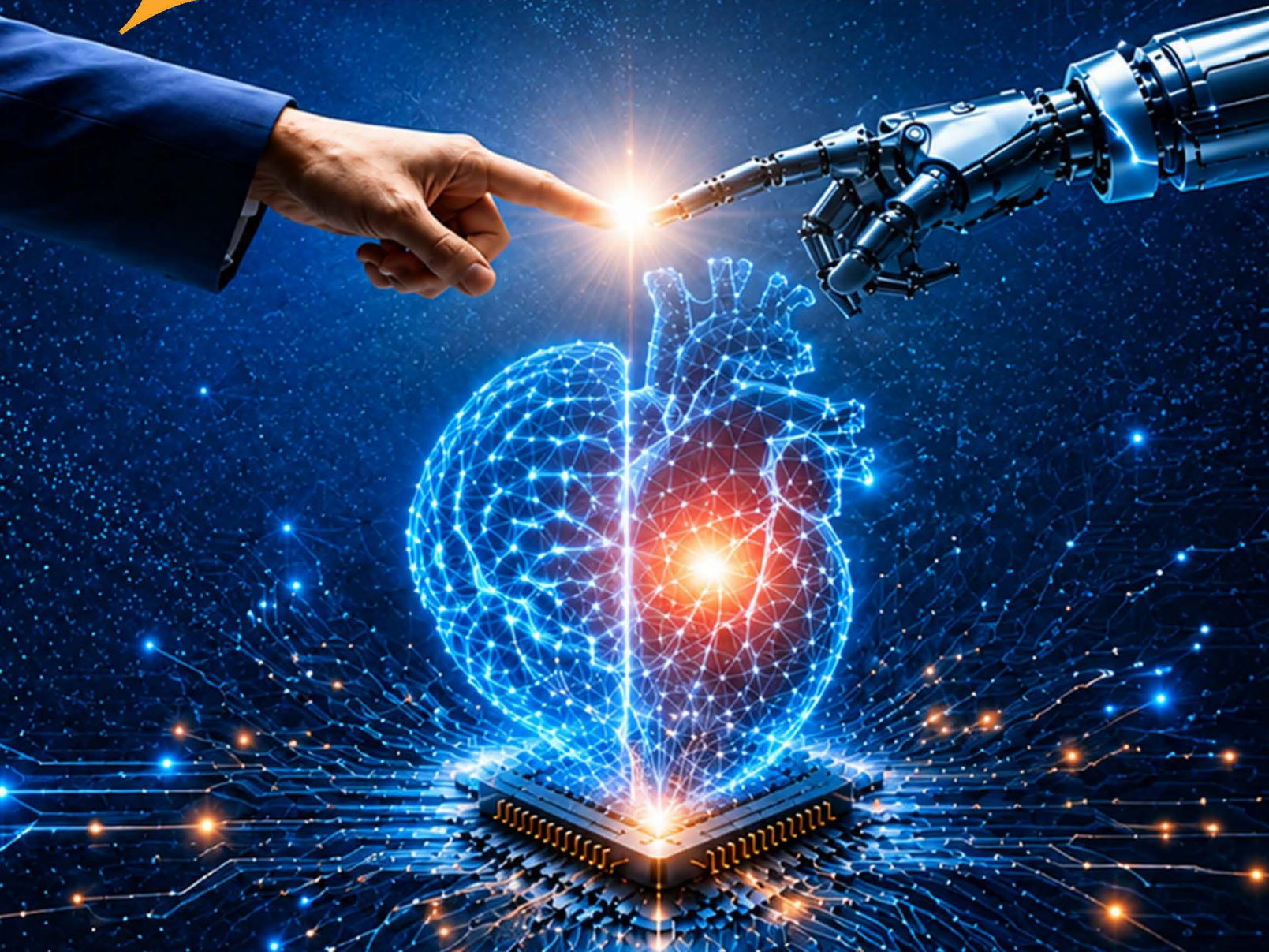


REVISTA DO
**FÓRUM AGOSTINIANO
DE EDUCAÇÃO 2026**



INOVAÇÃO



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL



VALORES AGOSTINIANOS

Rede
LiUs
Agostinianos



EXPEDIENTE EDITORIAL

Publicação institucional do Fórum Agostiniano de Educação 2026

Coordenação Geral

Paulo Roberto Vidal de Negreiros

Conselho Editorial

Alessandra Dias Franca Mendes
Aline Marian Duarte Lima
Cláudia Naves
Fr. Eberson Dionisio Naves
Karina Sarsur de Paula
Paulo Roberto Vidal de Negreiros
Ricardo Frederico Gouveia da Silva
Tatiane Aparecida de Almeida
Tiago Felipe da Silva

Organização do Dossiê Temático

Alessandra Dias Franca Mendes
Paulo Roberto Vidal de Negreiros
Tatiane Aparecida de Almeida

Revisão Textual

Fátima Campos

Projeto Gráfico e Diagramação

Intra Comunicação

Produção Editorial

Rede Lius Agostinianos

Colaboradores desta edição

Aline Ferreira Gonçalves
Ana Cristina Gonçalves Carvalho
Bruno Márcio de Castro Reis
Fr. Eberson Dionisio Naves
Fr. Jeferson Felipe Gomes da Silva Cruz
Fr. Luiz Antônio Pinheiro
Padre Arnaldo Rodrigues
Paulo Roberto Vidal de Negreiros
Renato Daniel Araújo de Faria
Tatiane Aparecida de Almeida
Tiago Felipe da Silva

Periodicidade

Bienal

Contato

paulo.negreiros@redelius.com.br

Direitos autorais

Os textos publicados nesta edição são de responsabilidade de seus autores e autoras e não expressam, necessariamente, a opinião da instituição organizadora. É permitida a reprodução parcial dos conteúdos, desde que citada a fonte.

Tema desta edição

Inovação, Inteligência Artificial e Valores Agostinianos



3 EDITORIAL

5 ARTIGOS

- 5 **Bloco I — Fundamentos: compreensões e perspectivas conceituais**
- 6 Inovação, Inteligência Artificial e Valores Agostinianos
- 17 Educação, Inteligência Artificial, Ética e Espiritualidade: desafios e oportunidades para uma nova humanidade
- 20 O Papa Leão XIV e a Inteligência Artificial
- 27 **Bloco II — Tensões e discernimentos: desafios éticos e formativos**
- 28 IA e desejo: o papel da subjetividade em uma educação humanizadora
- 33 Currículo e inovação: perspectivas para uma educação evangelizadora
- 40 **Bloco III — Horizontes pedagógicos e pastorais: caminhos para a prática educativa**
- 41 Inteligência artificial responsável: fundamentos éticos, diálogo interdisciplinar e desafios pedagógico-pastorais
- 51 Entre telas e virtudes: a regulação infantil à luz dos valores agostinianos
- 57 Mediação docente na era da inteligência artificial

63 ENTREVISTA

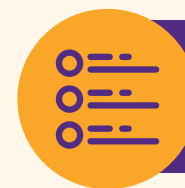
- 64 Os desafios contemporâneos da inovação educacional e da inteligência artificial na formação humana.

71 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E PASTORAIS

- 72 Educere – Educação Corporativa Agostiniana promove 1º Ciclo Formativo em Inteligência Artificial e fortalece cultura de inovação educacional
- 76 Oficinas do Fórum Agostiniano 2026
- 77 O agente é você!
- 78 Da avaliação à inteligência educacional: IA e método para educadores
- 79 IA e educação: entre o algoritmo e o desejo
- 80 Agentes de Inteligência Artificial na prática docente: curadoria, análise e qualificação de avaliações
- 82 IA como parceira na criação de apresentações: mais impacto, mais eficiência, menos retrabalho
- 83 Como liderar um time de IA? Criando, desenvolvendo e gerenciando colaboradores não humanos
- 84 Costura de Ideias: letramento criativo para design de projetos
- 85 Tribunal das IAs: discernir, comparar e humanizar respostas

86 VOZES QUE INSPIRAM O NOSSO DIÁLOGO

91 PARA CONTINUAR O CAMINHO...



EDITORIAL

A discussão acerca das tecnologias digitais e de sua articulação com a prática pedagógica ganha destaque nos debates educacionais contemporâneos, especialmente diante das transformações sociais, culturais e tecnológicas que incidem diretamente sobre o trabalho docente.

Esta revista tem como objetivo registrar e sistematizar reflexões e estudos, de caráter acadêmico e normativo, que permeiam os desafios da educação no contexto da cultura digital, contribuindo criticamente para os saberes pedagógicos e sua materialização na prática educativa da escola agostiniana. Parte-se da compreensão de que a escola ocupa um lugar que ultrapassa a dimensão meramente técnica do ensino, constituindo-se como espaço privilegiado de formação humana integral.

Os autores dos artigos foram convidados a desenvolver produções teóricas inspiradas na temática do Fórum Agostiniano de Educação: **Inovação, Inteligência Artificial e Valores Agostinianos**. Não se trata de três temas isolados, mas de uma problemática transversal, que articula dialeticamente essas dimensões e desafia a educação a construir respostas capazes de integrar desenvolvimento tecnológico, inovação pedagógica e formação humana.

De modo singular, o tema do Fórum inicia-se pela palavra **inovação**, uma vez que esta representa uma das demandas mais urgentes diante de uma sociedade marcada por transformações sem precedentes. Em tempos de **inteligência artificial**, mudanças profundas e ainda pouco compreendidas remodelam as formas de produzir conhecimento, comunicar-se e aprender. Nesse contexto, a escola é interpelada a construir respostas inspiradas nos **valores agostinianos**, capazes de contribuir para o desenvolvimento da sociedade sem perder de vista a centralidade da pessoa humana.

Uma breve retrospectiva dos séculos XIX e XX permite constatar que as grandes transformações econômicas, sociais, culturais e tecnológicas vivenciadas em diferentes períodos históricos impulsionaram sucessivos movimentos de inovação educacional. A história da pedagogia demonstra que as inovações educacionais raramente ocorreram de forma isolada; ao contrário, emergiram como respostas aos desafios de cada época.

No século XIX, a expansão da Revolução Industrial provocou profundas mudanças na economia e na organização do trabalho. O crescimento das fábricas e das cidades exigiu uma nova configuração dos sistemas escolares. Consolidou-se, então, a chamada pedagogia tradicional, caracterizada pela centralidade do professor, pela disciplina, pela transmissão de conteúdos e pela organização sistemática do tempo e do espaço escolar.

Ao mesmo tempo, surgiram pensadores que passaram a valorizar o desenvolvimento integral da criança, considerando aspectos afetivos, morais e intelectuais, além de reconhecer a importância da educação infantil para o desenvolvimento humano.

Ao longo do século XX, diversos movimentos pedagógicos buscaram renovar a educação em resposta às transformações científicas, urbanas e sociais. O avanço das ciências, a consolidação das democracias modernas e as mudanças culturais impulsionaram o movimento da Escola Nova, que colocou o estudante no centro do processo educativo. O aluno passou a ser compreendido como sujeito ativo da aprendizagem, e a educação passou a valorizar a experiência, a investigação e a resolução de problemas como elementos fundamentais para a formação humana e social.

Posteriormente, a industrialização avançada, a urbanização acelerada, os conflitos mundiais

e a ampliação dos direitos sociais estimularam novas reflexões pedagógicas. Fortaleceu-se a defesa de uma educação comprometida não apenas com a formação acadêmica, mas também com o desenvolvimento de indivíduos críticos, criativos, participativos e conscientes de seu papel na sociedade.

Na segunda metade do século XX, o avanço das tecnologias da informação e da comunicação começou a transformar significativamente as formas de ensinar e aprender. O surgimento da televisão, dos computadores e, posteriormente, da internet trouxe novos desafios para a educação, exigindo metodologias mais dinâmicas, interativas e contextualizadas. A escola passou a ser convocada a desenvolver competências e habilidades capazes de preparar os sujeitos para lidar com grandes volumes de informação e com a crescente velocidade das mudanças sociais e tecnológicas.

Esse breve percurso histórico evidencia que a pedagogia esteve permanentemente em diálogo com as demandas da sociedade. As transformações econômicas, tecnológicas, culturais e sociais influenciaram diretamente a redefinição dos objetivos da educação e dos métodos de ensino. Como resultado, constituiu-se um amplo repertório teórico que hoje fundamenta a prática pedagógica. Metodologias ativas, pedagogia de projetos, ensino contextualizado, desenvolvimento do pensamento crítico, estímulo à criatividade, à curiosidade, à autonomia e à colaboração são expressões dessa tradição que continua a orientar o trabalho educativo.

A chegada do século XXI anuncia um novo diagnóstico da realidade social. Globalização, cultura digital, inteligência artificial e acelerado desenvolvimento tecnológico configuram um cenário marcado por desafios inéditos. Embora a tradição pedagógica permaneça indispensável para a prática docente, ela já não é suficiente, por si só, para responder às complexidades da contemporaneidade.

É nesse contexto desafiador que se insere o Fórum Agostiniano de Educação e a presente publicação. Ambos representam uma oportunidade de reflexão, estudo e partilha

entre educadores e educadoras comprometidos com a ressignificação da educação agostiniana diante das exigências do mundo atual.

O dossiê desta edição propõe refletir sobre as relações entre inovação, inteligência artificial e valores agostinianos, compreendendo que o avanço tecnológico não pode ser dissociado da formação integral da pessoa. Trata-se de pensar possibilidades de renovação da prática educativa à luz da tradição agostiniana, para a qual a inovação não constitui um fim em si mesma, mas uma oportunidade de aprofundar a interioridade, fortalecer a vida em comunidade e orientar a busca pela verdade.

Nesse horizonte, a inteligência artificial, ao mesmo tempo que amplia as possibilidades de acesso ao conhecimento, exige discernimento crítico, responsabilidade ética e mediação pedagógica qualificada. Seu papel não deve ser o de substituir o pensamento humano, mas o de potencializar sua autonomia, criatividade e capacidade de reflexão. Educar nesse contexto implica formar sujeitos capazes de utilizar a tecnologia de maneira consciente, solidária e comprometida com a dignidade humana, mantendo viva a inquietação que impulsiona o aprender e confere sentido ao ato de educar.



Paulo Roberto Vidal de Negreiros

Diretor de Educação
Gerente Interino de Identidade e Pastoralidade
Rede Lius Agostinianos



ARTIGOS

Bloco I — Fundamentos: compreensões e perspectivas conceituais

Este bloco reúne reflexões introdutórias sobre cultura digital, inteligência artificial e espiritualidade, buscando compreender os desafios e as possibilidades que emergem no contexto da Educação Católica. A partir de diferentes perspectivas teóricas e formativas, os textos propõem um olhar crítico e humanizador sobre as transformações tecnológicas contemporâneas, reafirmando a centralidade da pessoa, do diálogo e da formação integral à luz dos valores cristãos e da tradição agostiniana.

INOVAÇÃO, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E VALORES AGOSTINIANOS



Luiz Antônio Pinheiro, OSA

O Fórum Agostiniano de Educação: uma resposta aos desafios da era digital

Para falar de inovação e inteligência artificial (IA), já dispomos de uma vasta literatura, que pode ajudar-nos em nossa reflexão e fazer pedagógicos. Várias dessas referências aparecem na produção realizada para este fórum. Para explicitar os valores e particularmente os valores agostinianos, temos também um considerável referencial, que gostaria de explicitar, sobretudo em relação ao grande desafio da era digital, que é a inteligência artificial.

Posso afirmar que, de uma forma ou de outra, a inovação sempre esteve presente entre nós, a começar do sonho visionário de Frei Carlos Vicuña quando, com poucos recursos, inaugurou, em 1934, o Colégio Santo Agostinho, na jovem e promissora capital do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte. Ao longo de sua história, a Escola Agostiniana enfrentou muitos desafios que, de maneira inovadora, lhes permitiram chegar até aqui.

Começo por destacar o documento **Caminhar Juntos: avancemos na inovação da Escola Agostiniana**, cuja intencionalidade constitui uma resposta inovadora diante do chamado do Papa Francisco para participarmos do **Pacto Educativo Global**. Em outubro de 2025, o Papa Leão XIV enviou-nos a **Carta Apostólica “Traçar novos mapas de esperança”**, na qual afirma que nos encontramos diante do “imperativo de atualizar as propostas”

do documento *Gravissimum Educationis*, do Concílio Vaticano II, à luz dos sinais dos tempos.

Além desses documentos, quero destacar outros que podem nos ajudar nesta reflexão, de maneira especial com relação aos valores fundamentados na visão cristã do ser humano: *Antiqua et nova*: nota sobre a relação entre a inteligência artificial e a inteligência humana (Dicastérios para a Doutrina da Fé e para a Cultura e a Educação, 2025); *Quo vadis, Humanitas?*: reflexão sobre a antropologia cristã perante alguns cenários sobre o futuro do ser humano (Comissão Teológica Internacional, 2026); e, evidentemente, a Carta Encíclica de Leão XIV **Magnifica Humanitas**: sobre a salvaguarda da pessoa humana na era

da inteligência artificial (2026).

O **Fórum Agostiniano de Educação**, que a partir de agora se torna um “**programa institucional**” da Rede Lius Agostinianos, quer ser uma contribuição, com uma reflexão sistemática que possa inspirar ações inovadoras acerca dos grandes temas que desafiam a Educação do Século XXI. Uma reflexão feita a partir de nossas experiências, estando conectadas com o mundo em que vivemos. Uma reflexão e prática iluminadas pela espiritualidade agostiniana. Nesse sentido, instaura-se como uma “práxis pedagógica”, do dizer de Paulo Freire.

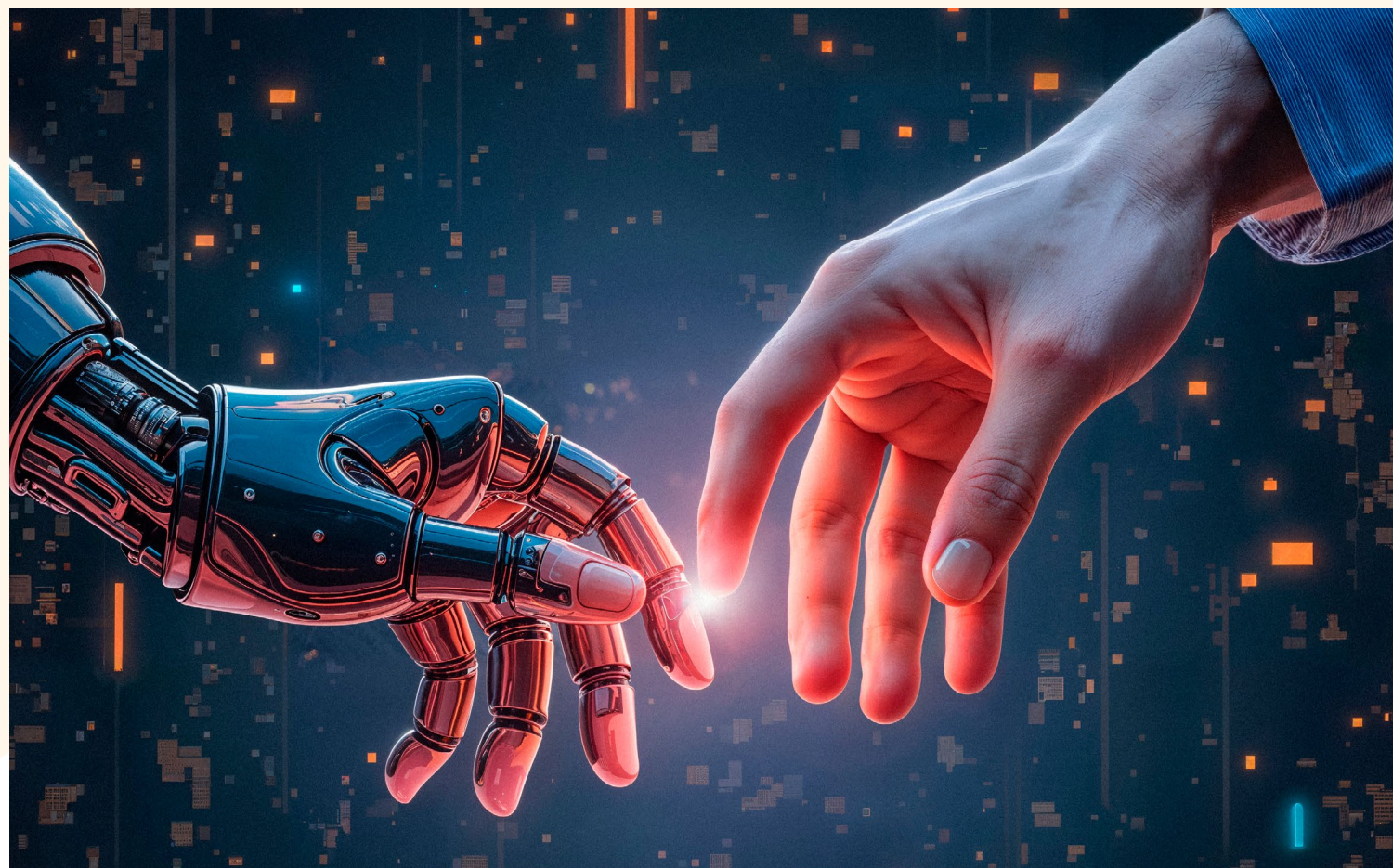
A iniciativa é uma definição do Conselho Provincial da Província Agostiniana Nossa Senhora da Consolação do Brasil, encarregado à Presidência da SIC. Como programa institucional, ele é confiado à Diretoria de Educação, responsável por operacioná-lo. O tema indicado para esta segunda edição, “**Inovação, inteligência artificial e valores agostinianos**”, deve ser compreendido numa relação dialética, pois não se trata de abordar três temas de forma isolada, uma vez que estamos diante de uma temática transversal, que envolve dialéti-

camente as três esferas temáticas.

Vamos partir do conceito de inovação. Do ponto de vista etimológico, o termo compõe-se do prefixo *in* + substantivos *ovum* e *actio*: *ovum* = ovo, início; *actio* = ação. Por exemplo, a expressão jurídica, *ab ovo* (desde o início) nos dá essa ideia. *In-ov-actio* significa, pois, uma imersão a partir da origem. Filosoficamente é a irrupção de uma novidade que dá uma nova visão à maneira de conceber uma realidade. Do ponto de vista teológico, a inovação é um ato propriamente divino, associado à criação e contínua recriação da parte de Deus: “Eis que faço novas todas as coisas” (Ap 21,5). O ser humano é chamado a participar do ato criador de Deus. É nessa perspectiva que a técnica, a tecnologia, a IA são vistas como um processo criativo da inteligência humana, considerada um dom do Criador.

De acordo com um dos mecanismos de IA, inovação é a criação ou implementação de um produto, serviço, processo ou modelo de negócio novo ou significativamente melhorado, que agrega valor ou resolve problemas de forma eficaz. É um conceito amplo que engloba tanto a criação do zero quanto o aprimoramento do existente, sendo fundamental para o progresso econômico e social, além de gerar competitividade para empresas e novas oportunidades no mercado.

A **inovação aplicada à educação**: envolve a adoção de novas práticas, métodos e tecnologias para melhorar a qualidade do ensino, para promover a aprendizagem e preparar os estudantes para os desafios atuais, como o uso de metodologias ativas, recursos de inteligência artificial, e até a criação de novos currículos, como o empreendedorismo e a sustentabilidade. É um processo multifacetado que vai além da tecnologia, focando na melhoria dos processos de aprendizagem, no engajamento dos alunos e na adaptação às novas necessidades do mercado de trabalho.



Manifesto Institucional, Inovação e Inteligência Artificial

O Manifesto Institucional Agostiniano **Fé, Ciência e Cultura**, por sua vez, correlaciona-se com os pilares da espiritualidade agostiniana: **interioridade, comunidade e serviço**, que são as diretrizes inspiradoras e iluminadoras do fazer pedagógico da Escola Agostiniana. O Manifesto indica o caminho a ser percorrido para que se possa consolidar a inovação da Escola Agostiniana em todas as dimensões declaradas, tendo os pilares como indicadores da excelência pedagógica agostiniana. Ele norteia as várias dimensões propostas, como ilustrado na “mandala”: dimensão humano-cristã agostiniana (educar para a vida em comunidade), dimensão acadêmica (educar para a inquietude) e dimensão cidadã-planetária (educar para o serviço à humanidade). Essas dimensões, em sua circularidade, apontam uma para a outra, completando-se e dinamizando-se.

Dentro dessa compreensão, o Manifesto já se apresenta como um **referencial inovador**, pois une tradição e inovação diante de um mundo em contínuas e rápidas transformações. Face a esse mundo cambiante, caracterizado como “era das acelerações”, algumas análises apontam que terá sucesso e será vitorioso quem conseguir adaptar-se a esse ritmo acelerado de transformações, marcadamente nesta que também se intitula *digital age* – era digital. Mas em nossa prática educativa, a autêntica inovação, que tem uma perspectiva humanizadora, deve superar a cultura do descartê e reafirmar a cultura da inclusão, representada sobretudo na importância que damos às escolas sociais. Ninguém pode ficar para trás.

É um equívoco pensar que a inovação diga apenas respeito à tecnologia, às grandes inovações disruptivas. Essas são, sem dúvida, importantes para o avanço da ciên-

cia, do conhecimento, do melhoramento do mundo. No entanto, muitas inovações se constroem no cotidiano. Grandes inovações surgiram a partir da rotina, muitas vezes monótona e aparentemente desprovida de importância.

Devemos considerar também a rotina pedagógica e a pedagogia do cotidiano. Queremos contemplar a inovação do fazer pedagógico realizado no chão da escola, do dia a dia, onde se constrói o saber, por meio das relações, interações, intuições. Por isso, a partir deste fórum, faço o convite para se considerar as inovações que certamente se dão desde as iniciativas dos serviços fundamentais de limpeza, manutenção, portaria, presença no pátio, secretarias, administração até as salas de aula, as supervisões, gestões, diretorias das unidades e diretorias institucionais, entre elas a recém-criada Diretoria de Inovação e Crescimento, e, sem dúvida, os assistentes religiosos, a direção geral e a presidência da SIC, com responsabilidade estratégica na Escola Agostiniana. Nosso Mapa Estratégico se mostra, é preciso dizê-lo, como um robusto instrumento inovador, que pensa o presente e futuro da Rede Lius Agostinianos.

Temos diante de nós o enorme desafio da tecnologia para o fazer pedagógico agostiniano e, de maneira particular, o papel da inteligência artificial. O Papa Francisco e o Papa Leão XIV chamam a atenção para a primazia do *humanum* ao considerarmos as IAs. Elas são um instrumento valioso que pode colaborar enormemente para o bem da humanidade, sobretudo para a construção da paz. Mas eles alertam que há riscos que envolvem tanto a sua criação como gestão, manipulação e utilização.

Não podemos desconsiderar, por exemplo, a advertência de um dos maiores peritos mundiais nesse tema, Yuval Harari, que alerta ser a IA um agente, que interage com os seres humanos e já está tomando decisões em várias áreas. Seja como

for, temos que compreender esse novo contexto, os desafios e a tarefa irrenunciável de educadores que temos no cenário do século XXI. De que maneira os valores agostinianos se apresentam como critérios para a inovação e a interface como a IA? É o que quero desenvolver a seguir.

Fundamentação dos valores agostinianos

Tanto na pedagogia como em outras áreas do saber, comumente falamos em fundamentos, princípios e critérios. Eles formam uma hierarquia lógica de ideias em qualquer área do conhecimento e diferem pelo seu nível de abstração e aplicação: fundamentos são a base; princípios são as diretrizes filosóficas; e critérios são as medidas práticas. A relação e a diferença entre eles podem ser entendidas da seguinte forma:

Fundamentos: são as bases, os pilares ou as verdades essenciais sobre as quais algo se sustenta. Representam o “porquê” existencial. Por exemplo, na pedagogia agostiniana, o Evangelho e a Regra de San-

to Agostinho se fundamentam no duplo mandamento do amor a Deus e ao próximo. No corpus da Doutrina Social da Igreja (DSI), seus fundamentos são o ser humano, a imagem do Deus trinitário e a igual dignidade de todos os seres humanos, de onde se deduz o altíssimo valor dos direitos humanos (cf. *Magnifica Humanitas* [MH] 48-58). Dessa visão antropológica, fundamentada nas Sagradas Escrituras e na Tradição da Igreja, decorrem, na pedagogia agostiniana, a centralidade da pessoa, a importância da comunidade e o serviço para a cidadania planetária.

Princípios: são as diretrizes, os valores ou as regras de conduta que norteiam o pensamento e a interpretação. Representam o “que” deve ser seguido ou alcançado. Servem para limitar e guiar a ação. Leão XIV enumera os seguintes princípios da DSI: a promoção do bem comum, a destinação universal dos bens, a subsidiariedade, a solidariedade, a justiça social, a paz e a integridade da criação (MH 59-81). Aplicados à pedagogia agostiniana, no Marco Doutrinal de nosso Projeto Político Pedagógico (PPP), eles são assim formulados: ativar potencialidades e valores presentes no educando; despertar, provocar, estimular o sentido do que de melhor há no ser humano; acender a luz interior do discípulo; criar consciência, levantar questionamentos, estimular a busca de respostas adequadas; suscitar a própria originalidade, criatividade e liberdade; incentivar a desenvolver a própria singularidade e originalidade; ajudar a aflorar a pessoa interior; apontar caminhos, possibilidades, acender luzes; cultivar o coração, afinar sensibilidades, educar para o amor; ser parceiro da vida que pulsa por nascer.

Critérios: são os parâmetros, as regras ou os indicadores específicos usados para avaliar, medir ou tomar uma decisão prática. Representam o “como” medir, julgar ou executar algo. Ao abordar a salvaguarda da pessoa humana na era da inteligência artificial, Leão XIV ressalta que,



diante desse cenário, não basta elencar princípios éticos para o uso da IA, mas é necessário também identificar os poderosos grupos que patrocinam a tecnologia, os interesses por trás desse poder tecnológico, a engenharia das programações, a que causas servem de fato os algoritmos. Pois as IAs não são neutras, elas expressam uma visão de mundo, de pessoa, representam interesses, incidem na vida das pessoas, moldam mentalidades e comportamentos. A esse respeito, ele pondera:

Ante essa concentração de poder no mundo digital, os grandes princípios da Doutrina Social da Igreja tornam-se critérios para avaliar e discernir o novo cenário: a dignidade inalienável da pessoa, o bem comum, a destinação universal dos bens, a subsidiariedade e a justiça social. Esses princípios exigem que se verifique se o poder das infraestruturas digitais e dos algoritmos favorece realmente a participação e a responsabilidade, protege os mais frágeis, assegura um acesso equitativo às oportunidades e permanece orientado para o bem de todos (MH 96).

Em termos de critérios, no que tange à excelência da pedagogia agostiniana, podemos lembrar o processo de construção dos indicadores da excelência, em cada uma das dimensões: humano-cristã agostiniana, acadêmica e cidadã planetária. Assim, a relação prática ocorre em sequência: os **fundamentos** da Espiritualidade Agostiniana (alicerces) inspiram os **princípios** da pedagogia agostiniana (diretrizes orientadoras) que, por sua vez, se desdobram em **critérios** mensuráveis e objetivos para a tomada de decisões no fazer pedagógico. Os valores agostinianos explicitam, como base, método e meta, a educação integral que nos propomos a desenvolver.

Os valores agostinianos

A **educação integral** privilegia como método pedagógico a vivência e transmissão de **valores**. Os valores são uma qualidade das coisas, das pessoas, da vida, pelos quais

apreciamos, damos peso e importância às próprias coisas, às pessoas, à vida. São princípios que permitem orientar nosso comportamento em função de nossa realização pessoal, da convivência com as pessoas e de nossa maneira de interagir com a natureza e conduzir a vida. São crenças ou critérios fundamentais que nos ajudam a preferir, apreciar, priorizar e optar por alguma coisa ou comportamento ao invés de outro. Os valores são algo vivido, que o sujeito descobre e sente em seu interior, frente ao que o rodeia e frente a si mesmo.



Os **valores agostinianos** constituem uma riquíssima gama de valores sedimentados na cultura humanística e na tradição cristã, a partir da genialidade de Santo Agostinho. Normalmente são sistematizados a partir destes conceitos: inquietude, busca, verdade, sabedoria, interioridade, amizade, comunidade, liberdade, solidariedade, justiça, amor e transcendência. Em nosso manifesto, eles foram elencados e reinterpretados da seguinte maneira: espiritualidade humano-cristã, excelência,

inquietude agostiniana, vida em comunidade, tradição, ecologia integral e ética.

Ao falarmos de **espiritualidade humano-cristã**, devemos ter em conta a maravilhosa síntese que Agostinho fez entre a paideia clássica e a sabedoria do evangelho, conjugando razão e fé. Há um imperativo categórico que constituía um código ético compartilhado pelas civilizações antigas e que conserva toda a atualidade: “Não faças a ninguém o que não gostarias que te fizessem”, dito de maneira positiva: “Aquilo que queres que te façam, faz-o também às pessoas”. Jesus traduziu esse imperativo no duplo mandamento do amor: “Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, de toda a inteligência. Este é o primeiro e grande mandamento. O segundo é semelhante a este: amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Mt 22,37-39). As bem-aventuranças, contidas no “Sermão da Montanha”, explicitam o espírito e a vivência concreta desses mandamentos (cf. Mt 5 a 7).

O **amor** constitui para Agostinho a chave hermenêutica de sua espiritualidade, estando presente na sua concepção monástica, na interpretação das Escrituras, em sua filosofia, teologia e pedagogia. Suas obras estão repletas de reflexões sobre a importância do amor na vida, particularmente na pedagogia: “Se calas, clamas, corriges, perdoas, cala, clama, corrige, perdoa por amor. Se dentro está a raiz do amor, dela não pode brotar mal algum” (AGOSTINHO, *Comentários à Carta João VII*, 8).

Ao falar para os influenciadores católicos e aos missionários digitais (29/07/2025), Leão XIV chamou a atenção para a “cultura tecnológica”, em que a IA está presente em tudo, incidindo em todos os campos da vida, e acrescentou: “Este é o desafio que devemos enfrentar: refletindo sobre a autenticidade do nosso testemunho, sobre a nossa capacidade de ouvir e de falar; de compreender e de ser compreendido. Temos o dever de trabalhar juntos para desenvolver um um pensamento e uma

linguagem que, sendo frutos do nosso tempo, deem voz ao Amor”.

A palavra **excelência** deriva do termo em latim *excellētia*, que significa grandeza, elevação ou superioridade. Por sua vez, esse substantivo deriva do verbo *excellere*, que significa erguer-se, elevar-se ou ir além. Historicamente, a palavra está ligada à ideia de estar em um lugar mais alto, destacar-se ou sobressair-se em relação aos demais. O conceito também é muito associado à antiga filosofia grega, onde areté era o termo utilizado para descrever a excelência ou virtude no cumprimento de uma função ou propósito. Ao falarmos em **excelência pedagógica agostiniana**, referimo-nos à qualidade, capacidade ou expertise de elevar-se e sobressair-se na educação integral de nossos educandos, tendo como base o humanismo cristão agostiniano.

Santo Agostinho, em sua obra *Os costumes da Igreja Católica*, afirma que “ninguém, por certo, duvida de que a virtude torna a alma ótima [excelente]”. Agostinho utiliza a palavra *optima* (superlativo de *bona*, indicando o grau máximo de bondade, perfeição ou excelência), aplicada à alma humana (vale dizer à pessoa considerada integralmente). Para Agostinho, a bus-



ca por tornar a alma “excelente” (*optima*) resume todo o propósito da formação e da existência humana. A virtude (*virtus*) é um caminho de desenvolvimento humano integral: a verdadeira excelência não provém de bens exteriores (como riqueza ou fama) e nem puramente de capacidades físicas, mas sim do cultivo das virtudes (podemos traduzir também por “valores”). Há uma íntima conexão com o amor: a virtude é a “ordem do amor” (*ordo amoris*). Formar uma alma excelente significa ensinar o ser humano a amar o que é verdadeiramente valioso. Para Agostinho, os *virii optimi* (homens excelentes) são aquelas pessoas de caráter elevado, que direcionam a inteligência e a vontade para a busca honesta da verdade e do bem comum.

A **inquietude** é um estado, condição ou situação de desassossego, insatisfação ou incompletude, que impulsiona a buscar uma tranquilidade, paz ou realização que não se encontram nos bens materiais, nem em cargos e funções, ou mesmo nas pessoas. Nesse sentido, a inquietude impulsiona para o desenvolvimento pessoal, a superação dos desafios. Ela tem a ver com a transcendência. A inquietude move para a busca de um algo mais, na verdade, um Alguém, que é Deus. Agostinho sempre foi um buscador inquieto da felicidade e da verdade. Levantou perguntas fundamentais, que toda pessoa, cedo ou tarde, também se faz: Por que existo? Quem sou eu? Qual a origem de tudo o que existe? De onde vem a vida? Qual o sentido da vida? Por que há dor, sofrimento, injustiças, violências, opressões? O que é e de onde vem o mal? E a morte? Há vida depois da morte? Se existe, como é? O ser humano, coração inquieto, é assim, uma “grande questão”, um “peregrino em trânsito”, um “mendicante de luz”, uma criatura “capaz de Deus”, um “deus criado”, um “companheiro de caminho”, “uma parcela” da imensa criação de Deus: “Fizeste-nos para Ti, Senhor, e o nosso coração está inquieto enquanto não descansar em Ti” (AGOSTINHO, *Confissões* I,1,1).



A **vida em comunidade** constitui um dos pilares da espiritualidade agostiniana. A educação é obra comunitária. Por isso é necessária toda uma “aldeia que educa”, como propõe um de nossos programas. Nosso lema “Gente que forma gente” sente-se reforçado quando o Papa recorda que “A educação cristã é uma obra coral: ninguém educa sozinho. A comunidade educativa é um ‘nós’ em que o docente, o estudante, a família, o pessoal administrativo, de serviços, os pastores e a sociedade civil convergem para gerar vida” (LEÃO XIV, Carta Apostólica “Traçar mapas de esperança”).

Há uma sugestiva frase atribuída ao compositor Gustav Mahler (1860-1911) que

ilustra muito bem o que entendemos por **tradição**: “A tradição não é o culto das cinzas. Mas a preservação do fogo”. A Ordem Agostiniana transmite de geração em geração uma chama viva: o carisma de Santo Agostinho, atualizado, entre outros aspectos, pelos estudos, pela pesquisa científica, pelo apostolado da educação (cf. CONSTITUIÇÕES OSA, n. 126). É necessário, portanto, desfazer o equívoco que considera a “Escola Agostiniana” apenas como um “colégio tradicional”, no sentido de “conservadorismo”, apego ao passado, ou meramente importante porque é antigo, consolidado em um determinado lugar. A sua longevidade é um dos muitos sinais de seu significado e relevância.

Tradição aqui significa a transmissão de um carisma, de uma herança, um jeito de dialogar, em contínuo diálogo com a cultura. Creio que a famosa expressão de Leão XIV também nos indique de que maneira queremos ser reconhecidos por termos uma tradição que nos distingue: “Sou um filho de Santo Agostinho: um agostiniano”. Também nós temos o privilégio e a responsabilidade de dizer: “Somos filhos e filhas de Santo Agostinho: agostinianos e agostinianas”.

O valor da **ecologia Integral**, conceito amplamente desenvolvido pelo Papa Francisco, diz respeito ao compromisso com a dimensão sagrada da vida, da natureza e do ser humano. Refere-se ao entendimento de que tudo está interligado e é interdependente e que as dimensões humana, social, cultural, econômica e ambiental da vida e das crises que vivemos não estão separadas. A ecologia integral é composta de muitas ecologias: a social, cultural, econômica, da vida cotidiana. Por isso o Papa Francisco disse que a análise dos problemas ambientais é inseparável da análise dos contextos humanos, familiares, laborais, urbanos e da relação de cada pessoa consigo mesma, que gera um modo específico de se relacionar com os outros e com o meio ambiente.

Por isso é importante desenvolver e formar-se para uma cidadania ecológica, entendida como um modo de viver comprometido com o ambiente, visto como um bem coletivo, comum a toda a humanidade e, portanto, responsabilidade de todos. Nesse contexto, é necessário criarmos uma autêntica cultura ecológica, como requisito indispensável da cidadania ecológica, o que implica em uma “conversão ecológica”, com “novos estilos de vida”, assim como “novos hábitos”. Daí compreendemos a relevância da nossa política ASG (ambiental, social e de governança), com seus respectivos critérios.

Leão XIV, por sua vez, afirma que a educação católica não pode se calar diante das

fraturas e violências que se cometem contra a natureza e a humanidade, sobretudo os pobres e mais vulneráveis: “deve unir a justiça social e a justiça ambiental, promover a sobriedade e os estilos de vida sustentáveis, formar consciências capazes de eleger não apenas o conveniente, mas o justo (...) Cada pequeno gesto – evitar o desperdício, eleger com responsabilidade, defender o bem comum – é alfabetização cultural e moral” (LEÃO XIV, Carta Apostólica “Traçar novos mapas de esperança”, 7.2).

Por fim, **ética** diz respeito não apenas a um código de conduta formal, comportamentos ajustados, mas a um posicionamento na maneira de viver e conduzir a vida, a partir de convicções profundas. A formação para uma vida ética supõe um longo período que não se esgota nos anos da vida acadêmica, mas perpassa toda a trajetória humana, em que a liberdade e a responsabilidade são valores perenes. Leão XIV afirma ser urgente promover uma utilização das tecnologias que reforce a liberdade interior (MH 170) e que esta é também uma questão pública, que exige, no âmbito das instituições, regras claras, transparência, possibilidades de recursos e limites ao uso de tecnologias invasivas, “para que a técnica permaneça a serviço da pessoa e não se torne uma forma de domínio das consciências!” (MH 171).

Na era da IA, permaneçamos profundamente humanos

Para concluir, retomo as considerações do Papa Leão XIV quando, ao acenar para os desafios da tecnologia, adverte que as tecnologias devem servir a pessoa, não a substituir; devem enriquecer o processo de aprendizagem, não empobrecer as relações e as comunidades. Segundo ele, é necessário evitar toda tecnofobia: nossa atitude em relação à tecnologia nunca pode ser hostil, porque o progresso tecnológico faz parte do plano de Deus para a criação. O ponto-chave não é a tecnologia, mas o

uso que dela fazemos (9.3). (LEÃO XIV, Carta “Traçar novos mapas de Esperança, 9).

Toda inovação, particularmente a que se realiza por meio da tecnologia, da IA, deve salvaguardar o ser humano integral, em sua estreita relação com Deus, seus semelhantes e toda a criação. Recordemos o refrão agostiniano: “Sou um ser humano, vivo entre os seres humanos, e nada do que é humano me é indiferente” (AGOSTINHO, Carta 78,8). A partir de sua visão humana, cristã e agostiniana, o Papa nos exorta, em sua Carta *Encíclica Magnifica Humanitas*:

Na era da inteligência artificial, em que a dignidade humana corre o risco de ser ofuscada por novas formas de desumanização, temos o dever urgente de permanecer profundamente humanos, salvaguardando com amor essa magnífica humanidade, que nos foi plenamente dada e manifestada em Cristo, e que jamais alguma máquina poderá substituir no seu esplendor. O verdadeiro progresso nasce sempre de um coração aberto ao outro, de uma inteligência disponível para ouvir, de uma vontade que procura mais o que une do que o que separa (MH 15).

Ao concluir sua Encíclica, o Papa nos propõe, para trabalhar “o canteiro de obras de nosso tempo”, face aos desafios da Inteligência Artificial, “a espiritualidade do sábio arquiteto” (MH 236). O sábio arquiteto trabalha com a verdade plena do ser humano, numa atitude de profundo respeito a todos os seres, como um cuidador, não um dominador. O sábio arquiteto investe na educação, que começa por si próprio: “Todos precisamos nos formar para viver o mundo digital de forma humana, como parte integrante da educação na fé e na vida boa do Evangelho” (MH 238).

E, por fim, faz um veemente apelo: “Cuidemos das relações! Em uma época que tende a acelerar e a fragmentar, a carne humana continua pedindo para ser cuidada e reconhecida por mãos capazes de ternura, por mentes atentas e por palavras bondosas” (MH 239). Ele sempre insiste em desarmar as mentes, os corações, as palavras, as estruturas: “Amemos a justiça e a paz! (...) Cada escolha técnica ou econômica

transforma-se em ocasião de discernimento espiritual, uma oportunidade para verificar se os progressos da IA abrem espaços de justiça e participação ou se concentram riqueza e poder nas mãos de poucos (...) em vez de a indústria da guerra, se afirme o artesanato da paz!” (MH 240).

Referências

AGOSTINHO. **Confissões**. Edição bilíngue latim-português. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. **Quo vadis humanitas?** Reflexão sobre a antropologia cristã perante alguns cenários sobre o futuro do ser humano. (09/02/2026). Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_doc_20260304_quo-vadis-humanits_po.html. Acesso em: 10 fev. 2026.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. **A identidade da escola católica para uma cultura do diálogo**. (25/01/2022). Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20220125_istruzione-identita-scuola-cattolica_po.html#. Acesso em: 14 fev. 2026.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. **Vão e ensinam**. Identidade e missão da escola católica na mudança de época à luz de Aparecida, Bogotá: CELAM/Ed. SM, 2011.

DICASTÉRIO PARA A DOCTRINA DA FÉ. Declaração **Dignitas infinita** sobre a dignidade humana. (02/04/2024). Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_ddf_doc_20240402_dignitas-infinita_po.html. Acesso em: 07 abr. 2024.

DICASTÉRIO PARA A DOCTRINA DA FÉ; DICASTÉRIO PARA A CULTURA E A EDU-

CAÇÃO. **Antiqua et nova**. (14/01/2025). Nota sobre la relación entre la inteligencia artificial y la inteligencia humana. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_ddf_doc_20250128_antiqua-et-nova_sp.html. Acesso: 16 jan. 2025.

FRANCISCO. Carta Encíclica **Laudato si'** sobre o cuidado da Casa comum (24/05/2015). Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 05 jun. 2015.

FRANCISCO. Encontro **Religiões e educação: Pacto Educativo Global**. (05/10/2021). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2021/october/documents/20211005-pattoeducativo-globale.html>. Acesso em: 10 out. 2021.

HERINGER, Aleluia. **Caminhar Juntos**: avançamos na Inovação da Escola Agostiniana. CoCriar: novo paradigma institucional. Belo Horizonte: Sociedade Inteligência e Coração, 2022.

JULIÃO, Fabiano; ROCHA, Mário S. (Orgs.). **Papa Leão XIV, Santo Agostinho e a Ordem Agostiniana**. Aparecida: Santuário, 2025.

LEÃO XIV. **Carta Apostólica Traçar novos mapas de esperança, por ocasião do LX Aniversário da Declaração Conciliar Gravissimum Educationis**. (27/10/2025). Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/apost_letters/documents/20251027-disegnare-nuove-mappe.html. Acesso em: 01 nov. 2025.

LEÃO XIV. Carta Encíclica **Magnifica Humanitas**: sobre a salvaguarda da pessoa humana na era da Inteligência Artificial. (15/05/2026). São Paulo: Paulinas, 2026. (A Voz do Papa, 218). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/encyclicals/documents/20260515-magnifica-humanitas.html>. Acesso em: 15 mai. 2026.

MARTIN, Thomas F. **Nuestro corazón está inquieto:** la tradición agostiniana. Madrid: Ediciones Religión y Cultura, 2008. (Col. "Tradere").

ORDEN DE SAN AGUSTÍN. **Regla y Constituciones.** Roma: Curia General Agustiniana, 2008.

SOCIEDADE INTELIGÊNCIA E CORAÇÃO. **Marcos teóricos:** princípios norteadores do projeto político pedagógico agostiniano. Belo Horizonte: Sociedade Inteligência e Coração, 2016.



Frei Luiz Antônio Pinheiro, OSA. Prior Provincial da Província Agostiniana Nossa Senhora da Consolação do Brasil, filósofo, teólogo, historiador, escritor e, há 37 anos, professor. Doutor em Teologia pela FAJE, com mestrado em Teologia Patrística pelo Institutum Patristicum Augustinianum (Roma), possui ampla trajetória acadêmica na PUC Minas e no Instituto Santo Tomás de Aquino, atuando especialmente nas áreas de Santo Agostinho, espiritualidade agostiniana, patrística e teologia sistemática. É membro do Institutum Historicum Augustinianum e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, além de responsável pela Rede Lius Agostinianos, mantenedora do Colégio Santo Agostinho e Unidades Educacionais Gratuitas.

EDUCAÇÃO, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, ÉTICA E ESPIRITUALIDADE: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA UMA NOVA HUMANIDADE



Pe. Dr. Arnaldo Rodrigues

Vivemos uma mudança de época e não apenas uma época de mudanças. As transformações tecnológicas, culturais, sociais e antropológicas em curso estão alterando profundamente a forma como as pessoas aprendem, se relacionam, trabalham, comunicam e compreendem a si mesmas. A Inteligência Artificial representa talvez o símbolo mais visível dessa transição histórica, inaugurando possibilidades inéditas para a educação, a ciência, a economia e a vida social. Contudo, juntamente com as oportunidades, surgem questões fundamentais sobre a condição humana, a liberdade, a ética e o sentido da existência.

O mundo da educação encontra-se no centro desse processo. Não se trata apenas de incorporar novas ferramentas tecnológicas às práticas pedagógicas, mas de compreender que a própria maneira de aprender está mudando. A forma como se apreende a realidade e consequentemente se compreende o mundo está passando por mudanças. Os novos modelos de linguagem, os sistemas algorítmicos e as plataformas digitais influenciam a forma como as pessoas percebem a realidade, constroem conhecimento e estabelecem relações. Diante desse cenário, o desafio educacional não é simplesmente ensinar a utilizar tecnologias, mas formar pessoas capazes de pensar criticamente, discernir informações, interpretar contextos e tomar decisões responsáveis. "A escola é o local onde as novas gerações podem aprender a procurar e amar a verdade, a questionar-se sobre o sentido da vida e sobre a dignidade de cada pessoa" (*Magnífica Humanitas*, Papa Leão XIV).

Nesse contexto, torna-se fundamental distinguir tecnologia de tecnocracia. A tecnologia é uma expressão da criatividade humana, fruto da inteligência colocada a serviço da vida. Já a tecnocracia surge quando a técnica deixa de ser instrumento e passa a condicionar a própria existência humana, influenciando desejos, escolhas, comportamentos e modos de relacionamento, aumentando o risco de que o ser humano deixe de governar a tecnologia e passe a ser governado por ela.

Essa preocupação ganha nova relevância diante do desenvolvimento da Inteligência Artificial. Embora seja frequentemente apresentada como uma forma de inteli-





gência, a IA permanece sendo um sistema capaz de processar dados, identificar padrões e produzir respostas com enorme velocidade. Entretanto, processar informações não equivale a compreender a realidade. Conhecer é mais do que calcular. Conhecer envolve memória, afetividade, experiência, responsabilidade moral, abertura ao outro e capacidade de contemplação. A inteligência humana não é apenas racionalidade instrumental; é também consciência, sensibilidade, imaginação, criatividade e transcendência.

Por isso, a questão central não é tecnológica, mas antropológica. Que tipo de ser humano estamos formando? Que visão de pessoa orienta o desenvolvimento das tecnologias? O avanço da Inteligência Artificial desafia educadores, pesquisadores, líderes religiosos e toda a sociedade a refletirem sobre os limites e as finalidades do progresso. O problema não está na inovação em si, mas na possibilidade de reduzir

a pessoa humana a dados, algoritmos ou mecanismos de eficiência.

É nesse ponto que a ética se torna indispensável. A ética não pode ser um elemento posterior à inovação tecnológica; ela deve acompanhar todo o processo de desenvolvimento, implementação e utilização das tecnologias. Como tem insistido o magistério da Igreja, especialmente nas reflexões do Papa Francisco e do Papa Leão XIV, a dignidade humana deve permanecer como critério fundamental para qualquer avanço técnico. A pergunta decisiva não é apenas “o que a tecnologia pode fazer?”, mas “o que ela deve fazer em favor da pessoa humana e do bem comum?”.

A educação possui, portanto, uma responsabilidade singular: formar cidadãos capazes de exercer discernimento ético diante dos algoritmos. Em uma sociedade marcada pela abundância de informações e pela velocidade das respostas automáticas, o pensamento crítico torna-se uma competência essencial. Educar significa ensinar a perguntar, a refletir, a duvidar quando necessário, a reconhecer os limites das máquinas e a preservar a autonomia da consciência humana.

Ao mesmo tempo, essa discussão não pode ignorar a dimensão espiritual da existência. A espiritualidade recorda que o ser humano não se esgota em sua dimensão biológica nem em sua capacidade cognitiva. Existe uma profundidade interior que nenhuma tecnologia consegue reproduzir: a busca pelo sentido, a experiência do amor, a abertura à transcendência, a capacidade de contemplar, perdoar, criar vínculos e responder livremente ao chamado da verdade.

Enquanto os algoritmos operam por cálculo, a espiritualidade opera pelo significado. Enquanto a máquina processa dados, a pessoa humana busca sentido. Enquanto a Inteligência Artificial organiza informações, o espírito humano interroga o mistério da

existência. Por isso, a espiritualidade não é um elemento acessório diante da revolução digital; ela constitui uma das principais forças de resistência à redução da pessoa humana a uma lógica puramente funcional ou utilitarista.

Nesse horizonte, a missão da educação torna-se ainda mais ampla. Não basta formar profissionais tecnicamente competentes. É necessário formar pessoas integralmente humanas: capazes de unir conhecimento e sabedoria, inovação e responsabilidade, eficiência e compaixão, ciência e transcendência. O verdadeiro progresso não consiste em substituir o ser humano, mas em potencializar aquilo que há de mais humano nele. “A escola não é chamada a acompanhar a velocidade do mundo digital, mas a oferecer aquilo que o digital, por si só, não consegue: tempo partilhado para aprender e relações de confiança” (*Magnifica Humanitas*, Papa Leão XIV).

A Inteligência Artificial poderá contribuir enormemente para o desenvolvimento da humanidade se estiver a serviço da pessoa, da justiça, da paz e da fraternidade. Entretanto, se for orientada apenas pela lógica do mercado, do controle ou da eficiência, corre o risco de aprofundar desigualdades, enfraquecer relações humanas e comprometer a própria liberdade.

A grande questão do nosso tempo não é se teremos mais tecnologia. Isso é inevitável. A verdadeira questão é se teremos humanidade suficiente para orientar essa tecnologia. Se conseguirmos, contrariamente à tecnocracia, humanizar esses ambientes tecnológicos. O futuro dependerá menos da capacidade das máquinas e mais da capacidade humana de preservar aquilo que nenhuma máquina pode substituir: a consciência moral, a liberdade, a responsabilidade, a empatia, a espiritualidade e o amor.

Como recorda o Papa Leão XIV, é necessário preservar vozes e rostos humanos. Em uma cultura cada vez mais mediada por algorit-

mos, permanece atual a missão de educar para o encontro, para o discernimento e para a esperança. Afinal, toda inovação tecnológica encontra sua legitimidade quando contribui para que a pessoa humana seja mais livre, mais consciente, mais solidária e mais aberta ao transcendente.

A educação, iluminada pela ética e sustentada pela espiritualidade, continua sendo o caminho mais seguro para garantir que a Inteligência Artificial permaneça um instrumento a serviço da humanidade e nunca um substituto daquilo que nos torna verdadeiramente humanos.



Padre Arnaldo Rodrigues. Pós-doutorando em Comunicação Social pela Universidade de Coimbra. Doutor em Comunicação Social pela Universidade pública La Sapienza-Roma, mestrado em Comunicação Institucional pela Universidade Santa Croce-Roma, graduado em Gestão e Marketing, Filosofia e Teologia. Professor no Departamento de Comunicação da PUC-Rio, membro do Conselho de Identidade e Missão da PUC-Rio, assessor de comunicação da CNBB, organizador do Seminário Internacional de Comunicação Social, profissional credenciado na Sala de Imprensa do Vaticano e colaborador da Redação Brasileira do Vatican News, além de membro da Academia Nacional de Educação, Ciência e Inovação.

O PAPA LEÃO XIV E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL



Jeferson Felipe Gomes da Silva Cruz, OSA

Um dos principais desafios da contemporaneidade é o rápido desenvolvimento da Inteligência Artificial (IA). A rapidez dos processos tecnológicos e as múltiplas novidades possibilitadas por esse desenvolvimento fermentam um novo paradigma antropológico e implicam consequências para todas as esferas da vida humana: a política, a economia, a cultura, a religião e, obviamente, a educação.

A influência da IA na educação é tão séria, e seu debate é tão crucial, que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) lançou um documento intitulado *Marco referencial de competências em IA para professores*, recomendando cada país a definir o seu próprio Marco Referencial e a inclusão de uma disciplina em IA nos cursos de formação de professores¹. Seguindo esse horizonte, o Ministério da Educação, no Brasil, publicou um *Documento orientador sobre caminhos curriculares e práticas éticas de uso de IA nas escolas*, dedicado, especificamente, ao uso da IA na Educação Básica².

Esses dois exemplos atestam a importância de cuidar da relação entre IA e Educação. Como bem lembrou o Papa Leão XIV, na *Encíclica Magnífica Humanitas*, como a IA é um fenômeno em desenvolvimento do qual não é possível dar uma definição unívoca e completa, exige “um duplo compromisso: por um lado, um aprofundamento da investigação científica; por outro, um exercício de discernimento mo-

ral e espiritual” (MH, 98). Ela pode ser uma ajuda preciosa, no entanto, exige abordagem sóbria e vigilante.

Desde o início de seu pontificado, o Papa Leão XIV sinalizou sua preocupação com esse cenário. No encontro com os cardeais, no dia 10 de maio de 2025, logo após sua eleição, justificando a escolha do nome “Leão”, o Papa disse: “Na verdade, são várias as razões, mas a principal é porque o Papa Leão XIII, com a histórica Encíclica *Rerum Novarum*, abordou a questão social no contexto da primeira grande revolução industrial; e, hoje, a Igreja oferece a todos a riqueza de sua doutrina social para responder a outra revolução industrial e aos desenvolvimentos da inteligência artificial, que trazem novos desafios para a defesa da dignidade humana, da justiça e do trabalho.”³

A adoção do nome papal, portanto, já indicou que, no pontificado de Leão XIV, o diálogo com a IA será uma tarefa irrevogável. E, de fato, tem sido. Basta considerar as múltiplas menções que o Papa tem feito a esse tema. Em suas homilias, catequeses, discursos e mensagens, e de maneira claríssima na sua primeira Encíclica, o tema da IA figura como uma “insistente tecla”.

De acordo com a Mensagem para o 60º Dia Mundial das Comunicações, Leão XIV considera que o desafio imposto pela IA “não é tecnológico, mas antropológico”⁴. Como bem disse aos participantes da Conferência Inteligência Artificial e Casa Comum, no

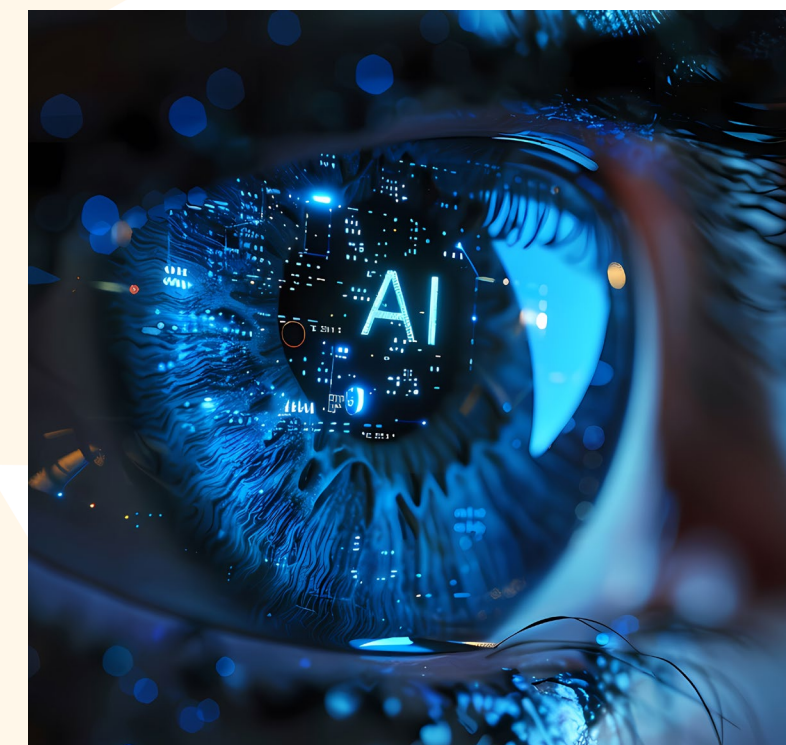
dia 5 de dezembro de 2025, “a mercadoria mais valiosa nos mercados de hoje está precisamente no setor da inteligência artificial. Trata-se de uma questão urgente, uma vez que essa tecnologia já tem um impacto concreto na vida de milhões de pessoas, a cada dia e em todas as partes do mundo. Como nos recorda a Doutrina Social da Igreja e como emerge claramente do trabalho interdisciplinar que realizais, enfrentar esse desafio exige que nos coloquemos uma questão ainda mais radical: o que significa ser humano nesta época?”⁵

Nesse horizonte, o Papa faz questão de frisar: “aceitar com coragem, determinação e discernimento as oportunidades oferecidas pela tecnologia digital e pela inteligência artificial não é sinônimo de esconder de nós mesmos os pontos críticos, a opacidade e os riscos”⁶. Foi esta, inclusive, sua motivação para escrever a *Encíclica Magnífica Humanitas*. Como ele disse, sua intenção não era apresentar um tratado sobre a inteligência artificial, mas “recordar alguns elementos essenciais a um discernimento moral e social que salvguarde o primado da pessoa, para que seja sempre a inteligência humana, com a sua consciência e liberdade, a orientar as inovações técnicas e a estabelecer com responsabilidade o seu uso e limites” (MH, 97).

De fato, apesar de todas as benesses que a tecnologia (e a IA especialmente) comporta e oferece, não são poucos os perigos e riscos que essa oferta também comporta. De acordo com o Papa, “o desafio que nos espera não é impedir a inovação digital, mas sim orientá-la, estando conscientes do seu caráter ambivalente. Cabe a cada um de nós levantar a voz em defesa das pessoas, para que essas ferramentas possam realmente ser integradas por nós como aliadas. Essa aliança é possível, mas

tem de se basear em três pilares: responsabilidade, cooperação e educação”⁷.

Pelo que se pode perceber, Leão XIV não é um antitecnológico. Antes, é um defensor do uso adequado e responsável da tecnologia; que vise ao bem comum e não apenas à concentração de riqueza e poder nas mãos de poucos. Sua preocupação é, acima de tudo, recuperar um imperativo ético que ponha margens ao desenvolvimento tecnológico. Isso supõe mais que a moralização da máquina, o chamado “alinhamento” da IA com os valores humanos. É preciso “termos a coragem de impor uma condição adicional: a possibilidade de discutir o código ético a ser utilizado, submetendo-o a critérios de justiça social partilhada. Caso contrário, quem controla a IA imporá a própria visão moral, que se tornará a infraestrutura invisível dos sistemas. Afinal, não precisamos de uma IA mais moral, se esta moral for decidida por poucos. Precisamos de uma política mais



¹ Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000394280>. Acesso em: 5 jun. 2026.

² Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escolas-conectadas/documentos/ia-educacao-basica.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2026.

³ Discurso do Papa Leão XIV na Audiência aos Membros do Colégio Cardinalício. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/speeches/2025/may/documents/20250510-collegio-cardinalizio.html>. Acesso em: 5 jun. 2026.

⁴ Mensagem do Papa Leão XIV para o LX Dia Mundial das Comunicações Sociais. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/messages/communications/documents/20260124-messaggio-comunicazioni-sociali.html>. Acesso em: 5 jun. 2026.

presente, capaz de reduzir a velocidade onde tudo se acelera e de proteger os espaços onde as comunidades ainda podem participar e questionar-se” (MH, 107).

De fato, como recorda o Papa, “para que a IA respeite a dignidade humana e sirva verdadeiramente o bem comum, é essencial que as responsabilidades sejam claras em todas as etapas: desde quem concebe e treina os sistemas a quem os utiliza e decide confiar-lhes escolhas concretas. Em muitos casos, contudo, os processos internos que conduzem a um resultado podem ser pouco transparentes, o que torna mais difícil atribuir responsabilidades e corrigir erros. É aqui que se torna decisivo o que chamamos de “responsabilização” (*accountability*): a possibilidade de identificar quem deve “prestar contas” das decisões, motivá-las, controlá-las e, quando necessário, contestá-las, reparando os danos daí decorrentes” (MH, 105).

À responsabilidade se soma a necessidade de cooperação, inclusive porque todos os dados que alimentam os sistemas são, em certo sentido, bens coletivos. Por essa razão devem ter como principal horizonte a solidariedade. Na Mensagem aos participantes na 2ª Conferência Anual de Roma sobre Inteligência Artificial, Ética e Governança Corporativa, em de junho de 2025, o Papa Leão destacou que, além do seu extraordinário potencial em benefício da família humana, o rápido desenvolvimento da inteligência artificial apresenta também questões mais profundas sobre o uso adequado de tal tecnologia na geração de uma sociedade global mais autenticamente justa e humana. Nesse sentido, embora seja sem dúvida um produto extraordinário do gênio humano, a inteligência artificial é ‘em primeiro lugar um instrumento’. Por definição, os instrumentos remetem para a inteligência humana, que os produziu, e tiram



grande parte da sua força ética das intenções das pessoas que os utilizam. Em certos casos, a inteligência artificial foi usada de modo positivo, e até nobre, para promover maior igualdade, mas também existe a possibilidade de ser mal utilizada para lucros egoístas à custa dos outros ou, pior ainda, para fomentar conflitos e agressões.

Por sua vez, a Igreja deseja contribuir para um debate sereno e informado sobre essas questões urgentes, realçando sobretudo

do a necessidade de avaliar as ramificações da inteligência artificial à luz do ‘desenvolvimento integral da pessoa e da sociedade’. Isso significa ter em conta o bem-estar da pessoa humana, não só do ponto de vista material, mas também intelectual e espiritual; significa salvaguardar a dignidade inviolável de cada pessoa humana e respeitar a riqueza e a diversidade cultural e espiritual dos povos do mundo. Em síntese, os benefícios e os riscos da inteligência artificial devem ser avaliados em conformidade com esse critério ético superior.⁸

Nesse horizonte, não é por acaso que o Capítulo IV da Encíclica *Magnifica Humanitas* dedica especial atenção ao campo educativo. Para o Papa Leão XIV, a questão da inteligência artificial não poderá ser enfrentada adequadamente sem uma profunda renovação dos processos formativos. De fato, precisamos de uma “aliança educativa para a era digital”, porque se o desafio imposto pela IA é, antes de tudo, antropológico, então a educação torna-se o lugar decisivo no qual a humanidade aprende a discernir o sentido, os limites e as finalidades da técnica.

Ao tratar da necessidade dessa “aliança educativa”, o Papa recupera e atualiza a intuição já presente no Pacto Educativo Global: a convicção de que educar não é simplesmente transmitir conteúdo ou competências técnicas, mas formar pessoas capazes de habitar criticamente o mundo contemporâneo. A cultura digital e os sistemas de inteligência artificial modificam não apenas os instrumentos pedagógicos, mas a própria forma de perceber o tempo, o conhecimento, as relações humanas e a construção da verdade. Por isso, Leão XIV insiste que a educação não pode reduzir-se a um treinamento funcional para adaptação ao mercado tecnológico, mas deve favorecer processos de humanização integral.

A preocupação do Papa toca um ponto particularmente delicado: o risco de uma geração educada por algoritmos, mas incapaz de discernimento ético, profundidade interior e responsabilidade comunitária. Nesse sentido, a educação continua sendo um espaço privilegiado para reconstruir a capacidade humana de reflexão, interioridade e liberdade diante da aceleração digital. Em outras palavras, a questão fundamental não é apenas “o que a IA

⁵ Discurso do Papa Leão XIV aos membros da Fundação Centesimus Annus Pro Pontifice e participantes na Strategic Alliance of Catholic Research Universities, na Conferência sobre Acesso em: 5 jun. 2026. “Inteligência Artificial e Cuidado da Casa Comum”. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/speeches/2025/december/documents/20251205-conferenza.html> Acesso em: 5 jun. 2026.

⁶ Ibidem. Acesso em: 5 jun. 2026.

⁷ Discurso do Papa Leão XIV aos membros da Fundação Centesimus Annus Pro Pontifice e participantes na Strategic Alliance of Catholic Research Universities, na Conferência sobre “Inteligência Artificial e Cuidado da Casa Comum”. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/speeches/2025/december/documents/20251205-conferenza.html> Acesso em: 5 jun. 2026.



pode fazer?”, mas “que tipo de humanidade estamos formando mediante o uso da IA?”. Como disse o Papa, “somos levados a interrogar-nos sobre o grande canteiro de obras da nossa época: o que estamos a construir? Enquanto o desenvolvimento tecnológico altera rapidamente linguagens, relações, instituições e formas de poder, nós, cristãos, podemos e devemos escolher em que projeto trabalhar, e com que estilo, para salvaguardar e valorizar a magnífica humanidade que recebemos como dom. Não se trata de uma escolha sobre o nosso futuro, mas sobre o presente, porque a inteligência artificial e as outras tecnologias emergentes fazem já parte do nosso quotidiano” (MH, 90).

Essa perspectiva aproxima-se profundamente dos princípios do Pacto Educativo Global, lançado pelo saudoso Papa Francisco (1936-2025), especialmente na defesa de uma educação centrada na pessoa, na cultura do encontro, na solidariedade e na corresponsabilidade social. O Pacto Educativo Global insiste na necessidade de “colocar a pessoa no centro” dos processos educativos e de superar a fragmentação cultural produzida pelo paradigma tecnocrático.⁹ Leão XIV retoma essa preocupação ao advertir que

os sistemas de inteligência artificial tendem a reorganizar silenciosamente os modos de pensar, selecionar informações e estabelecer critérios de verdade. Por isso, a escola e as instituições educativas não podem tornar-se espaços de mera adaptação tecnológica; devem permanecer lugares de formação crítica, diálogo humano e construção do bem comum.

Nesse contexto, ganha especial relevância o tópico da Encíclica que trata da “centralidade da escola”. O papa agostiniano compreende a escola como um dos últimos espaços comunitários capazes de resistir à lógica da despersonalização digital. Enquanto os algoritmos operam por previsibilidade, segmentação e automatização, a escola permanece como espaço da singularidade, da convivência e do amadurecimento humano integral, porque a experiência educativa autêntica supõe encontro, escuta, conflito interpretativo, amadurecimento afetivo e abertura ao transcendente — dimensões que nenhuma inteligência artificial pode substituir plenamente.

Isso não isenta a escola de desafios. O Papa mesmo elenca três: o desafio socio-político, especialmente o da desigualdade no acesso à escolaridade básica e ao ensino superior; o desafio pedagógico que, por sua vez, exige a formação contínua dos professores; e o desafio intelectual e sapiencial pelo risco da perda de amor pela verdade e substituição do exercício da investigação, reflexão e discernimento (cf. MH, 144-146).

O Papa alerta ainda para o perigo de uma concepção tecnocrática da educação, na qual o estudante é reduzido a dados, desempenho e produtividade. A centralidade da escola, portanto, não deriva apenas de sua função instrucional, mas de sua vocação antropológica e ética. A escola é chamada a formar sujeitos livres, cons-

cientes e capazes de responsabilidade histórica. Nessa perspectiva, o professor não pode ser substituído pela IA, porque sua missão ultrapassa a transmissão de informações: ele é testemunha de humanidade, mediador cultural e acompanhante dos processos de crescimento pessoal.

Nesse ponto, o carisma agostiniano oferece uma contribuição pedagógica particularmente fecunda. A tradição educativa inspirada em Santo Agostinho compreende o ser humano como um ser de interioridade, relação e transcendência. Diante da dispersão cognitiva e da hiperestimulação digital, a pedagogia agostiniana recorda a necessidade do retorno ao interior, lugar onde a pessoa reencontra sua unidade e pode discernir criticamente a realidade. A famosa expressão agostiniana — “não saias para fora; volta para ti mesmo; no homem interior habita a verdade” (*A Verdadeira Religião*, 39, 72) — adquire nova atualidade num contexto marcado pela saturação informacional e pela superficialidade algorítmica.¹⁰

Além disso, a pedagogia agostiniana possui uma profunda dimensão comunitária e relacional. Para Agostinho, ninguém aprende sozinho: o conhecimento nasce do diálogo, da amizade, da escuta e da busca compartilhada da verdade. Tal perspectiva representa uma importante correção ao individualismo tecnológico contemporâneo, frequentemente marcado por relações mediadas por plataformas digitais que enfraquecem os vínculos humanos concretos. A escola, inspirada no horizonte agostiniano, torna-se então uma comunidade de busca da verdade e de cultivo da sabedoria, e não apenas um ambiente de capacitação técnica.

Outro elemento relevante da tradição agostiniana é sua compreensão do conhecimento como caminho ético e espiritual. Para o Bispo de Hipona, conhecer não significa acumular informações, mas ordenar os afetos, educar o desejo e orientar a liberdade para o bem. Tal visão oferece um contraponto decisivo à lógica contemporânea da hiperprodução de dados e da instrumentalização do saber. A inteligência artificial pode ampliar exponencialmente o acesso à informação, mas não é capaz, por si mesma, de formar sabedoria. Esta continua dependendo do discernimento humano, da consciência moral e da abertura à transcendência.

Como lembrou o Papa na recente Encíclica, “esses sistemas imitam algumas funções da inteligência humana. Ao fazê-lo, muitas vezes superam-na em velocidade e amplitude de cálculo, oferecendo benefícios concretos em numerosos campos. No entanto, esse poder permanece exclusivamente ligado ao tratamento de dados: as ditas inteligências artificiais não vivem uma experiência, não possuem um corpo, não passam pela alegria e pela dor, não amadurecem nas relações, não conhecem internamente o que significa amor, trabalho, amizade, responsabilidade. Nem sequer possuem uma consciência moral: não julgam o bem e o mal, não captam o sentido último das situações, não assumem sobre si o peso das consequências. Podem imitar linguagens, comportamentos, avaliações, podem simular empatia ou entendimento, mas não compreendem o que produzem, porque não penetram o horizonte afetivo, relacional e espiritual no qual o ser humano se torna sábio. Ainda que esses instrumentos sejam apresentados como capazes de ‘aprender’, a sua forma de fazê-lo é diferente da do ser

⁸ Cf. Mensagem do Papa Leão XIV aos participantes na 2ª Conferência Anual de Roma, sobre Inteligência Artificial, Ética e Governança Corporativa. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/messages/pont-messages/2025/documents/20250617-messaggio-ia.html> Acesso em: 5 jun. 2026.

⁹ Esse é o primeiro dos sete compromissos do Pacto Educativo Global: Colocar a pessoa no centro de cada processo educativo, realçar a sua especificidade e a sua capacidade de estar relacionado com os outros, contra a cultura do descartável. Esse primeiro objetivo destaca a necessidade de basear todas as ações educativas num sólido fundamento antropológico, numa visão saudável e precisa da pessoa. O Papa Francisco diz que cada mudança precisa de um caminho educativo, para reconstruir o tecido das relações, para fazer amadurecer uma nova solidariedade universal e dar vida a uma sociedade mais acolhedora. Por essa razão, precisa-se compor um novo humanismo para o qual é necessário superar a metamorfose cultural e antropológica da sociedade de hoje. Isso permite dar consistência à identidade de cada pessoa, cuidando de todas as suas dimensões, consolidando as suas estruturas psicológicas, evitando assim a sua fragmentação e desintegração face a uma mudança incessante e rápida (PACTO, p. 10).

humano. Não se trata da experiência de quem se deixa moldar pela vida e cresce ao longo do tempo através de escolhas, erros, perdão e fidelidade; trata-se, antes, de uma adaptação estatística a partir de dados e resultados, que pode ser muito eficaz, mas não implica um crescimento interior” (MH, 99).

Pelo que vemos, Leão XIV é, de fato, um “filho de Santo Agostinho”, porque sua reflexão sobre inteligência artificial e educação converge significativamente com a potência pedagógica do carisma agostiniano. Tanto o “pai” como o “filho” insistem que o futuro da humanidade não depende apenas do desenvolvimento técnico, mas da formação integral da pessoa humana. Mais do que preparar indivíduos eficientes para o novo ecossistema digital, trata-se de formar sujeitos capazes de interioridade, responsabilidade, comunhão e discernimento ético diante das transformações tecnológicas em curso.

Essa é a provocação para a Rede Lius – Agostinianos: na era da Inteligência Artificial, nosso compromisso e desafio é permanecer “gente que forma gente”.

Referências

AGOSTINHO, Santo. **A verdadeira religião**. São Paulo: Paulinas, 1987.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Inteligência Artificial na Educação Básica: caminhos curriculares e práticas éticas de uso de IA nas escolas. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2026.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. **Pacto Educativo Global: Vade-**

mecum. Cidade do Vaticano: Santa Sé, 2021.

LEÃO XIV. **Magnifica Humanitas: sobre a salvaguarda da pessoa humana na era da inteligência artificial**. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2026. Disponível em: < Carta Encíclica do Santo Padre Leão XIV Magnifica Humanitas (15 de maio de 2026)>. Acesso em: 5 jun. 2026.

UNESCO. **Marco referencial de competências em inteligência artificial para professores**. Paris: UNESCO, 2024.



Frei Jeferson Felipe Gomes da Silva Cruz. Religioso agostiniano, doutorando e mestre em Teologia, especialista em Filosofia Patrística e Escolástica. Bolsista CAPES.



Bloco II — Tensões e discernimentos: desafios éticos e formativos

Este bloco reúne discussões críticas sobre os impactos da inteligência artificial nos processos de aprendizagem, na construção da consciência e na formação humana. Os textos problematizam os desafios éticos, pedagógicos, pastorais e culturais presentes no cenário contemporâneo, convidando educadores a exercitarem o discernimento diante das transformações tecnológicas. À luz da Educação Católica e da tradição agostiniana, as reflexões reafirmam a importância de uma formação comprometida com a dignidade humana, a responsabilidade coletiva e o cuidado com a interioridade.

¹⁰ De acordo com o Papa Francisco, “na grande riqueza de estímulos, experimenta-se em nossa época, por assim dizer, uma profunda pobreza de interioridade, uma crescente dificuldade a parar, a refletir, a escutar e escutar-se. A diversidade e a velocidade dos estímulos digitais muitas vezes ‘leva a perder o sentido da totalidade, das relações que existem entre as coisas, do horizonte alargado, um sentido que se torna irrelevante’” (LS, 110). Nesse sentido, “é preciso concentrar-se hoje sobre educar as demandas dos jovens, prioritárias em relação ao fornecer respostas: trata-se de dedicar tempo e espaço ao desenvolvimento das grandes questões e dos grandes desejos que habitam o coração das novas gerações, que, de uma serena relação consigo mesmas, possam levar à busca do transcendente. [...] Para o crente, trata-se de despertar nos jovens, com os tempos certos, o desejo de entrar na própria interioridade para conhecer e amar Deus; para o não crente, de animar uma inquietude estimulante sobre o sentido das coisas e da própria existência” (PACTO, p. 30).

IA E DESEJO: O PAPEL DA SUBJETIVIDADE EM UMA EDUCAÇÃO HUMANIZADORA



Renato Daniel Araújo de Faria

O presente artigo investiga os impactos da inteligência artificial sobre os processos de ensino-aprendizagem a partir de uma perspectiva filosófica e psicanalítica centrada na constituição da subjetividade. Parte-se da distinção entre inteligência artificial como meio pedagógico e sua possível transformação em finalidade do processo educativo, problematizando a redução da aprendizagem a critérios de eficiência, velocidade e racionalização técnica.

Delimitação de um problema

Todo debate que se pretende crítico exige o cuidado de circunscrever seu objeto, evitando que a reflexão se disperse em divagações ou recaia em justificativas que fragilizam o rigor teórico. Pensar, nesse sentido, não é apenas expandir possibilidades, mas estabelecer limites que tornem o pensamento preciso e responsável diante de seu próprio objeto.

Assim, a relação entre inteligência artificial e educação nos insere, de imediato, em um campo excessivamente amplo, marcado por múltiplas possibilidades e interesses frequentemente não explicitados. Tal amplitude, longe de ser apenas uma riqueza, pode também obscurecer o problema central, dissolvendo-o em generalizações.

Dentre as diversas vias possíveis, este trabalho elege um questionamento: trata-se da inteligência artificial como meio ou como fim no processo educativo? Em outros termos, discute-se se a IA deve ser compre-

endida como ferramenta de apoio à prática pedagógica ou como elemento constitutivo da própria aprendizagem. Essa distinção, embora aparentemente técnica, revela uma questão mais profunda: o que entendemos por aprender e, sobretudo, o que entendemos por sujeito de aprendizagem.

É nesse ponto que a distinção entre meio e fim ganha densidade filosófica. Quando considerada como suporte, a inteligência artificial se insere no campo da instrumentalidade, oferecendo ganhos evidentes em termos de organização, velocidade e processamento de dados. Nesse nível, sua eficácia pode ser medida e validada. No entanto, quando essa lógica é transposta para o âmbito da aprendizagem, corre-se o risco de confundir eficiência com formação.

O problema não reside na utilização da tecnologia em si, mas na extrapolação indevida de seus critérios de funcionamento para a compreensão do humano. A sala de aula não é apenas um espaço de circulação de informações, mas um lugar de constituição subjetiva. E o sujeito, como indicam tanto Freud quanto Agostinho, não se define pela estabilidade, mas pela falta, pela inquietação e pelo desejo.

Além disso, do ponto de vista empírico, ainda não dispomos de evidências suficientemente robustas que permitam afirmar os impactos da inteligência artificial na aprendizagem. O tempo de implementação dessas tecnologias é recente, e faltam estudos que atendam a critérios científicos rigorosos, como a constituição de grupos de con-

trole e a observação longitudinal. Soma-se a isso um impasse ético incontornável: como submeter sujeitos em formação a experimentos que implicam diferentes condições de acesso ao conhecimento? Quem assumiria o risco de oferecer uma formação potencialmente inferior em nome da validação de uma hipótese?

Essas questões revelam um ponto decisivo: o ser humano, ao contrário dos sistemas algorítmicos, não é plenamente previsível nem redutível a padrões estáveis. Ele é, por definição, um ser indeterminado. Ignorar essa condição significa reduzir a educação a um processo técnico, esvaziando aquilo que nela há de propriamente formativo: a constituição de um sujeito capaz de desejar, interpretar e transformar sua própria experiência.

É, portanto, no tensionamento entre eficiência e formação, entre cálculo e desejo, entre previsibilidade e indeterminação, que se inscreve como problema central.

O Sujeito de Aprendizagem

Ao utilizarmos o conceito de “sujeito”, já demarcamos um viés de análise que nos interessa diante da reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem. Pensar o estudante como sujeito de aprendizagem é afirmar sua incompletude como pessoa em formação, como um ser inacabado, atravessado por algo que o escapa, sustentado precisamente pela falta que nos constitui enquanto humanos. Surge, nesse contexto, o desejo de aprender, fundado por um ato transferencial e condicionado ao relacionamento entre humanos.

Diferentemente de considerá-lo como um indivíduo — um todo fechado que se desenvolve ao longo da vida a partir de supostas potencialidades ou habilidades exercitadas —, o sujeito configura-se como alguém em permanente construção, movido pela busca daquilo que lhe falta. É

o desejo que sustenta sua caminhada de conhecimento, assim como a inquietude produzida pela consciência de sua própria incompletude, medindo continuamente a distância entre aquilo que já sabe e aquilo que ainda necessita saber.

É nesse momento que devemos nos atentar para uma diferença fundamental, frequentemente negligenciada em nossas reflexões: o sujeito *de* aprendizagem não é necessariamente o sujeito *da* aprendizagem. Este último tende a ser concebido a partir da lógica do ensino, isto é, como objeto de processos pedagógicos, metodologias e avaliações; o primeiro, porém, é um sujeito que se funda e se recria a partir do olhar e da palavra que o constituem como tal.

Essa distinção torna-se mais evidente quando aproximamos a discussão da psicanálise lacaniana. Para Lacan, o humano



torna-se sujeito ao ingressar no campo simbólico, sendo atravessado pela palavra do Outro¹¹. É o olhar que o reconhece e a linguagem que o nomeia que tornam possível sua constituição subjetiva. Ele, portanto, não é substância estável, mas efeito da própria dinâmica da linguagem, criado e recriado pelo olhar e pelas palavras daqueles que compartilham o conhecimento com ele. Assim, aprender não pode ser reduzido à mera assimilação de informações.

O processo educativo implica reconhecimento, interpretação, conflito simbólico e elaboração subjetiva. A aprendizagem não ocorre apenas quando uma resposta correta é obtida, mas quando o sujeito é convocado a lidar com a falta, com a dúvida e com o não saber. É precisamente essa experiência de incompletude que inaugura o desejo de conhecer.

O risco não reside apenas na automatização de tarefas, mas em um possível empobrecimento linguístico e simbólico. A linguagem humana, fundamental na formação do sujeito, não se limita à transmissão eficiente de informações; ela é espaço de ambiguidade, criação, metáfora, silêncio e elaboração subjetiva. Quando a relação com a palavra passa a ser mediada predominantemente por sistemas que operam pela antecipação probabilística de respostas, corre-se o risco de reduzir o discurso à funcionalidade, enfraquecendo sua dimensão criativa e interpretativa.

A palavra, em Lacan, não é mero veículo comunicacional: ela constitui o sujeito. Empobrecer a linguagem significa, em alguma medida, empobrecer também as possibilidades de subjetivação. Isso se torna particularmente sensível na educação, uma vez que o ambiente escolar não deveria restringir-se à obtenção de respostas corretas, mas constituir-se como espaço de elaboração simbólica e construção de sentido. É por esse motivo que, também,

torna-se igualmente preocupante o abandono progressivo do valor pedagógico do erro, que passa a ser percebido como falha a ser eliminada rapidamente, e não como etapa constitutiva do pensamento.

A inteligência artificial oferece respostas; porém, educar exige sustentar perguntas. Essa diferença é decisiva. O sujeito da aprendizagem pode ser pensado como destinatário de conteúdos organizados e processados eficientemente. Já o sujeito de aprendizagem emerge no intervalo entre o saber e a falta, entre a palavra e o desejo, entre aquilo que lhe é apresentado e aquilo que ele ainda precisa simbolizar por si mesmo.

Desse modo, uma educação humanizadora não deve recusar a tecnologia, mas tampouco pode submeter-se integralmente à sua lógica. O desafio contemporâneo consiste em preservar, no interior de uma cultura cada vez mais racionalizada e automatizada, os espaços de indeterminação que tornam possível a experiência humana do aprender. Afinal, formar um sujeito não é apenas transmitir respostas, mas sustentar condições para que ele possa desejar saber.

O Desejo e a Inquietude

Essa reflexão encontra um importante antecedente filosófico na obra de Santo Agostinho, especialmente em sua concepção de inquietude como condição constitutiva da existência humana. Muito antes de a psicanálise formular o conceito de desejo como falta estrutural, Agostinho já identificava no interior do homem uma experiência permanente de incompletude, que não deve ser compreendida apenas em sentido religioso, mas também antropológico: o ser humano é marcado por uma insuficiência que o impulsiona continuamente para além de si mesmo.

A partir dessa tese agostiniana, o humano deixa de ser pensado, apenas, como consciência plenamente racional e transparente para si mesma, passando a ser compreendido como atravessado por faltas que escapam ao domínio absoluto da razão.

Agostinho, em certa medida, pode ser compreendido como aquele que inaugura a noção de interioridade como espaço onde essa falta é experimentada. Com o filósofo, o homem volta-se para dentro de si mesmo não para encontrar estabilidade plena, mas para confrontar sua própria inquietação. A interioridade deixa de ser apenas lugar da razão e torna-se espaço de tensão, busca incessante de sentido, como elaborado ao longo das *Confissões*¹². A inquietude, nesse sentido, não é obstáculo ao conhecimento, mas sua condição de possibilidade.

Quando plataformas digitais e sistemas de inteligência artificial oferecem soluções instantâneas para qualquer dúvida, reduz-se o tempo da elaboração interior, da angústia produtiva diante do não saber e da experiência reflexiva que constitui o pensamento. A aceleração das respostas pode produzir, paradoxalmente, um esvaziamento da pergunta. Uma educação humanizadora, portanto, não pode eliminar totalmente a experiência da falta em nome da eficiência técnica. O estudante é sujeito porque é inquieto. É na interioridade, na dúvida, no erro e na tensão entre saber e não saber que se constitui a experiência verdadeiramente formativa.

Conclusão: a subjetividade não pode ser artificial

O problema central permanece sendo a formação humana. Em uma cultura marcada pela racionalização crescente¹³, pela aceleração das respostas e pela automa-



tização da linguagem, torna-se necessário recolocar no centro da educação a questão da subjetividade.

Ao longo desta reflexão, buscou-se demonstrar que o problema da inteligência artificial na educação não reside simplesmente em sua existência ou em sua utilização pedagógica, mas na tendência contemporânea de transformar sua lógica de funcionamento em modelo para compreender o próprio humano. A questão torna-se delicada quando critérios como eficiência, rapidez e previsibilidade passam a ocupar o lugar da experiência formativa, reduzindo o aprendizado a desempenho e processamento de informações.

Aquilo que constitui o sujeito escapa a essa racionalidade técnica. O ser humano não aprende apenas porque recebe respostas adequadas, mas porque é atravessado

¹¹ LACAN, Jacques. Escritos. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 496-533

¹² AGOSTINHO DE HIPONA. Confissões de Santo Agostinho. Organização de Márcio Meirelles Gouvêa Júnior. Belo Horizonte: Autêntica, 2023

¹³ WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

pela dúvida, pelo desejo e pela experiência de sua própria insuficiência. Aprende-se, muitas vezes, a partir daquilo que desorganiza, inquieta ou interrompe certezas. Há algo no conhecimento que não pode ser antecipado por cálculos nem totalmente traduzido em padrões objetivos.

É justamente nesse ponto que a subjetividade não pode ser artificial. Um sistema algorítmico pode simular linguagem, organizar conteúdos, responder perguntas e até reproduzir certos traços da comunicação humana. Contudo, não experimenta a falta, não elabora simbolicamente o sofrimento, não sustenta angústias e tampouco deseja saber. A subjetividade humana não nasce da acumulação de dados, mas da maneira singular como cada sujeito é afetado pelo mundo, pela linguagem e pela relação com o outro.

Isso não significa defender uma rejeição nostálgica da tecnologia. A inteligência artificial pode contribuir significativamente para diferentes práticas educacionais, sobretudo como ferramenta auxiliar. Entretanto, sua presença exige discernimento crítico para que o humano não seja progressivamente reinterpretado a partir da lógica da máquina. Quando toda experiência precisa tornar-se eficiente, imediatamente mensurável e funcional, corre-se o risco de empobrecer justamente aquilo que há de mais formativo no processo educativo.

A tecnologia nos coloca diante do desafio de criar práticas pedagógicas que preservem espaços de subjetivação, compreendendo que a inteligência artificial deve permanecer como meio, e não como finalidade do processo educativo. Seu uso pode ampliar acessos, organizar conteúdos e potencializar recursos pedagógicos. Contudo, ela não substitui aquilo que há de essencial na experiência educativa: o encontro entre sujeitos mediados pela palavra, pelo desejo e pela inquietude diante do conhecimento.

Referências

AGOSTINHO DE HIPONA. **Confissões de Santo Agostinho**. Organização de Márcio Meirelles Gouvêa Júnior. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, Sigmund. **Além do princípio do prazer**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.



Renato Daniel Araújo de Faria. Professor de Filosofia do Colégio Santo Agostinho, Unidade Belo Horizonte. Filósofo e doutor em Educação pela PUC-MG. Psicanalista pela Escola Freudiana de Belo Horizonte – IEPSI. Mestre em Ética – Faculdade Jesuíta. Colunista de Educação do jornal Estado de Minas / Portal UAI. Colunista de Filosofia do portal O Fator.

CURRÍCULO E INOVAÇÃO: PERSPECTIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO EVANGELIZADORA



Aline Gonçalves Ferreira

Em um cenário educacional marcado por profundas transformações culturais, tecnológicas e sociais, torna-se cada vez mais necessário refletir sobre o currículo e sua capacidade de responder às demandas do tempo presente sem perder de vista os fundamentos que sustentam a missão educativa de escolas confessionais. Nesse contexto, a inovação não pode ser compreendida apenas como a incorporação de metodologias ou tecnologias emergentes, mas como a capacidade de reinterpretar práticas, sentidos e intencionalidades formativas à luz dos desafios contemporâneos. Em sintonia com essa perspectiva, a escola agostiniana mobiliza essa reflexão também por meio do Fórum Agostiniano de Educação e desta edição da revista, dedicada ao tema “Inovação, inteligência artificial e valores agostinianos”.

É nesse horizonte que se insere a discussão acerca do currículo evangelizador, entendido como uma possibilidade de articulação entre tradição e inovação no âmbito da educação confessional. Mais do que um conjunto de habilidades ou diretrizes pedagógicas, o currículo evangelizador expressa uma compreensão de sujeito, de mundo e de formação humana, revelando quais subjetividades se deseja constituir ou, ainda, quais subjetividades vêm sendo produzidas à revelia das intencionalidades educativas institucionalizadas. Assim, este texto parte do argumento de que o currículo evangelizador se constitui como uma forma possível de conjugar tradição e inovação na perspectiva de uma educação evangelizadora, comprometida com

a formação integral, com a produção de sentido e com a leitura crítica da realidade contemporânea.

Ao discutir currículo e inovação no contexto da educação católica, torna-se igualmente necessário reconhecer que os processos educativos não são neutros. Toda proposta curricular traduz determinadas concepções antropológicas, epistemológicas, éticas e políticas que orientam modos de ensinar, aprender, conviver e compreender a própria finalidade da educação. Nesse sentido, refletir sobre um currículo evangelizador implica interrogar quais projetos de humanidade e de sociedade sustentam as práticas educativas contemporâneas, especialmente em um tempo marcado pelo individualismo, pela fragmentação das relações, pela aceleração da vida e pela perda de sentido que atravessa muitos processos formativos.

Dessa forma, a tradição educativa agostiniana apresenta contribuições significativas para pensar uma inovação curricular comprometida com a formação integral dos sujeitos. A pedagogia agostiniana compreende a educação como experiência relacional, comunitária e transcendente, articulando interioridade, convivência fraterna e compromisso com o bem comum. Tal perspectiva dialoga profundamente com os apelos contemporâneos por uma educação humanizadora, sustentável e socialmente comprometida, orientada pela construção de uma sociedade mais equânime e pelo cuidado com a Casa Comum, à luz dos princípios da Ecologia Integral.

Assim, este artigo busca discutir as relações entre currículo, inovação e educação evangelizadora, compreendendo o currículo evangelizador como expressão concreta de uma pedagogia que articula tradição e inovação. Para isso, o texto desenvolve inicialmente uma reflexão teórica acerca das concepções de currículo e inovação no campo educacional e, posteriormente, aprofunda a compreensão do currículo evangelizador a partir da perspectiva agostiniana, destacando três eixos estruturantes dessa proposta educativa: a educação para a interioridade, a educação para a vida em comunidade e a educação para o serviço à humanidade.

Currículo, Inovação e Educação Evangelizadora

O conceito de currículo constitui-se em um campo teórico amplo, complexo e marcado por diferentes disputas conceituais, políticas e culturais ao longo da história da educação. Como destaca Tadeu (2011), as teorias curriculares podem ser organizadas, de modo amplo, em três grandes perspectivas: tradicional, crítica e pós-crítica. Cada uma delas é sustentada por distintas concepções de conhecimento, sujeito, sociedade e educação. Refletir sobre currículo, portanto, implica também reconhecer que toda proposta curricular carrega intencionalidades formativas, modos de compreender a realidade, os sujeitos e os projetos de sociedade.

Nessa direção, currículo é aqui compreendido para além de sua dimensão técnica ou prescritiva. Mais do que uma organização de conteúdos, disciplinas ou cargas horárias, ele constitui um conjunto de práticas, experiências e relações que produzem saberes, subjetividades e formas de existir no mundo (PARAÍSO, 2010; SILVA, 2009). Currículo, nesta perspectiva ampliada, é um “artefato cultural que ensina, educa e produz sujeitos, que está em muitos espaços desdobrando-se em diferentes pedagogias” (PARAÍSO, 2010, p. 11). Isso significa reco-

nhecer que o currículo opera não apenas naquilo que explicitamente deseja ensinar, mas também nos modos de relação que institui, nos valores que legitima, nas sensibilidades que produz e nas formas de humanidade que contribui para constituir.

Compreender currículo como um conjunto de práticas produtoras de saberes, relações e subjetividades implica também ampliar a compreensão acerca da própria noção de inovação no campo educacional. Nessa perspectiva, inovar não se restringe à adoção de tecnologias, metodologias ativas ou estratégias consideradas contemporâneas, mas envolve a capacidade de ressignificar práticas educativas, reconstruir sentidos formativos e responder, de maneira crítica e intencional, às transformações sociais, culturais e humanas do tempo presente (JUNIOR e NETO, 2011). A inovação, portanto, não se opõe à tradição, mas pode constituir-se como um movimento de atualização permanente da missão educativa diante das demandas da realidade. Quando articulada ao currículo, ela exige refletir não apenas sobre como ensinar, mas, sobretudo, sobre quais sujeitos desejamos formar, quais os modos de aprender, quais experiências educativas estamos produzindo e quais modos de ser e de viver em comunidade estão sendo legitimados pelas práticas curriculares.

Junior e Neto (2011) compreendem a inovação como um processo diretamente ligado à produção de conhecimento e à capacidade de responder aos problemas complexos da sociedade contemporânea. Desse modo, a inovação surge da articulação entre diferentes áreas do conhecimento, permitindo tecituras que entrelaçam e integram diferentes saberes, que produzem conhecimento aplicado à realidade e respondem às demandas reais do tempo em que se vive.

Kassar e Oliveira (2024) realizaram uma análise histórica e crítica do conceito de inovação na área da educação demonstrando que o termo não possui um sig-

nificado único ou neutro. Pelo contrário, trata-se de uma noção plural, historicamente construída e atravessada por diferentes concepções pedagógicas, políticas, econômicas e sociais. Desse modo, as autoras destacam que diferentes movimentos históricos já se apresentaram como inovadores desde o Renascimento até as atuais reformas educacionais contemporâneas. Sendo assim, a inovação precisa ser analisada criticamente, considerando seus fundamentos teóricos, interesses políticos e impactos na formação humana e na organização da escola.



Na perspectiva da escola católica e, neste estudo, especialmente a partir da tradição agostiniana, a inovação curricular é compreendida como uma construção social situada em um campo de debates teóricos, políticos e culturais. Nesse horizonte, inovar significa, também, assumir um compromisso ético e educativo com a transformação social e com as respostas efetivas que essa pedagogia oferece às demandas do mundo contemporâneo. Sendo assim, currículo e inovação são temáticas que precisam ser analisadas criticamente, considerando seus fundamentos teóricos, interesses políticos e impactos na formação humana, na organização da escola e na produção de subjetividades. O currículo evangelizador surge como uma possibilidade de resposta às demandas do nosso tempo. Além disso, o currículo evangelizador se mostra como potência transformadora que cuida dos projetos de vida dos sujeitos envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem e, conseqüentemente, dos projetos de sociedade que almejamos.

Currículo evangelizador: um jeito agostiniano de educar

A instrução “A identidade da escola católica para a cultura do diálogo”, emitida pelo Dicastério para a Cultura e a Educação, destaca que a escola deve ser o primeiro ambiente social, depois da dimensão familiar, no qual “os indivíduos vivem uma experiência positiva de relações sociais e fraternas como condição para se tornarem pessoas capazes de construir uma sociedade baseada na justiça e na solidariedade, que são premissas para uma vida pacífica entre as pessoas e os povos” (2022, n19). Desse modo, a escola católica é compreendida como um verdadeiro “sujeito eclesial”, uma vez que participa ativamente da missão evangelizadora da Igreja (2022, n. 30).

Diversos documentos da Igreja afirmam a relação intrínseca entre educação e evangelização como princípio constitutivo da identidade da escola católica, sintetizada na



expressão “evangelizar educando e educar evangelizando”. Tal perspectiva foi explicitada de modo mais sistemático no *Diretório Geral para a Catequese*¹⁴, publicado durante o pontificado de São João Paulo II, ao reconhecer a dimensão educativa da ação evangelizadora e a dimensão evangelizadora do processo educativo. Nessa perspectiva, o currículo evangelizador configura-se como um dispositivo formativo capaz de articular tradição e inovação, ao colocar em diálogo a herança educativa agostiniana, marcada por uma determinada compreensão de sujeito, de educação, de mundo e de cuidado com a casa comum, com os desafios emergentes da contemporaneidade. Trata-se, portanto, de uma proposta curricular que ultrapassa a mera preservação de um patrimônio histórico e identitário, assumindo a tarefa de atualizar criticamente o carisma educativo da escola católica agostiniana diante das transformações culturais, sociais, antropológicas e ambientais que atravessam o cenário contemporâneo.

Sob essa perspectiva, discutir um currículo evangelizador exige deslocar o olhar de uma compreensão restrita de currículo para entendê-lo como experiência formativa que compreende a integralidade

do sujeito. Trata-se de reconhecer que toda prática educativa produz marcas nos sujeitos e participa da construção de determinadas leituras de mundo, projetos de vida e projetos de sociedade. Assim, o currículo evangelizador não se limita à inserção de conteúdos religiosos ou valores cristãos em componentes específicos, mas diz respeito à constituição de uma cultura educativa atravessada por sentidos, relações e práticas comprometidas com a formação humana, ética, comunitária, global e transcendente. É justamente nesse ponto que tradição e inovação deixam de ser compreendidas como forças opostas e passam a configurar uma possibilidade de diálogo fecundo no interior da educação evangelizadora.

As reflexões do Papa Francisco, especialmente no âmbito do Pacto Educativo Global, evidenciam a urgência de uma educação comprometida com a formação integral dos sujeitos e o cuidado da casa comum. Em diálogo com os desafios contemporâneos, marcados pela fragmentação das relações, pela aceleração da vida, pelo individualismo e pelas desigualdades sociais, o pontífice reafirma que educar exige a construção de experiências capazes de formar sujeitos conscientes de si, abertos ao outro e comprometidos com o bem comum.

Em consonância com essa perspectiva, a educação agostiniana possui o carisma alicerçado em pilares que favorecem a escuta de si, do outro, o fortalecimento dos vínculos comunitários, a disponibilidade para o serviço à humanidade e para a conexão com a transcendência - do exterior ao interior, do interior ao superior em Deus. É nesse horizonte que se situam os três eixos a seguir que são marcas da pedagogia agostiniana: educar para a interioridade, educar para a vida em comunidade e educar para o serviço.

Cruz (2025), religioso agostiniano da Ordem de Santo Agostinho, destaca, em *A potência pedagógica do carisma agostiniano*, que a interioridade, a vida em comunidade e o serviço à humanidade constituem pilares fundamentais da tradição educativa agostiniana, articulando-se de modo indissociável à especificidade pedagógica e formativa do carisma. Ele afirma que “**educar para a interioridade** torna-se um importante componente pedagógico nos centros educativos agostinianos” (CRUZ, 2025, p.61). A educação para a interioridade possibilita a construção da consciência de pertencimento a um todo mais amplo

e compartilhado, além de promover a conexão consigo e a descoberta da verdade interior. Desse modo, o autor destaca que “a interioridade agostiniana não se limita ao desenvolvimento de uma subjetividade isolada ou a um exercício de introspecção psicológica. Ao contrário, ela representa um processo contínuo de aprendizagem, no qual o sujeito integra sua experiência pessoal, a busca da verdade e sua relação com o mundo” (CRUZ, 2025, p.61).

Na tradição agostiniana, a dimensão pedagógica de **educar para a vida em comunidade** fundamenta-se na compreensão



¹⁴ O documento está disponível em: < Diretório geral para a Catequese>. Acesso em: 2 mai. 2026.

de que “o conhecimento, o crescimento pessoal e a busca da verdade são processos compartilhados” (CRUZ, 2025, p.63). Para Santo Agostinho, a amizade e a convivência ultrapassam a ideia de simples vínculos sociais, configurando-se como experiências formativas que orientam o sujeito para o encontro com o outro e para a construção coletiva da existência. Tal perspectiva aproxima-se das discussões educacionais contemporâneas, que ressaltam a centralidade das relações humanas e da aprendizagem colaborativa nos processos de formação integral. Assim, a “pedagogia agostiniana não apenas reafirma a amizade como um princípio de relação, mas também a propõe como um modelo educativo que fortalece a construção de comunidades de aprendizagem, nas quais o encontro com o outro se torna parte do processo de desenvolvimento e transformação social” (CRUZ, 2025, p.63).

No âmbito do Pacto Educativo Global, o Papa Francisco afirma que constitui um verdadeiro ato de coragem formar pessoas dispostas a colocar seus talentos e sua própria existência a serviço da comunidade. **Educar para o serviço à humanidade**, a partir da pedagogia agostiniana, ultrapassa a lógica de uma formação voltada apenas para o desempenho individual e assume o serviço como dimensão constitutiva da própria experiência humana (CRUZ, 2025). Trata-se, portanto, não apenas de educar para servir, mas de compreender a educação como serviço, reconhecendo o outro simultaneamente como caminho e finalidade do processo educativo. Cruz (2025) evidencia que “a consciência agostiniana de que o serviço se torna mais fecundo quando realizado em unidade reforça que ele não pode ser reduzido a uma ação individual ou assistencialista, mas como um compromisso estruturado e partilhado, enraizado na experiência comunitária (p.65).

Assim, a pedagogia agostiniana oferece fundamentos consistentes para a construção de um currículo evangelizador capaz de

responder aos desafios contemporâneos sem perder de vista sua intencionalidade formativa e humanizadora. Nesse contexto, se o currículo está diretamente relacionado à produção de sujeitos e subjetividades por meio das relações, experiências e práticas educativas que institui, torna-se necessário perguntar: que sujeito o currículo evangelizador deseja formar?

Ao educar para a interioridade, para a vida em comunidade e para o serviço à humanidade, o currículo evangelizador da escola agostiniana busca formar sujeitos capazes de habitar o mundo com consciência, sensibilidade e responsabilidade ética. Sujeitos que reconhecem, na própria existência, uma vocação ao encontro, à busca da verdade e ao cuidado com a vida. Em tempos atravessados pela fragmentação, pela superficialidade das relações e pela crise de sentido, o currículo evangelizador reafirma a potência humanizadora da educação como espaço de esperança, pertencimento e compromisso com a transformação social. Afinal, como recorda o Papa Leão XIV na Carta Encíclica *Magnifica Humanitas*, “numa época que tende a acelerar e a fragmentar, a carne humana continua a pedir para ser cuidada e reconhecida por mãos capazes de ternura, por mentes atentas e por palavras bondosas” (2026, n. 239). Talvez resida justamente aí uma das tarefas mais urgentes da educação contemporânea: formar pessoas capazes de cuidar das relações, sustentar a dignidade da vida e cultivar humanidade em meio às complexidades do nosso tempo.

Referências

CRUZ, Jeferson Felipe Gomes da Silva. **A potência pedagógica do carisma Agostiniano**. In: SOUZA, Jonathan Félix de. (Org) Conviver: princípio meio e fim da pedagogia agostiniana - artigos e relatos de experiência. Belo Horizonte: Rede Lius, 2025.

Igreja Católica. 2022. **Instrução “Identidade da escola católica para uma cultura**

do diálogo”. Cidade do Vaticano, 25 jan. 2022. Disponível em: <Instrução “Identidade da escola católica para uma cultura do diálogo” (25 de janeiro de 2022)>. Acesso: maio de 2025.

Igreja Católica, 2019. **Pacto Educativo Global: vade mecum**. Disponível em: <https://www.educationglobalcompact.org/resources/Risorse/vademecum-portuges.pdf.> Acesso em: 2 mai. 2026.

JÚNIOR, Arlindo Philippi. NETO, Antônio Silva. (org.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. Barueri: Manole, 2011.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de Oliveira. **Inovação na Educação? Experiências e controvérsias**. Sielo; Cad. CEDES 44 (123), 2024. <https://doi.org/10.1590/CC273159> Disponível em: <Brasil - INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO? EXPERIÊNCIAS E CONTROVÉRSIAS INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO? EXPERIÊNCIAS E CONTROVÉRSIAS>. Acesso em: 2 mai. 2026.

LEÃO XIV. **Carta Encíclica Magnifica Humanitas**. Cidade do Vaticano, 15 maio 2026. Disponível em: <<https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/encyclicals/documents/20260515-magnifica-humanitas.html>>. Acesso: 07 junho de 2026.

PARAÍSO, Marlucy (Org.). **Pesquisas sobre Currículos e Culturas: temas, embates, problemas e possibilidades**. Curitiba: CRV, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo e identidade social: territórios contestados**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. 5. ed. Petrópolis: Vozes, p.190-207, 2009.

TADEU, Tomaz. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.



Aline Gonçalves Ferreira. Especialista em Educação e Evangelização com atuação voltada à dimensão Pedagógica. Pedagoga e mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Possui MBA em Gestão de Pessoas pela USP e é integrante do Observatório da Juventude, um grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão da Faculdade de Educação, UFMG.



Bloco III — Horizontes pedagógicos e pastorais: caminhos para a prática educativa

Este bloco apresenta experiências, metodologias e perspectivas voltadas à integração ética, crítica e humanizadora da inteligência artificial no cotidiano escolar. As reflexões evidenciam possibilidades pedagógicas e pastorais que articulam inovação, formação integral e compromisso com os valores da Educação Católica. Inspirados pela tradição agostiniana, os textos convidam educadores a construir práticas que favoreçam o diálogo, a criatividade, a interioridade e o uso responsável das tecnologias em favor da aprendizagem e da humanização.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL RESPONSÁVEL: FUNDAMENTOS ÉTICOS, DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR E DESAFIOS PEDAGÓGICO-PASTORAIS



Eberson Naves, OSA | Tatiane Almeida

A humanidade nunca teve tanto acesso e nunca precisou tanto perguntar pelo sentido do que acessa. Milhares de informações... a um toque, ou melhor, a um comando. As “*res novae*”¹⁵ (coisas novas) nos brindam com universos compactos, acessos e dados cada vez mais eficientes.

Dedos ágeis ditam ordens, dados e comportamentos oferecem respostas rápidas; comandos diretos e imperativos, ouvidos “algoritmados” sempre atentos e prontos a nos oferecer caracteres bem ordenados, rotas claras, comparações e contextos coerentes com o que desejamos e precisamos naquele momento. E tudo isso é esplêndido! Uma dádiva que a humanidade precisa celebrar. Um passo crucial em nossa evolução que nos permite continuar para além das nossas limitações de espaço e tempo. Entretanto, neste belo universo, passa despercebida uma ausência propriamente humana: onde está o sentido?

Princípios éticos para uma inteligência artificial centrada na dignidade humana

Diante de tantos recursos prontos e programados, onde está o frio na barriga de conversar pela primeira vez com alguém? Onde estão os dedos que folheiam e fo-

lheiam em busca de algo que ainda não sabe o que é? Onde estão os ouvidos que administram palavras novas, sotaques diferentes? Onde está a vírgula errada? Onde está a acentuação fora de ordem? Onde está o desafio de argumentar? Formar sentido?

Essa não é uma refutação às coisas novas, mas o alçar de uma pergunta profundamente real e ontológica: se as coisas criadas pela humanidade perdem a própria humanidade, onde está quem as criou?

Enquanto os dados e processamentos evoluem num ritmo próprio, a humanidade não acompanha esse mesmo tempo, não porque está atrasada, mas porque é humana; ontologicamente necessita de espaço e tempo.

A melhor indicação de busca – pois resposta não encontraremos – já foi observada pelo filósofo alemão Jürgen Habermas (1981) – um pouco longe dos anos atuais, mas não distante do pensamento aqui proposto – quando ele identificou certa “substituição/apropriação” intencional da razão instrumental no nosso cotidiano subjetivo. Ele resgata da fenomenologia o termo *Lebenswelt*, que significa o “mundo da vida”. Mas não se trata simplesmente de uma experiência de vida pré-científica, como Husserl, o cunhador do termo¹⁶, já alertava. Aliás, ele já havia identificado, naquele

¹⁵ Cf. LEÃO XIV. Magnifica Humanitas. Vaticano, 2026, n. 4.

¹⁶ HUSSERL, Edmund. The Crisis of European Sciences and Transcendental Phenomenology. Trans. David Carr. Evanston: Northwestern University Press, 1970 [orig. 1936], §§ 33-38, pp. 103-148

período, que quando a ciência esquece o mundo das relações humanas, ela perde o próprio fundamento do sentido.

E até mesmo Alfred Schutz (1967), quando trouxe esse conceito para a sociologia, identificou que esse mundo das relações humanas é fundamentalmente intersubjetivo e se sustenta por um encontro com o outro; um encontro com a singularidade do outro, com seu corpo, com seu ritmo, com sua imprevisibilidade. Mas quando esse lugar começa a ser colonizado pela racionalidade sistêmica, quando o algoritmo passa a induzir e gerir o que sentir, o que escolher, com quem falar, como falar, o encontro começa a ser dispensável, pois não há



mais outro, há simplesmente um perfil. Se não há encontro e se existem apenas ramificações de dados de perfil, a experiência, por mais descomunal que seja, se limita a si mesma, não transcende¹⁷. Isso significa que o algoritmo não pode reger processos que devem nascer pura e simplesmente da natureza humana.

Isso já foi inculcado na gênese do pensamento ocidental quando Aristóteles distinguiu a *techne* (o saber técnico) da *phronesis* (saber prático). O saber técnico trata da habilidade em saber fazer algo e tem sua contemplação na conclusão de um objeto, de um código, de uma aplicação, até mesmo de uma IA que pode replicar e combinar várias técnicas com uma habilidade sofisticadíssima. Já o saber prático não é replicável, pois não corresponde a padrões gerais, está fundamentado no qualitativo do “bem agir”. Não basta saber fazer (*techne*), é preciso saber agir bem (*phronesis*); saber agir em uma determinada situação depende de atributos ainda essencialmente humanos. Desse modo, a percepção e correção de um erro, a experiência vivida e apreendida, o contato com a alteridade, as particularidades e contextos de uma ação que se dão exatamente na sua singularidade.

Desse modo, podemos afirmar que as coisas novas, como uma IA, dominam o saber técnico e o conhecimento científico, mas não alcançam a sabedoria prática nem a ação propriamente humana. Não possuem em seus códigos o traço central da criação humana: o bem como um fim¹⁸.

Mas, se a ação humana possui o bem como fim, uma pergunta inevitável se impõe: o que é o bem, e onde se fundamenta? A razão filosófica aponta a direção, mas não fecha a questão, pois o fundamento último do bem transcende os próprios limites da

razão. É precisamente aqui que a tradição cristã tem algo a dizer, não como imposição, mas como resposta a uma pergunta que a própria razão formula e não consegue responder sozinha.

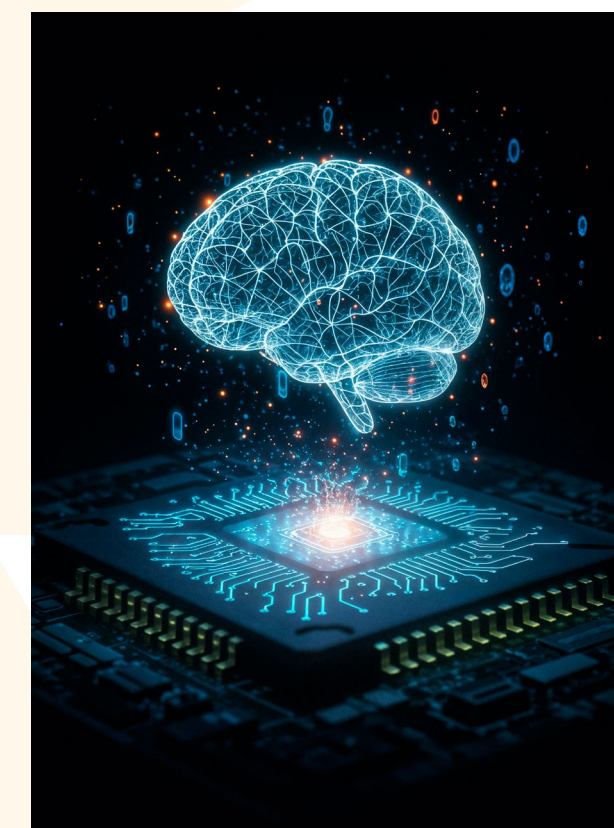
É justa, portanto, a preocupação que o Papa Leão XIV manifesta na encíclica *Magnifica Humanitas* (2026). Não como quem condena o progresso, mas como quem reconhece, com lucidez, que a questão central não é tecnológica, é antropológica. A pergunta decisiva não é o que a tecnologia pode fazer, mas quem a orienta e para quê.

O referencial de toda e qualquer criação é seu Criador. A humanidade tem em seu Criador o próprio bem. Ele é divino, imaterial, não categorizado, não processado. E quando nos voltamos para as novas coisas criadas, elas deveriam ter na humanidade o seu referencial e não o contrário. Sobre tudo porque, na ausência desse referencial humano, emergem em seu lugar referenciais controláveis: o dado, o desempenho, o lucro, o poder concentrado nas mãos de poucos. As plataformas digitais não são neutras, têm o rosto de quem as concebe, financia e orienta¹⁹. Quando esse rosto não é o do bem comum, mas o do interesse egocêntrico, o que se replica não é progresso, é Babel.

As imagens bíblicas que Leão XIV evoca são precisas: Babel não é uma condenação da técnica, mas o retrato de uma intenção. Uma única língua, uma única direção, uma única lógica, que homogeneiza onde deveria comungar, acumula onde deveria partilhar, eleva onde deveria enraizar²⁰. O resultado não é unidade, é dispersão. E essa dispersão observamos hoje por meio de um consumo sem questionamento, de informações sem referenciais, de velocidade sem sentido, de decisões sem particularidades.

Mas a humanidade não evolui como indivíduo único. Ela evolui como povo, como cultura, como comunidade. Sua natureza é relacional, comunitária, enraizada no tempo, no espaço e no encontro. É aqui que há o resgate da imagem da reconstrução de Jerusalém, não como um sonho a ser experimentado no futuro, mas como um programa real e concreto no presente. Uma responsabilidade partilhada, que escuta e dialoga com as diversas realidades e necessidades²¹.

No fundo, tudo volta para onde veio. É preciso saber de onde viemos e para onde vamos. Santo Agostinho já nos dava a pista para a questão existencial da humanidade: “fomos criados para Deus, e inquieto está o nosso coração até que nele repouse”²². A pergunta pode ser transposta para tudo que a humanidade cria: aonde pretende chegar? Para quem tudo isso está sendo feito?



¹⁷ HABERMAS, Jürgen. *The Theory of Communicative Action*, v. 2. Boston: Beacon Press, 1987, p. 367.

¹⁸ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*, Livro VI, cap. 4-5. Trad. Antônio de Castro Caeiro. São Paulo: Atlas, 2009, pp. 122-127. As categorias de *techne*, *phronesis*, *praxis* e *episteme* são desenvolvidas por Aristóteles como modos distintos do saber humano, cada qual com objeto e finalidade próprios. A distinção entre o saber técnico e a sabedoria prática é central para compreender os limites éticos de qualquer sistema instrumental.

¹⁹ Cf. LEÃO XIV. *Magnifica Humanitas*, n. 5.

²⁰ Cf. *Ibid.*, n. 7.

²¹ Cf. *Ibid.*, n. 8.

²² Cf. AGOSTINHO DE HIPONA. *Confissões*, Livro I, cap. 1. Trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Paulus, 2011, p. 25.



É a vontade humana quem determina. Não qualquer vontade, não qualquer desejo, mas uma vontade orientada para o bem, em que cada coisa ocupa o seu lugar próprio e recebe o amor que lhe é devido. Quando a vontade se desorienta, o que deveria ser instrumento torna-se fim. O que deveria servir passa a dominar. E o que deveria libertar aprisiona.

Educar, discernir e evangelizar: caminhos pastorais diante das transformações tecnológicas

Toda reflexão, por mais densa que seja, precisa em algum momento tocar o chão da realidade. Os fundamentos que percorremos até aqui não são abstrações reservadas ao universo acadêmico. Eles

descrevem algo que acontece todos os dias, em lugares concretos: na sala de aula, no pátio da escola, na comunidade, na sala da Pastoralidade.

É precisamente aqui que Hannah Arendt (2010)²³ nos oferece uma pergunta que faz essa aterrissagem. Para ela, cada ser humano que nasce inaugura algo genuinamente novo no mundo, uma iniciativa que nenhum padrão prevê e nenhum algoritmo replica. A isso ela chama natalidade: a capacidade humana de começar, de surpreender, de ser mais do que aquilo para o qual foi condicionado.

Diante da cultura digital, emerge uma questão incontornável: é cada novo ser humano que inaugura possibilidades inéditas para o mundo ou são as tecnologias emergentes que passam a reconfigurar aquilo que entendemos por humanidade?

Essa não é uma pergunta retórica. Trata-se de um desafio concreto que educadores, lideranças religiosas e comunidades são chamados a enfrentar na contemporaneidade. E enfrentá-lo não é tarefa de uma única disciplina, de uma única voz ou de uma única tradição. Requer, precisamente, aquilo que Ivani Fazenda²⁴, em suas diversas obras sobre a interdisciplinaridade, identifica como condição para a produção de um conhecimento vivo e significativo: o diálogo entre saberes, a humildade intelectual, a escuta atenta e a abertura ao outro.

Assim, consideramos que não há resposta técnica para uma pergunta antropológica. Há, porém, caminhos, e são esses em que as equipes que atuam no pedagógico e na pastoralidade enquanto setores são chamadas a construir juntas.

Nessa perspectiva, falar de Inteligência Artificial responsável significa reconhecer que a tecnologia está longe de ser neutra. Todo sistema tecnológico é concebido, desenvolvido e utilizado a partir de escolhas humanas, incorporando valores, interesses, visões de mundo e relações de poder. Por essa razão, torna-se indispensável orientar o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial por princípios éticos fundamentais, como a dignidade da pessoa humana, a justiça, a transparência, a responsabilidade e a promoção do bem comum. Enfrentar esses desafios exige um diálogo interdisciplinar consistente entre tecnologia, educação, filosofia e teologia, capaz de promover uma formação crítica, reflexiva e integral. No campo pastoral e educativo, emergem questões centrais como a qualificação dos educadores, o uso consciente e criterioso da IA e a preservação da qualidade das relações humanas em um contexto cada vez mais mediado pela tecnologia.

Mais do que aprender a utilizar ferramentas, trata-se de formar sujeitos éticos, conscientes e responsáveis, capazes de discernir, de modo crítico, o sentido e os limites da tecnologia na construção de uma sociedade mais humana e solidária.

A interdisciplinaridade, conforme desenvolvida por Ivani Fazenda (1994), constitui-se como uma proposta metodológica que busca superar a fragmentação do conhecimento produzida pela excessiva divisão das disciplinas. Para a autora, o diálogo entre as áreas do conhecimento não significa a eliminação das especificidades de cada campo, mas a construção de relações de complementaridade capazes de ampliar a compreensão da realidade. Nesse sentido, a interdisciplinaridade surge como uma atitude de abertura, escuta e cooperação entre saberes, favorecendo práticas educativas mais integradoras e significativas.

Na perspectiva de Ivani Fazenda (1994), o conhecimento não pode ser compreendi-

do de maneira isolada, pois os fenômenos humanos, sociais, culturais e científicos apresentam múltiplas dimensões. Assim, o diálogo interdisciplinar possibilita que diferentes áreas contribuam entre si para interpretar e resolver problemas complexos.

Nesse sentido, para Fazenda (2012), a interdisciplinaridade é, antes de tudo, uma **atitude** diante do conhecimento, da realidade e do outro.

A chamada atitude interdisciplinar caracteriza-se por:

- *humildade intelectual, ao reconhecer os limites do próprio saber;*
- *abertura ao diálogo, valorizando diferentes áreas do conhecimento e diferentes sujeitos;*
- *disponibilidade para aprender com o outro, superando posturas individualistas;*
- *respeito às diferenças, compreendendo que a construção do conhecimento é coletiva;*
- *busca de sentido e totalidade, procurando compreender os fenômenos em sua complexidade;*
- *atitude investigativa, marcada pela curiosidade e pela disposição permanente para questionar e reconstruir saberes.*

Dessa forma, o mais importante não é apenas reunir disciplinas em torno de um tema comum, mas desenvolver uma postura de cooperação, escuta e construção compartilhada do conhecimento. Por isso, a interdisciplinaridade envolve uma transformação na forma de ensinar, aprender, pesquisar e se relacionar com o mundo. A educação, nesse contexto, deixa de ser marcada apenas pela transmissão compartimentalizada de conteúdos e passa a valorizar processos de construção coletiva do saber.

No ambiente escolar, essa proposta favorece práticas pedagógico-pastorais mais contextualizadas e próximas da realidade dos estudantes. Quando professores de diferentes áreas dialogam e planejam ações em conjunto, ampliam-se as possibilida-

²³ Cf. ARENDT, Hannah. A condição humana. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 190-191. O conceito de natalidade — a capacidade humana de iniciar algo genuinamente novo — é desenvolvido por Arendt como contraposição à lógica da fabricação e do processo automático, sendo central para compreender o que distingue a ação humana de qualquer sistema instrumental

²⁴ Ivani Catarina Arantes Fazenda é uma das principais pesquisadoras brasileiras na área da educação, reconhecida nacional e internacionalmente por seus estudos sobre interdisciplinaridade. Sua produção acadêmica contribuiu significativamente para a compreensão da interdisciplinaridade não apenas como uma metodologia, mas como uma atitude epistemológica, pedagógica e humana diante do conhecimento.

des de aprendizagem crítica e significativa. Questões contemporâneas como sustentabilidade, ética, diversidade cultural, diversidade religiosa, justiça social e tecnologia não podem ser compreendidas apenas a partir de um único campo do saber. Elas demandam articulação entre conhecimentos científicos, filosóficos, históricos, religiosos, artísticos e sociais.



Além disso, a autora compreende a interdisciplinaridade como uma experiência humana e relacional. Não se trata apenas de uma técnica pedagógica ou de um método de organização curricular, mas de uma postura diante do conhecimento e da vida. O diálogo entre áreas implica também o diálogo entre sujeitos, marcado pela colaboração, pelo respeito às diferenças e pela construção conjunta de sentidos. Dessa forma, a interdisciplinaridade contribui para a prática de uma educação humanizadora, capaz de formar sujeitos críticos, reflexivos e comprometidos com a transformação da sociedade.

No contexto da cultura digital no cenário da Educação Católica, os desafios pastorais e educativos tornam-se cada vez mais complexos, exigindo novas formas de diálogo, presença e construção do conhecimento. A rápida expansão das tecnologias digitais transformou as relações humanas, os modos de aprender, comunicar, conviver e experienciar a espiritualidade. Nesse cenário, tanto o pedagógico quanto a pastoral são chamados a repensar suas práticas, buscando responder às demandas de uma sociedade marcada pela conectividade, pela velocidade da informação e pelas novas linguagens culturais.

A Educação Católica, comprometida com a formação integral da pessoa humana, tal qual preconiza o Pacto Educativo Global, enfrenta o desafio de integrar as tecnologias digitais sem perder de vista os valores éticos, humanos e cristãos que fundamentam sua missão educativa. Mais do que incorporar ferramentas tecnológicas ao cotidiano escolar, trata-se de promover uma cultura digital humanizada, pautada pela responsabilidade, pelo cuidado com o outro, pela solidariedade e pelo discernimento crítico diante das informações e interações presentes no ambiente virtual.

Nesse contexto, a pastoral escolar também é convocada a ampliar sua presença nos espaços digitais, compreendendo-os como novos ambientes de evangelização, escu-

ta e acompanhamento. As redes sociais, plataformas digitais e ambientes virtuais de aprendizagem tornam-se espaços nos quais os estudantes constroem identidades, estabelecem vínculos e expressam suas inquietações existenciais e espirituais. Assim, a pastoral necessita desenvolver linguagens e estratégias capazes de dialogar com as infâncias, adolescências e juventudes contemporâneas, favorecendo experiências de acolhimento, participação e sentido.

Além disso, a cultura digital evidencia desafios relacionados ao individualismo, à superficialidade das relações, à intolerância e à disseminação de desinformação e discursos de ódio. Diante dessas questões, a Educação Católica é chamada a fortalecer processos educativos que promovam a ética digital, a convivência respeitosa, a empatia e o compromisso com o bem comum. Trata-se de formar sujeitos capazes de utilizar as tecnologias de maneira consciente, crítica e responsável, colocando-as a serviço da dignidade humana e da construção de uma sociedade justa e solidária.

Conforme destacam Junqueira et al (2021) no Compêndio de Pastoral Escolar para a educação básica na Escola Católica, a pastoral escolar deve atuar de maneira integrada ao projeto educativo, favorecendo práticas que articulem fé, cultura e vida. Assim, no contexto da cultura digital, sob o viés do uso da Inteligência Artificial, a interdisciplinaridade e o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento tornam-se fundamentais para que a Educação Católica continue promovendo uma formação humana, ética, espiritual e socialmente comprometida.

Entre os principais desafios educativos está a necessidade de desenvolver uma formação crítica diante do excesso de informações disponíveis nas redes e plataformas digitais. O acesso ampliado ao conhecimento não garante, por si só, aprendizagem significativa. Muitas vezes, os estudantes são expostos à superficialidade dos conteúdos, à desinformação e à dificuldade de apro-



fundamento reflexivo. A escola é desafiada a promover competências relacionadas à análise crítica, à ética digital, à responsabilidade no uso das tecnologias e à construção consciente do conhecimento.

Outro desafio importante refere-se às mudanças nas formas de atenção, interação e aprendizagem das novas gerações. A cultura digital favorece linguagens rápidas, visuais e interativas, exigindo metodologias pedagógicas dinâmicas e participativas. Educadores precisam aprender a integrar as tecnologias de maneira significativa ao processo educativo, superando tanto a resistência ao digital quanto o uso meramente instrumental das ferramentas tecnológicas.

No âmbito pastoral, a cultura digital também provoca profundas transformações. As experiências religiosas e espirituais passam a ocorrer, muitas vezes, em ambientes virtuais, modificando as formas de participação comunitária, evangelização e vivência da fé. Um dos desafios consiste em construir uma presença pastoral significativa nas redes sociais e plataformas digitais, sem perder a profundidade das relações humanas e da experiência comunitária. A pastoral é chamada a evangelizar também no ambiente digital, utilizando linguagens acessíveis e promovendo espaços de escuta, acolhimento e diálogo.

Além disso, a cultura digital evidencia questões éticas relacionadas ao individualismo, à intolerância, à exposição excessiva da vida privada, ao cyberbullying e à disseminação de discursos de ódio. Diante disso, a educação católica, possui a missão de contribuir para a formação de sujeitos conscientes, empáticos e comprometidos com valores humanos e sociais. Trata-se de educar para o cuidado, para a responsabilidade e para a convivência respeitosa também nos ambientes virtuais.

Inspiradas por perspectivas interdisciplinares, como as defendidas por Ivani Fazenda, as práticas educativas e pastorais no contexto digital precisam favorecer o diálogo entre tecnologia, ética, espiritualidade, cultura e relações humanas. Assim, mais do que adaptar ferramentas, o grande desafio contemporâneo consiste em humanizar a cultura digital, colocando a tecnologia a serviço da vida, da formação integral e da construção do bem comum.

Considerações finais

Ao pensarmos nos desafios da educação e em como construir sentido em meio às novas tecnologias, precisamos voltar àquilo que é essencialmente humano: a relação. O

que está em jogo não é, como o Papa Leão XIV nos recorda, uma resposta dual entre sim ou não. É um caminho de compreensão, cuidado e proteção do bem mais precioso que possuímos: a nossa humanidade²⁵.

Santo Agostinho, na sua Regra, propõe que os bens sejam partilhados a cada um conforme a sua necessidade²⁶. Esse horizonte pode ser ampliado: as tecnologias podem e devem ser aliadas poderosas para suprir ne-



cessidades humanas reais, e não para criar dependências, aprisionamentos e ausência de reflexão. Se sentimos falta dos dedos que folheiam e folheiam sem saber ainda o que buscam, essa mesma humanidade pode fazer o mesmo pelo toque de uma tela. Se nos perguntamos onde estão os erros, os argumentos, o frio na barriga da interação humana, a tecnologia precisa ser ponte de aproximação, não um simples canal.

A educação tecnológica não pode limitar-se à mera transmissão de conhecimentos. Ela deve promover a formação integral de sujeitos capazes de pensar, sentir, escolher e agir de forma consciente e responsável. E agir, no sentido mais profundo da palavra, não é simplesmente executar comandos. É aprender a decidir com liberdade, responsabilizar-se pelas consequências, colocar o bem do outro como critério.

Nenhum sistema, por mais sofisticado que seja, é capaz de agir autonomamente nesse horizonte ético. As tecnologias processam dados, reconhecem padrões e oferecem possibilidades, mas não atribuem sentido às escolhas nem assumem responsabilidade por suas consequências. Essa é uma tarefa propriamente humana. Por isso, diante dos avanços da inteligência artificial, torna-se ainda mais necessário reafirmar que o verdadeiro agente da educação, da ética e da transformação da realidade continua sendo o ser humano.

Referências

AGOSTINHO DE HIPONA. **Confissões, Livro I, cap. 1**. Trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Paulus, 2011.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco, Livro VI, cap. 4-5**. Trad. Antônio de Castro Caeiro. São Paulo: Atlas, 2009.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. São Paulo: Papirus, 1994.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 18. ed. Campinas: Papirus, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Theorie des kommunikativen Handelns**. Frankfurt: Suhrkamp, 1981. Trad. inglesa: *The Theory of Communicative Action*, v. 2. Boston: Beacon Press, 1987, pp. 332-373.

HUSSERL, Edmund. **The Crisis of European Sciences and Transcendental Phenomenology**. Trans. David Carr. Evanston: Northwestern University Press, 1970.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; LEAL, Valéria Andrade; RIAL, Gregory. **Compêndio de pastoral escolar para a educação básica na escola católica**. Curitiba: InterSaberes, 2021.

LEÃO XIV. **Magnifica Humanitas: sobre a salvaguarda da pessoa humana na era da inteligência artificial**. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2026. Disponível em: < Carta Encíclica do Santo Padre Leão XIV Magnifica Humanitas (15 de maio de 2026)>. Acesso: 7 junho de 2025.

SCHUTZ, Alfred. **The Phenomenology of the Social World**. Trans. George Walsh; Frederick Lehnert. Evanston: Northwestern University Press, 1967.

²⁵ Cf. LEÃO XIV. *Magnifica Humanitas*. Vaticano, 2026, n. 9.

²⁶ Cf. AGOSTINHO DE HIPONA. Regra. cap. 1, n. 3.

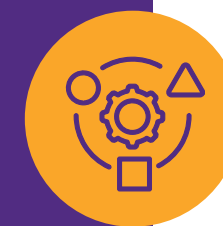


Frei Ebersson Dionisio Naves, OSA Religioso presbítero da Ordem de Santo Agostinho, licenciado em Filosofia e bacharel em Teologia. Atua como liderança religiosa na Unidade de Nova Lima. É secretário provincial e coordenador da comunicação da Província da Consolação.



Tatiane Almeida. Especialista em Educação e Evangelização na Rede Lius Agostinianos. Doutora e mestre em Ciências da Religião e graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em Gestão Escolar pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Religião e Cultura no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Atua como conselheira do Vicariato Episcopal para a Educação da Arquidiocese de Belo Horizonte.

ENTRE TELAS E VIRTUDES: A REGULAÇÃO INFANTIL À LUZ DOS VALORES AGOSTINIANOS



Ana Cristina Gonçalves Carvalho

Diversos estudos nacionais e internacionais têm se dedicado a analisar os impactos das tecnologias digitais na vida das crianças. Destacamos pesquisas de diferentes naturezas: Haidt (2024) aponta o risco da epidemia de transtornos mentais para a infância hiperconectada; Kang (2021) parte do impacto do uso excessivo da tecnologia no desenvolvimento do corpo para apresentar seis etapas para hábitos saudáveis na utilização da tecnologia; Wolf (2019) aborda os desafios da leitura na era digital a partir do argumento de que é possível educar as crianças para que sejam duplamente letradas, tanto nos livros impressos quanto em leitura digital; Goodall e Flewitt (2025) apresentam possibilidade de mediação parental das primeiras experiências com as mídias digitais em casa, partindo de uma ampla pesquisa que aborda questões relacionadas aos direitos digitais de crianças muito pequenas. Todas essas pesquisas discutem as transformações cognitivas e socioemocionais até mudanças estruturais nas formas de interação e participação infantil nos ambientes digitais.

No contexto brasileiro, o debate sobre o uso de tecnologias nos espaços educacionais ganhou especial relevância midiática após a promulgação da Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025, que estabeleceu restrições ao uso de aparelhos eletrônicos portáteis por estudantes da educação básica, permitindo seu uso apenas para fins estritamente pedagógicos e didáticos. Tal normatização ampliou as discussões públicas sobre a presença das tecnologias

na escola e seus possíveis efeitos sobre as práticas educativas e sobre as experiências das crianças.

A temática da infância conectada tem, assim, ocupado lugar de destaque nos meios de comunicação, refletindo inquietações sociais acerca da relação entre crianças, telas e desenvolvimento. Paralelamente, indicadores oficiais vêm sistematizando evidências sobre o uso de tecnologias digitais pelas crianças brasileiras, como é o caso do relatório “Estatísticas TIC para crianças de 0 a 8 anos de idade”. O documento apresenta resultados de uma pesquisa nacional, probabilística e representativa, realizada por meio de entrevistas presenciais apoiadas pelo uso de tablets. Os dados coletados contemplam informações sobre o uso da internet, o uso de computadores (de mesa, notebook ou tablet) e a posse de celular entre crianças pequenas.

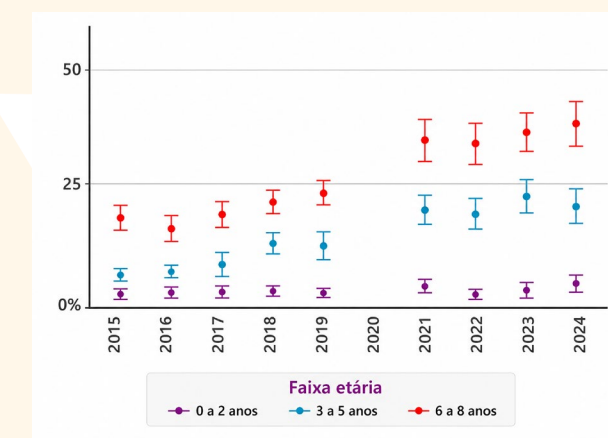


Gráfico 1: Moradores de 0 a 8 anos que possuem telefone celular (2015-2024) (%)

A posse de telefone celular entre as crianças de 0 a 8 anos apresenta um comportamento marcado por uma clara diferença entre os períodos anterior e posterior ao início da pandemia COVID-19. Em 2015, 3% das crianças de 0 a 2 anos, 6% das de 3 a 5 anos e 18% das de 6 a 8 anos possuíam um telefone celular próprio. Em 2024, esses indicadores alcançaram 5%, 20% e 36%, respectivamente.

Diante desse contexto, torna-se imprescindível aprofundar a compreensão sobre os modos de uso, os repertórios culturais mobilizados e os processos de produção de sentidos que crianças elaboram a partir de suas interações por meio do celular.

No âmbito dos estudos sobre cultura digital, a comunidade acadêmica também tem buscado compreender de que maneiras os ambientes digitais reconfiguram as experiências infantis. Haidt (2024) argumenta que estamos vivenciando uma **“Grande Reconfiguração”**, provocada pelas transformações tecnológicas que, segundo ele, remodelaram significativamente a mente e o comportamento das crianças. O autor afirma que essa mudança decorre da transição de uma **“infância baseada no brincar”** para uma **“infância baseada no celular”**, caracterizada pelo predomínio das interações mediadas pelas telas e pela intensificação das práticas de hiperconexão. Para Haidt, essa transição implica a substituição progressiva das interações corporificadas — ancoradas em presença física, troca sensorial e atenção compartilhada — por experiências predominantemente linguísticas e simbólicas, inseridas em ambientes digitais marcados pela descorporificação (Haidt, 2024, p. 18). Embora Haidt alerte para os riscos de uma infância excessivamente mediada por dispositivos digitais, não se trata de negar a presença das tecnologias no cotidiano infantil. O desafio educativo consiste em compreender como esses recursos podem ser utilizados de forma ética, intencional e humanizadora, fortalecendo vínculos e ampliando possibilidades de aprendizagem.

O artista Pawel Kuczynski, polaco contemporâneo, é um observador atento da natureza humana e dos comportamentos sociais modernos. Sua obra **“Time”** parece dialogar com a Grande Reconfiguração de Haidt (2024), entendendo que a **“infância baseada no brincar”**, demonstrada na parte superior da ampulheta (figura a seguir), com três crianças brincando de bola, representando a vivacidade, a liberdade e o prazer lúdico do tempo presente, está escorrendo e, com o passar do tempo, conforme a areia vai caindo, surge a **“infância baseada no celular”**, na parte inferior da ampulheta, com uma figura de um ser isolado e absorvido em um dispositivo digital.



KUCZYNSKI, Pawel. Time. Ilustração

No mesmo sentido apresentado por Haidt e Pawel, um estudo realizado pelo **National Endowment for the Arts (NEA)** constatou que vivemos uma transição de uma cultura baseada no letramento para uma cultura mais influenciada digitalmente e que essa transição oportunizou o aumento da quantidade de palavras lidas pela sociedade, porém modificou a forma de leitura,

que se tornou não linear e saltitante como um gafanhoto (Wolf, 2019, p.91). A leitura digital requer habilidades de pensamento sofisticadas que precisam ser consideradas no ambiente escolar, surgindo, assim, novas pedagogias. A informação digital apresenta novas riquezas e novos desafios para a mente, uma vez que a natureza fluida e multimodal do digital permite a imersão em diversas modalidades.

Outra discussão importante refere-se às políticas e diretrizes que fazem apelos de restrições simplistas e generalizadas ao uso de aparelhos eletrônicos por crianças na primeira infância, que não são úteis aos familiares. Uma delas é a Organização Mundial da Saúde (OMS) (2019) que orienta que crianças menores de dois anos não devem ser expostas a dispositivos digitais, enquanto aquelas entre dois e cinco anos devem utilizá-los por, no máximo, uma hora diária, sempre com a mediação ativa de um adulto. Entretanto, tais orientações contrastam com as práticas cotidianas, nas quais bebês e crianças pequenas convivem de maneira constante com adultos, adolescentes e outras crianças que fazem uso intensivo de artefatos digitais, observando e atribuindo sentidos às funções e formas de interação que esses modelos oferecem. Blum-Ross & Livingstone (2016) apontam a necessidade de adoção de uma abordagem mais holística que reflita a onipresença da tecnologia digital na vida das crianças, em detrimento de diretrizes de restrições simplistas e generalizadas. Patrikakou (2016) adverte que precisamos ser mais proativos do que reativos em relação à tecnologia digital.

Educar integralmente as infâncias agostinianas

No contexto da Educação Infantil, o desenvolvimento integral pressupõe que a criança aprenda e se desenvolva nas dimensões física, emocional, cognitiva, social, ética e cultural. Nesse processo, os artefatos digitais podem contribuir

significativamente quando integrados a propostas pedagógicas intencionais, contextualizadas e mediadas por educadores e famílias, favorecendo experiências de aprendizagem que respeitem as necessidades e singularidades da infância.

De acordo com a Congregação para a Educação Católica (1997), a escola católica é chamada a assumir seu caráter evangelizador, promovendo a formação integral da pessoa, a inculturação da fé e o diálogo entre diferentes culturas, religiões e contextos sociais. Nessa perspectiva, a escola agostiniana configura-se como espaço privilegiado de convivência, aprendizagem e desenvolvimento humano, onde o conhecimento se articula à construção de valores, ao cultivo da interioridade e ao compromisso com o bem comum.

Para a tradição agostiniana, educar integralmente significa favorecer o desenvolvimento harmonioso da pessoa em todas as suas dimensões, reconhecendo cada criança como sujeito único, dotado de dignidade, potencialidades e abertura à transcendência. Assim, diante da crescente presença das tecnologias digitais na vida cotidiana, torna-se fundamental que sua utilização esteja orientada por princípios éticos e humanizadores, contribuindo para a formação de crianças capazes de aprender, relacionar-se, discernir e agir de maneira responsável e solidária.

O carisma agostiniano sintetiza-se na tríade: interioridade, vida em comunidade e serviço à humanidade. A **interioridade** agostiniana conduz a um movimento de relação que vai do exterior para o interior e do interior para o transcendente, favorecendo uma conexão amorosa com toda a criação e, de modo especial, com os seres humanos, reconhecidos como “imagem e semelhança de Deus”.

A **vida em comunidade** fundamenta-se na compreensão de que o ser humano é, por natureza, um ser de relação, tendo em Jesus

a referência maior de unidade, acolhimento e valorização da diversidade. Nesse contexto, a amizade constitui o elemento central da concepção comunitária agostiniana.

O pilar do **serviço à humanidade** configura-se como a articulação dos outros dois pilares. À medida que a pessoa amadurece no autoconhecimento, reconhecendo suas potencialidades e fragilidades, aprofunda também o conhecimento d'Aquele que habita em seu interior. Quanto mais se identifica com esse Deus-Amor presente em si, mais compreende a importância de partilhar a vida e os dons com os outros. Assim, quanto maior é a consciência do valor da vida em comunidade e da presença de Deus em si mesmo, maior se torna o desejo de colocar-se a serviço do próximo.

Nesse horizonte, a proposta pedagógica agostiniana compreende o sujeito em sua integralidade, valorizando três dimensões fundamentais: a acadêmica, a cidadã planetária e a humano-cristã agostiniana. Desse modo, a excelência pedagógica agostiniana concretiza-se em uma educação voltada para a inquietude reflexiva, para a convivência em sociedade e para o serviço à humanidade.



Fonte: Mandala do projeto pedagógico agostiniano

A proposta educativa apresentada no diagrama acima, fundamenta-se na busca da excelência pedagógica por meio da integração de três dimensões complementares: a humano-cristã agostiniana, a acadêmica e a cidadã planetária. Nessa perspectiva, educar significa formar integralmente a pessoa, promovendo o desenvolvimento de conhecimentos, valores e atitudes que possibilitem o serviço à humanidade, a inquietude diante dos desafios do mundo e o compromisso com a vida em comunidade. Inspirada pelo carisma agostiniano, essa concepção compreende a educação como um processo que articula formação humana, excelência acadêmica e responsabilidade social, preparando sujeitos capazes de aprender continuamente, conviver solidariamente e atuar de forma ética e transformadora na sociedade.

Construindo vínculos e aprendendo a sentir: reflexões sobre uma criança de 5 anos

O caso narrado dialoga com a premissa da BNCC Computação de “vivenciar e identificar diferentes formas de interação mediadas por artefatos computacionais” (BRASIL, p. 1). Na turma de crianças de 5 anos, a professora titular precisou afastar-se temporariamente por motivos de saúde, sendo substituída por outra docente. Essa mudança no contexto relacional e pedagógico tornou-se um cenário propício para que as crianças refletissem sobre diferentes formas de interação, incluindo aquelas mediadas por recursos tecnológicos.

Durante esse período, uma criança da turma, com comorbidade em Transtorno Opositor Desafiador, apresentou um episódio de desregulação emocional, dirigindo-se à sala da Supervisão — espaço já reconhecido por ela como um ambiente que favorece sua autorregulação, por meio de estímulos sensoriais.

Em escuta qualificada, a criança expressou sentir falta da professora Sissi. O momento foi conduzido com acolhimento e validação emocional, favorecendo a nomeação do sentimento de saudade e a compreensão de que sua resistência em permanecer com a professora Lu estava relacionada ao vínculo afetivo previamente estabelecido.

Durante o diálogo, a criança relatou ter escrito uma carta para a professora Sissi e manifestou o desejo de enviar uma mensagem. A mediação pedagógica possibilitou a gravação de um áudio, no qual a criança expressou afeto, saudade e expectativa com o reencontro. Após o envio, mesmo sem retorno imediato, observou-se uma redução significativa da intensidade emocional, permitindo seu retorno à sala.

No dia seguinte, ao antecipar a ausência da professora, a criança apresentou nova resistência para entrar em sala, permanecendo no corredor em choro. Foi então convidada a retornar ao espaço da Supervisão para ouvir a resposta enviada pela professora Sissi. Ao escutar a mensagem — que reafirmava o vínculo afetivo, o cuidado e a previsão de retorno —, a criança demonstrou mudança imediata de estado emocional, acalmando-se e expressando segurança por meio do sorriso e da tranquilidade ao longo do restante do dia.

A situação evidencia a centralidade do vínculo afetivo como elemento estruturante na Educação Infantil. Conforme propõe Henri Wallon, o desenvolvimento infantil está intrinsecamente ligado às emoções e às relações estabelecidas com o outro. A ausência de uma figura de referência pode desencadear insegurança e manifestações de desregulação, especialmente em crianças que ainda estão em processo de construção de estratégias internas de autorregulação.

A experiência permitiu à criança vivenciar uma interação mediada por artefatos tec-

nológicos, no caso, o áudio como ferramenta de comunicação. Essa mediação ampliou as possibilidades de expressão e de manutenção do vínculo afetivo, permitindo que a relação com a professora Sissi se sustentasse mesmo em sua ausência física.

À luz da perspectiva de Lev Vygotsky, os artefatos culturais — incluindo as tecnologias digitais — atuam como mediadores do desenvolvimento humano, organizando as formas de pensar, sentir e se relacionar. Nesse contexto, o uso do recurso tecnológico não se configurou apenas como um instrumento funcional, mas como um elemento simbólico que possibilitou à criança elaborar emocionalmente a ausência, ressignificando a experiência de separação.

Além disso, a interação mediada favoreceu a escuta e a resposta da professora, fortalecendo a noção de reciprocidade na relação. Ao receber o retorno em áudio, a criança pôde confirmar a permanência do vínculo, o que contribuiu significativamente para sua regulação emocional e sensação de segurança.

Assim, a educação infantil, quando orientada pelo carisma agostiniano, ultrapassa a dimensão técnica e torna-se uma prática profundamente humanizadora. O aporte carismático, portanto, atua como um fermento na massa: embora nem sempre seja visível, influencia de maneira significativa e qualifica efetivamente o currículo.

O episódio analisado evidencia que o debate sobre tecnologias na infância não deve se restringir à oposição entre uso e proibição. Quando inseridos em contextos pedagógicos intencionais e fundamentados em valores humanos, os recursos digitais podem constituir importantes mediadores de vínculos, aprendizagens e processos de autorregulação emocional. Na perspectiva agostiniana, o critério fundamental não é a tecnologia em si, mas sua capacidade de favorecer a interioridade, fortalecer a vida em comunidade e promover o cuidado com o outro.

Referências

BLUM-ROSS, Alicia; LIVINGSTONE, Sonia. **Families and screen time: current advice and emerging research.** Londres: London School of Economics and Political Science, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Complemento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Computação.** Brasília: MEC, 2022.

CETIC.BR. **Estatísticas TIC para crianças de 0 a 8 anos de idade.** São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2025. Disponível em: Cetic.br – Estatísticas TIC para crianças de 0 a 8 anos de idade. Acesso em: 14 maio 2026.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. **A escola católica no limiar do terceiro milênio.** Roma, 28 dez. 1997.

GOODALL, J., FLEWITT, R., GEMAYEL, S. E., ARNOTT, L., DALZIELL, A., GILLEN, J., ... WINTER, K. (2025). **Parental mediation of very young children's early experiences with digital media at home.** Educational Review, 1–26. <https://doi.org/10.1080/00131911.2025.2579531> Acesso em: 3 jun. 2026.

CRUZ, Jeferson Felipe Gomes da Silva. A potência pedagógica do carisma Agostiniano. In: SOUZA, Jonathan Félix de. **Conviver: princípio meio e fim da pedagogia agostiniana - artigos e relatos de experiência** / Jonathan Félix de Souza. Belo Horizonte: Rede Lius, 2025.

HAIDT, Jonathan. **A geração ansiosa: como a infância hiperconectada está causando uma epidemia de transtornos mentais.** Tradução Lígia Azevedo. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

KANG, Shimi. **Tecnologia na infância: criando hábitos saudáveis para crianças em um mundo digital.** Tradução Tássia Carvalho. 1ª ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2021.

KUCZYNSKI, Pawel. **Obras disponíveis em: www.pictorem.com/gallery/Pawel.Kuczynski?refer=L110HOI5KMT**

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Guidelines on physical activity, sedentary behaviour and sleep for children under 5 years of age.** Geneva: World Health Organization, 2019. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241550536>. Acesso em: 14 maio 2026.

YOGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WOLF, Maryanne. **O cérebro no mundo digital: os desafios da leitura na nossa era.** Tradução de Rodolfo Ilari e Mayumi Ilari. São Paulo: Contexto, 2019.



Ana Cristina Gonçalves Carvalho. Doutoranda em Educação na linha de pesquisa Educação e Linguagem pela UFMG. Mestre em Educação e Docência e pedagoga pela UFMG. Supervisora pedagógica da Educação Infantil e do 1º Ano do Colégio Santo Agostinho de Contagem. Membro no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura Escrita Digital e do Fórum Regional Metropolitano de Educação Infantil.

MEDIAÇÃO DOCENTE NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL



Tiago Felipe da Silva

A pergunta que se instala

Você provavelmente já viveu esta cena. Alguém na escola mostra no celular uma resposta gerada por inteligência artificial. O texto é preciso, fluente, impecável na superfície. E a pergunta que se instala não é técnica. É existencial: se a máquina já faz isso, o que resta para mim?

A pergunta é legítima. E pode ser, ao mesmo tempo, a pergunta equivocada. É legítima porque nasce de uma percepção real: os modelos de linguagem já podem superar o chamado “teste de Turing”²⁷ em diversos contextos, tornando progressivamente mais difícil distinguir a produção humana da produção algorítmica (FLORIDI, 2023). Mas talvez seja equivocada, porque parte de um pressuposto que precisamos desmontar: o de que nosso papel como educadores se define pela transmissão de conteúdo. Se assim fosse, a imprensa já nos teria tornado obsoletos e o livro didático já bastaria.

O que está em jogo não é a substituição do professor. É o deslocamento da sua função. E é justamente nesse deslocamento que reside tanto o risco quanto a possibilidade. Uma possibilidade de compreendermos a natureza dessas transformações é olharmos para uma categoria que a IA modifica de maneira radical: o tempo. Quantas ferramentas você adotou nos últimos anos prometendo “otimizar o tempo”? Planilhas, sistemas de gestão,

plataformas adaptativas, e agora a IA generativa. Cada uma delas prometeu liberar horas. Quantas horas, de fato, foram liberadas para pensar, analisar e criar?

A inteligência artificial commoditiza o acesso à informação, isto é, torna-o abundante, instantâneo e facilmente replicável, ao mesmo tempo que acelera os processos de produção textual, visual e analítica. E aqui reside o paradoxo que poucas instituições têm enfrentado com honestidade: essa aceleração não gera, necessariamente, aprendizagem. Em muitos casos, ela produz o que podemos chamar, sem eufemismo, de aceleração do caos: mais respostas, menos perguntas; mais produção, menos autoria; mais velocidade, menos sentido. É uma ilusão acreditar que, quanto mais ativos nos tornássemos, mais livres seríamos.

Sêneca, há dois milênios, já nos advertia: “É inevitável que a vida não seja apenas muito curta, mas muito infeliz para aqueles que adquirem com muito trabalho o que devem manter com mais trabalho ainda” (Sêneca, 2021, p. 30). A observação adquire uma atualidade desconcertante. Nós, educadores, vivemos imersos em planilhas, relatórios, sistemas e, agora, ferramentas de IA, todos prometendo otimizar o tempo, porém com um risco enorme de consumir mais tempo do que liberar, podendo escapar a compreensão de nós mesmos e do outro.

²⁷ Teste proposto pelo matemático britânico Alan Turing em 1950: uma máquina seria considerada “inteligente” se, em uma conversa por texto, uma pessoa não conseguisse distinguir suas respostas das de um ser humano. Turing o chamou originalmente de “jogo da imitação”.

Byung-Chul Han (2024) nos ajuda a entender por quê. Ele diagnostica a sociedade contemporânea como uma sociedade do desempenho, na qual já não somos oprimidos por uma instância externa, mas por nós mesmos, pela compulsão de produzir, de otimizar, de maximizar. “No empuxo daquela positividade geral do mundo, tan-



to o homem quanto a sociedade se transformam numa máquina de desempenho (Han, 2024, p. 59).” A máquina, nesse sentido, não é apenas o computador sobre a nossa mesa. É a lógica que nos habita, a gramática da aceleração que coloniza o tempo do pensar, do errar e do hesitar.

E a IA, nesse quadro, opera como um catalisador. Não porque seja boa ou má em si mesma, mas porque potencializa o re-

gime em que é inserida. A tecnologia não é neutra, mas tampouco é determinante: ela revela e intensifica aquilo que, de alguma forma, já está posto.

Han (2024, p. 59) afirma que é preciso observar que “possivelmente o computador conte de maneira mais rápida que o cérebro humano, e sem repulsa acolhe uma imensidão de dados, porque está livre de toda e qualquer alteridade. É uma máquina positiva.”. A ausência de alteridade, a incapacidade de estranhamento, de recusa, de contradição, é justamente o que torna a máquina eficiente e, ao mesmo tempo, o que a torna insuficiente para educar. Porque educar pressupõe negatividade: o atrito do encontro com o outro, a resistência do real ao desejo, a demora que o pensamento genuíno exige.

Vamos a um exercício breve. Quando pedimos a um modelo de IA que redija uma atividade para uma turma, um e-mail ou uma resposta para alguém, o que acontece? A IA não apenas executa o pedido, ela sugere formatos, antecipa estruturas, modela o tipo de atividade possível. Antes mesmo que formulássemos nossa intenção com clareza, o campo de possibilidades já foi reconfigurado. Isso é diferente de usar um quadro branco ou uma caneta. Não, necessariamente, por chegar a outras conclusões, mas por possibilitar maneiras objetivas, criativas e eficazes para situações em diferentes configurações.

Reduzir a inteligência artificial a uma “ferramenta” é um equívoco com consequências práticas. Uma ferramenta é um instrumento passivo: você usa e guarda. A IA não opera assim. Ela participa da construção do que pensamos, do que propomos, do que avaliamos. Ela redefine, silenciosamente, a relação entre educador, estudante e conhecimento. E é justamente por isso que a questão não é somente técnica. É cultural e pedagógica.

Quando um estudante utiliza IA para “encurtar caminho” na produção de alguma

atividade, não estamos diante apenas de um problema de disciplina ou de controle. Estamos diante de uma revelação. Se o atalho é possível, é porque o percurso que oferecíamos já não demandava travessia genuína. Se a resposta da máquina satisfaz, talvez isso revele um limite nas experiências intelectuais que, ao longo do tempo, passamos a legitimar. A IA não criou essa fragilidade. Ela apenas a tornou visível.

E o que fazemos com essa visibilidade? Podemos ignorá-la, proibindo a IA e tratando-a como um modismo passageiro. Podemos abraçá-la sem critério, adotando ferramentas como se fossem soluções. Ou podemos encará-la como convite: repensar o que estamos, de fato, propondo como experiência intelectual aos nossos estudantes.

Se orientada por propósitos pedagógicos claros, a IA também pode ampliar nossa compreensão sobre os próprios processos de aprendizagem. Conforme discutem Brackmann et al. (2023), ao analisar padrões, trajetórias e dificuldades, a IA pode contribuir para abrir a chamada “caixa-preta do aprendizado”, oferecendo pistas mais refinadas sobre como os estudantes aprendem e onde encontram obstáculos. Mas essa possibilidade exige critérios claros, mediação humana e reflexão ética.

Governança, nesse sentido, não é proibir ou permitir. É deliberar com propósito. E isso nos conduz, inevitavelmente, à tradição que fundamenta nosso projeto educativo: sua intencionalidade.

Interioridade, vida em comunidade e serviço à humanidade

Agostinho de Hipona escreveu nas Confissões que “inquieto está o nosso coração, enquanto não repousa em ti” (AGOSTINHO, 1987, p. 09). Sem pretender deslocar sua centralidade teológica, vale explorar aqui uma possível ressonância pedagógi-

ca da afirmação. A inquietação, na tradição agostiniana, não é um defeito a ser corrigido. É o motor da busca. Uma educação que elimina inquietação, em nome da eficiência, pode estar traindo o próprio sentido do educar.

A interioridade agostiniana, nosso primeiro pilar (“não saias de ti, volta a ti mesmo”), não é um convite ao isolamento. É um convite à profundidade. É a exigência de que o conhecimento seja processado, confrontado com a experiência pessoal, integrado à totalidade de quem somos. A IA, ao oferecer respostas instantâneas, pode tanto facilitar esse processo quanto sabotá-lo. Facilita quando nos libera de tarefas mecânicas e repetitivas, abrindo espaço para a reflexão. Sabota quando substitui o próprio trabalho de pensar, criando o que Han (2024, p. 37) identificou como “terceirização do pensamento”, uma operação na qual delegamos à máquina não apenas a execução, mas o julgamento.

A vida em comunidade, segundo pilar agostiniano, impõe outra exigência. A IA opera em regime de personalização radical: algoritmos que se adaptam ao perfil individual, respostas calibradas para o gosto de cada usuário, bolhas informacionais que confirmam o que já pensamos. A escola agostiniana, por vocação e por princípio, opera na direção contrária: o encontro com o diferente, a construção coletiva do saber, a escuta do outro como condição para o conhecimento de si. A mediação docente, nesse contexto, é o que impede que a personalização algorítmica se converta em isolamento cognitivo.

E o serviço à humanidade, terceiro pilar, exige discernimento. Em uma ecologia informacional saturada por conteúdos gerados por IA, onde a verossimilhança substitui a veracidade e a fluência simula a consistência, somos convocados a exercer, e a ensinar, o que podemos chamar de letramento em IA: “a capacidade de compreender, utilizar e avaliar criticamen-

te sistemas de inteligência artificial em diferentes contextos sociais e educacionais” (Brasil, 2024). Mas esse letramento, para não se reduzir a uma competência técnica, precisa ser ancorado em uma pergunta ética: a serviço de quê, e de quem, estamos usando essa tecnologia?

Han (2024, p. 57) nos oferece uma imagem poderosa: “A máquina não pode fazer pausas. Apesar de todo o seu desempenho computacional, o computador é burro, na medida em que lhe falta a capacidade para hesitar”. A hesitação, longe de ser fraqueza, é o gesto mais propriamente humano diante da complexidade. Hesitar é reconhecer que a primeira resposta pode não ser a melhor, que o caminho mais curto pode não ser o mais formativo, que a eficiência não é o único critério para avaliar um processo educativo.

A escola não deve se limitar a “usar ferramentas de IA”. Precisa construir um sistema de inteligência ampliada governado por seus próprios valores e métodos, no qual a tecnologia acelera processos e análises para que nós, educadores, tenhamos mais tempo e poder para fazer o que é insubstituível: relacionar, pensar e criar.

COMO TRADUZIR ISSO EM PRÁTICA? PROPOŇHO CINCO MOVIMENTOS.

Da resposta à pergunta

Se a IA gera respostas com facilidade, a centralidade da nossa prática precisa se deslocar para a formulação de perguntas. Isso implica abandonar avaliações que privilegiam a reprodução de informação e investir em propostas que exijam posicionamento, argumentação contextualizada e articulação de saberes. A pergunta bem formulada, aquela que não pode ser respondida por um algoritmo sem perder sua substância, é o território onde a mediação docente se torna indispensável.

Da pressa à demora

Frente à aceleração algorítmica, precisamos reivindicar, e institucionalizar, o tempo de reflexão. Práticas como a escrita reflexiva em sala de aula, o debate estruturado, a leitura atenta de textos e o diálogo não são anacronismos: são formas de resistência pedagógica à “livre coerção de maximizar o desempenho” (Han, 2024, p. 29). Sêneca nos lembra: “é uma pequena parte da vida que realmente vivemos. Na



verdade, todo o resto não é vida, mas apenas a passagem do tempo” (Sêneca, 2021, p. 15). Educar é, também, ensinar a habitar o tempo, não apenas a consumi-lo.

Da personalização ao encontro

A mediação docente deve criar situações em que o estudante seja confrontado com perspectivas diferentes das suas, e diferentes daquelas que o algoritmo lhe oferecerá. Projetos colaborativos, seminários interdisciplinares, rodas de conversa com a comunidade e atividades pastorais são espaços privilegiados para essa experiência de alteridade que a máquina, por definição, não pode proporcionar.

Da utilização à autoria

Utilizar IA para gerar um texto não é o mesmo que escrever. Nossa mediação precisa distinguir, com clareza, uso de autoria. Isso significa ensinar o estudante a dialogar criticamente com as respostas da IA, a identificar limitações e vieses, a reescrever e a posicionar-se. A IA pode ser ponto de partida, nunca ponto de chegada. Quando se torna ponto de chegada, o que temos não é aprendizagem, mas a carência do parecer versus o ser, a simulação de competência onde deveria haver construção de pensamento.

Da proibição à governança

Proibir a IA na escola é tão ingênuo quanto adotá-la sem critério. A mediação docente madura exige governança pedagógica: definir coletivamente, com professores, estudantes e famílias, os contextos em que a IA pode ser utilizada, os limites éticos que devem ser observados, os critérios de transparência e autoria. Se o estudante usa IA para encurtar caminho, isso revela um sistema que já não estimulava pensamento crítico antes. Enfrentar essa revelação com honestidade é mais urgente do que qualquer regulamentação.

A inquietação que permanece

A natureza não pula etapas e muda por evolução, enquanto a cultura troca paradigmas e muda por revolução (DE MASI, 2018). A inteligência artificial pode representar justamente uma dessas rupturas culturais: não apenas uma nova ferramenta, mas uma transformação profunda no modo como produzimos, acessamos e atribuímos sentido ao conhecimento. Em toda mudança de paradigma, há deslocamentos, tensões e incertezas. Nesse contexto, o papel do educador talvez seja, precisamente, o de ajudar a compreender e interpretar aquilo que se transforma, sem perder de vista o que precisa permanecer. Porque a IA pode encurtar caminhos e oferecer respostas. Mas educar continua sendo ensinar a habitar a dúvida, sustentar perguntas e atribuir sentido ao mundo.

Como integrar a IA sem perder aquilo que nos constitui como humanos? Como educar para o pensamento crítico quando o atalho está a um clique? Como manter viva a inquietação que move o aprender quando a eficiência nos convida a encerrar a busca antes mesmo de começá-la?

Essas perguntas não têm resposta pronta. E talvez seja exatamente por isso que precisamos delas.

Referências

AGOSTINHO, Santo. **Confissões; De magistro**. Tradução de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores).

BRACKMANN, Christian; VICARI, Rosa Maria; MIZUSAKI, Lucas E. P.; GALAFASSI, Cristiano. **Inteligência artificial na educação básica**. São Paulo: Novatec, 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação. Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial para a Educação**. Brasília: MEC, 2024.

DE MASI, Domenico. **Uma simples revolução.** Rio de Janeiro: Sextante, 2018.

FLORIDI, Luciano. **The ethics of artificial intelligence: principles, challenges, and opportunities.** Oxford: Oxford University Press, 2023.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço.** Tradução de Enio Paulo Giachini; tradução dos trechos em inglês por Letícia Meirelles. Petrópolis, RJ: Vozes, 2024.

SÊNECA, Lúcio Aneu. **Sobre a brevidade da vida.** Tradução de Fábio Meneses Santos. Jandira, SP: Principis, 2021.



Tiago Felipe da Silva. Professor do componente curricular de Educação Física no Ensino Médio e assessor pedagógico, com atuação em Tecnologia Educacional no Colégio Santo Agostinho Nova Lima. Na Rede Lius, atua também na análise de dados voltada às avaliações pedagógicas junto à gestão institucional. Mestre em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais, possui mais de 17 anos de trajetória na Rede Agostiniana, articulando inovação, análise de dados e práticas pedagógicas em sala de aula.



ENTREVISTA

Conversa com especialista

Neste bloco, convidamos um especialista para compartilhar reflexões sobre cultura digital, inteligência artificial e espiritualidade, contribuindo para a compreensão dos desafios e das possibilidades que emergem no contexto da Educação Católica. A partir de sua trajetória e experiência, a entrevista promove um diálogo crítico e humanizador sobre as transformações tecnológicas contemporâneas, reafirmando a centralidade da pessoa, do diálogo e da formação integral à luz dos valores cristãos e da tradição agostiniana.

OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA INOVAÇÃO EDUCACIONAL E DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA FORMAÇÃO HUMANA.



Prof. Dr. Bruno Márcio de Castro Reis

Psicólogo, mestre em Ciências Sociais e doutor em Psicologia pela PUC Minas. Professor da Faculdade de Psicologia da PUC Minas e professor convidado da Fundação Dom Cabral. Membro da coordenação ampliada do grupo de pesquisa, ensino e extensão Juventudes, Política, Interseccionalidade e Território (JUPITER) na PUC Minas. Temas de pesquisa: juventudes, educação, trabalho, cultura urbana e desigualdades.

Em um contexto marcado pela presença crescente da inteligência artificial, quais são os desafios mais urgentes para a educação contemporânea?

Primeiramente, gostaria de agradecer o convite e a oportunidade de contribuir com o Fórum Agostiniano de Educação, é uma satisfação estar estabelecendo este diálogo com todos vocês.

Bom, sobre sua pergunta, considero que são desafios de diferentes naturezas. A inteligência artificial coloca questões importantes aos processos pedagógicos e de avaliação da aprendizagem, também às relações de trabalho e aos direitos dos(as) trabalhadores(as) da educação, desafios também à convivência e aos relacionamentos interpessoais, bem como também à integridade científica. São questões de várias ordens. Destacarei os desafios para a aprendizagem e para o trabalho, dois que

considero bem importantes.

No aspecto da aprendizagem, o encanto gerado pela eficiência e rapidez atribuídas ao uso das IAs, alimentado pelo discurso de inovação e o apelo de produtividade, pode nos custar muito caro no que diz respeito à construção de conhecimento, mas também em termos de desenvolvimento de habilidades, inclusive cooperativas. Um risco é que as IAs ocupem o espaço de responder, no âmbito da aprendizagem, aos desafios que o trabalho intelectual deveria se ocupar. As IAs generativas podem trazer respostas mais rápidas e podem reduzir, ou substituir, ainda que gradualmente, o trabalho intelectual, em certa medida. Nesses dias eu dizia para meus alunos que Paulo Freire criticava a educação bancária expressa na figura do professor transmissor do conhecimento, que deposita o saber no educando. Um risco que temos agora é estarmos sob uma nova forma de educa-

ção bancária. Antes, o depósito; agora, o saque. O risco é que, ao invés do professor transmissor, tenhamos educandos indo às IAs para sacarem as respostas. Em que pesem as muitas diferenças históricas e culturais desse exemplo que mencionei, o ponto a que quero dar destaque aqui é que em ambos os processos, seja depositando conhecimento, seja sacando-o de alguma inteligência artificial, a reflexão crítica pode estar sendo negligenciada, ou secundarizada, e o processo educativo, nesse sentido, empobrecido. Destaco também, considerando como uma das urgências, o desafio para o trabalho na era da inteligência artificial. Papa Leão XIV publicou recentemente a Carta Encíclica Magnifica Humanitas, em que, ao falar sobre a dignidade do trabalho na transição digital, chama-nos atenção ao fato de que as “novas formas” de trabalho, na era da Inteligência Artificial, não são necessariamente melhores, pois, por um lado, denuncia o Papa, há a promessa de a IA substituir atividades rotineiras, ordinárias, aliviando o trabalho repetitivo; por outro, o que se nota, cotidianamente, são os trabalhadores pressionados para se adaptarem ao ritmo das máquinas e da produção. O Papa termina, provocando-nos, enquanto sociedade, a pensar modos de organizar o trabalho centrados na pessoa, e não no desempenho. No âmbito da educação, seja na sala de aula ou na gestão educacional, a questão a nos interrogar, penso ser esta: quem está no centro do benefício dessa ferramenta tecnológica que utilizo: a pessoa, o conhecimento, o bem comum ou o desempenho, a produção, a concorrência e a competitividade?

De que maneira a inovação tecnológica pode contribuir para uma formação humana integral sem reduzir o processo educativo à lógica da eficiência e do desempenho?

A tecnologia é resultado do trabalho humano. Nas diferentes épocas, foi importante para o desenvolvimento pessoal, comunitário, para emergência e organização da sociedade. Inovação tecnológica, nesse



sentido, sempre há. A inovação tecnológica é potencialmente boa, visto que pode atender às nossas necessidades e melhorar nossas condições de vida. Dito isso, penso que a inovação pela qual passamos neste momento histórico, e referindo-me agora, em especial, à Inteligência Artificial, pode contribuir para o processo educativo e a formação humana integral, a começar pelo aprofundamento necessário da reflexão ética e política. Trazer a ética e a política para a sala de aula, para a sala dos professores e para as reuniões pedagógicas.

Portanto, antes mesmo de pensar as contribuições do uso das novas tecnologias, penso que sua emergência, como ferramentas, e o contexto em que vivemos de novidade e seus dilemas, exige o amadurecimento do que elas significam e sobre os efeitos do uso que delas fazemos. O que o uso produz em nós, em nossas relações e na sociedade. Elas nos convocam à reflexão em tempos de tamanha aceleração. A reflexão ética tensiona, inclusive, nossa relação com o tempo e nossa consciência sobre os nossos sentimentos. Como vivemos e como nos sentimos diante do apelo constante de inovar e lidar com tantas informações e atividades em uma sociedade marcada pela conectividade, instantaneidade e pela lógica da eficiência e do desempenho? Percebermo-nos na aceleração pode ser um

dos benefícios. Talvez, um efeito colateral proporcionado pela inovação tecnológica contemporânea.

Penso também que o processo educativo, humano e integral, a exemplo da tradição agostiniana, que zela pelo desenvolvimento do discernimento e da interioridade, está a nos interrogar sobre por que fazemos o que fazemos e o que produzimos ao fazer o que fazemos. Como educadores(as), temos uma oportunidade valiosa que vai além da informação: educar para a vida e o viver em tempos de incerteza e mudanças e, portanto, considerando o corpo, a mente, o espírito e a coletividade da qual fazemos parte. Mas, por outro lado, ao mesmo tempo, é mais uma grande responsabilidade.

Quais riscos podem surgir quando a tecnologia passa a ocupar espaços tradicionalmente mediados pelas relações humanas e pela experiência comunitária?

Um risco, que também já é uma realidade, é o impacto das tecnologias digitais nas relações sociais. A Organização Mundial de Saúde publicou, em 2025, o Relatório da Comissão sobre Conexão Social. O relatório indica que a solidão tem sido experimentada por uma a cada seis pessoas no mundo. Os adolescentes e jovens estão entre os públicos mais afetados, por exemplo. O relatório aborda essa questão sob diferentes aspectos, um deles diz respeito às tecnologias digitais. O relatório faz menção ao isolamento social decorrente da pandemia, mas indica também que a tecnologia digital, para além da pandemia e do isolamento social vivido naquele contexto, a depender do modo como é utilizada, tem contribuído para produzir distanciamento e desconexão social. A desconexão social é certamente um risco à solidariedade e à experiência comunitária. Curioso, e preocupante, é o fato de que frequentemente associamos as tecnologias digitais e as redes sociais digitais à conexão, à proximidade e à ampla comunicação, mas o relatório traz dados e

indicativos de que a tecnologia tem produzido relações distanciadas e corroborado para menor vinculação e conexão entre as pessoas. No que tange à tecnologia digital, ter seguidores, muitas interações em aplicativos de mensagens ou redes sociais, comunicação instantânea não garante ou significa maior solidariedade, pertencimento ou saúde física, psíquica e social. Nesse sentido, um risco, e um problema atual, é nos relacionarmos virtualmente e nos isolarmos social e comunitariamente.

Em sua percepção, quais competências humanas se tornam ainda mais essenciais em um mundo atravessado pela automação e pelos algoritmos?

Esta é uma questão antropológica, política e, mais uma vez, ética, né? Na perspectiva humanista, penso que a empatia, o pensamento crítico, a curiosidade, a comunicação dialógica, a responsabilidade social estão entre competências, certamente, muito importantes. A empatia aliada ao pensamento crítico pode fazer frente à indiferença ou à naturalização das violências e desigualdades de nosso cotidiano. A empatia diz respeito a uma saída de si ou, ao menos, um descolamento dos valores e juízos pessoais, para acolher e compreender o outro sem julgá-lo. E o pensamento crítico, uma ferramenta de crítica social, e de autocrítica, constante. No contraste com automação e a lógica dos algoritmos, tais competências podem fortalecer a conexão social - o que havíamos comentado na questão anterior, ao nos referirmos ao estudo da Organização Mundial de Saúde. Destaco também a curiosidade como uma importante competência, porque a entendido como uma expressão de nossa interioridade, de nosso espírito. Manter viva nossa capacidade de curiosidade é cultivar, no meu entendimento, um motor de transformação pessoal e coletiva. A curiosidade, penso, é uma expressão de nossa humanidade, manifesta nossos desejos e nossas necessidades de realização. Já a comunicação dialógica, certamente, se sustenta pela

nossa capacidade empática. No entanto, menciono-a como uma competência em específico, pois a lógica das redes e da automação produz um contexto em que comunicamo-nos com um outro genérico, abstrato, descorporificado. A comunicação dialógica, por sua vez, pressupõe diálogo que leve, necessariamente, o outro em consideração. Portanto, não é possível uma comunicação dialógica com sujeito abstrato. Concluo mencionando a responsabilidade social, pois ela implica o exercício responsável de nossa liberdade, implica a ética e a política na convivência comunitária.

A inteligência artificial amplia o acesso ao conhecimento, mas também pode aprofundar desigualdades. Como a educação pode enfrentar esse paradoxo?

Há questões que transcendem a educação, se a pensarmos na esfera escolar, institucional. Nesse paradoxo, há lutas políticas, econômicas e culturais que precisam ser travadas no âmbito dos governos e da sociedade civil. Uma forma com que a educação pode enfrentar esse paradoxo do acesso ao conhecimento e da ampliação das desigualdades, no meu entendimento, é por meio da produção qualificada de conhecimento científico e de sua ampla circulação. A IA generativa, por exemplo, se não for bem discutida e aplicada, pode nos causar sérios problemas. Inclusive de confiabilidade. Confiabilidade no conhecimento, na formação profissional, na gestão pública e privada, portanto, nas instituições. Tal situação que geraria (ou gera) uma grande crise social. Portanto, produzir conhecimento qualificado e se beneficiar das tecnologias para sua maior difusão. Esse é, no meu entendimento, um modo de enfrentar a desinformação e as desigualdades produzidas pela concentração de poder e conhecimento extraído dos dados pessoais que circulam nas plataformas digitais.

Assim, pensando em termos macro e micro, o enfrentamento do paradoxo pela educação, a meu ver, passa pela constru-

ção de conhecimento científico com integridade e qualidade, e por discutir, com compromisso social, o que significa educar e qual educação nossas instituições estão promovendo. Uma educação para adequação às necessidades contemporâneas ou uma educação engajada na construção do futuro que desejamos? Um futuro socialmente justo e ambientalmente sustentável.

A inquietude é um elemento central do pensamento agostiniano. Como manter vivos, nos estudantes, a curiosidade, o pensamento crítico e o desejo de aprender em um cenário de respostas rápidas e automatizadas?

Ótima pergunta! Permita-me retomar duas das competências humanas que considere fundamentais para enfrentar os desafios contemporâneos: a curiosidade e o pensamento crítico que, na perspectiva agostiniana, vemos, manifestam-se na “inquietude”. Manter viva essa capacidade da inquietude, penso, requer mais sensibilidade e humanismo do que técnica, conteúdo e informação. Como seres sociais, nossa subjetividade se constitui e se desenvolve na relação com nosso meio social (físico, interpessoal, cultural, político, econômico). Essa relação, como a pedagogia e a psicologia da aprendizagem, nos mostra, nos afeta, nos mobiliza e gera desafios, de diferentes ordens, os quais, podemos dizer, até intuitivamente, ou instintivamente, nos levam à busca de respostas, soluções. Portanto, como uma capacidade psicológica, do espírito humano, a inquietude precisa ser, antes, acolhida, reconhecida, estimulada. A tarefa da educação contemporânea, e nossa, como educadores(as), é não castrar a curiosidade ou a inquietude, viva nos estudantes em todas as etapas do desenvolvimento, a começar pela infância. A inquietude é o motor ou, dito de outro modo, a energia fundamental do conhecimento e da transformação. Para mantê-la viva é importante que, enquanto educadores(as), nos aliemos a ela. Em um cenário de respostas rápidas e automatizadas, um

jeito de fazer isso é dedicar tempo à escuta genuína de nossos(as) estudantes, conviver com eles(as), gastar tempo com eles(as), convidá-los(as) a observar o que é tido por óbvio e refletir a esse respeito, bem como perceber os sentimentos e as intuições a respeito de tais experiências e das realidades que vivem(os). Acolher a inquietude, educar o olhar e a escuta, reconhecer os sentimentos próprios e dos outros são processos humanos, insubstituíveis, fundamentais e muito alinhados ao pensamento e ao carisma agostiniano.

Em sua experiência com juventudes e cultura contemporânea, quais impactos da inteligência artificial podem ser observados na forma como os jovens constroem identidade, vínculos e projetos de vida?

Em minha experiência, no Juventudes, Política, Interseccionalidade e Território (JUPLITER), grupo de pesquisa, ensino e extensão na PUC Minas, um grupo interdisciplinar que se constitui com expressiva participação de docentes e discentes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e de Psicologia; desde 2023, temos desenvolvido pesquisas e projetos de extensão universitária relativos às juventudes e às desigualdades urbanas e digitais. Nessas pesquisas, vemos o quanto as tecnologias digitais afetam as so-



ciabilidades, a circulação e a ocupação dos espaços públicos pelos jovens, de diferentes classes sociais e territórios da cidade, e consequentemente como afetam suas identidades, os vínculos e os seus projetos de vida. Um exemplo, que pode parecer simples, mas talvez ilustre de modo prático, e mais visual, o que estamos falando: jovens que decidem o rolê que farão consultando o perfil nas redes sociais do bar, restaurante ou festa em que desejam ir. Na consulta prévia, observam mais do que o endereço ou dicas de como chegar ao local; observam as pessoas que frequentam o espaço, as roupas utilizadas por elas, o cardápio e o ambiente, observam a culinária; observam, em suas palavras, “a vibe do lugar”.

Essa consulta prévia impacta a escolha, se irão ou não a esse rolê, modula a experiência, modula o modo como irão ou não se colocar naquele ambiente, inclusive interferindo na escolha das roupas que irão ou não usar. Essa prática que descrevi pode estar naturalizada, e tomada por óbvia contemporaneamente, no entanto, pode estar na base, por exemplo, do reforço por gostos e estilos, e na busca cotidiana por ambientes mais alinhados às preferências pessoais, uma espécie de reforço da identidade. Ou seja, há em alguma medida, nessa experiência, um controle de variáveis que poderiam ocasionar mais encontros com o diferente e com a diferença. A interação com perfis de preferência, pela lógica das redes e seus algoritmos, acaba retroalimentando mais perfis e baladas com o mesmo estilo, mediante seu histórico de visita, posts, marcações e interações.

Em outro momento, essa consulta prévia não seria possível e muitas descobertas se dariam no lugar, gerando outras experiências e sociabilidades. Esse é um exemplo, mas é possível pensar diferentes camadas dos impactos da tecnologia entre as juventudes, como são os casos dos perfis privados nas redes sociais digitais, das manipulações de fotos com filtros ou modificadas por IA, especialmente no que tange à preocupação estética com o corpo e os

padrões sociais. A inteligência artificial, nesse sentido, está muito presente, por exemplo, na gestão das redes sociais, ofertando conteúdo de forma cada vez mais “personalizada” (por quem? e para quê?), a partir da análise dos dados que são informados e capturados pelas plataformas. Cabe uma longa discussão. Em breve, deveremos publicar dados das pesquisas em andamento, algumas delas relativas também à interseção das tecnologias com as políticas públicas, políticas urbanas e a exclusão social.

Em sua percepção, qual é o papel das escolas confessionais católicas diante dos desafios éticos e humanos provocados pelo avanço da inteligência artificial?

As escolas confessionais têm um importante papel, especialmente por seu compromisso com a defesa e a promoção da dignidade humana e do bem comum. Fomentar o uso crítico e com responsabilidade social da inteligência artificial faz muita diferença. As escolas católicas podem contribuir, significativamente, com a formação de estudantes e, consequentemente, profissionais, com a formação também de seus familiares, tornando-os sensíveis às questões de seu tempo histórico. A formação cidadã e engajada, assumida com protagonismo e responsabilidade social, pode ser um diferencial para liderar a resolução dos desafios que despontam na era da inteligência artificial. Além da formação acadêmica de excelência, a formação humana integral pode ser diferencial por não se pautar apenas no conhecimento técnico, mas ser uma educação que se responsabiliza também pelo cuidado com a natureza, com a coletividade e com a justiça social.

Quais contribuições a Psicologia e as Ciências Sociais podem oferecer para uma compreensão mais crítica da relação entre inteligência artificial, educação e sociedade?

Considero que a Psicologia e as Ciências Sociais podem contribuir desvelando a



naturalidade com que a inteligência artificial tem se difundido sem uma clara regulamentação e oferecerem alternativas relevantes. A Psicologia, penso, pode ter uma contribuição significativa ao desenvolver pesquisas e participar da elaboração de políticas referentes aos efeitos do uso de Inteligência Artificial sobre o desenvolvimento intelectual e afetivo na aprendizagem. E também referente ao trabalho, à gestão do trabalho docente e à saúde mental. A saúde mental no trabalho já é questão para o debate público. E com a expansão da inteligência artificial e seus impactos sobre o mundo do trabalho, certamente, será uma questão ainda mais relevante. Relacionando a saúde mental no trabalho, de modo especial no âmbito educacional, vemos professores lidando com jornadas exaustivas e com inúmeras tarefas mediadas pela tecnologia, ou por elas suscitadas. Discutir as novas realidades do trabalho e da educação, e seus impactos sobre saúde, aprendizagem e o bem viver, é uma tarefa urgente, na qual a Psicologia tem muito a se envolver e contribuir.

Já as Ciências Sociais, eu destacaria sua contribuição, em especial, nas esferas institucionais e culturais. Institucional, pois precisamos pensar com seriedade os riscos à democracia, a formas de participação

política e dimensão da representatividade e da vida pública, concentração de poder e gestão de dados sensíveis. Na esfera da cultura, as Ciências Sociais têm papel importante nos estudos relativos aos hábitos, comportamentos e consumo. Dito isso, ela pode contribuir bastante com os estudos comparados, por exemplo, visto que lhe são bastante tradicionais.

Para finalizar, que horizonte pode ser vislumbrado para a educação nos próximos anos e quais esperanças são fundamentais preservar nesse caminho?

Atravessamos um momento de profundas transformações, elas perpassam as diferentes instituições sociais, não apenas as instituições educativas. Nos próximos anos, a educação será bem desafiada. No que compete às tecnologias e IAs, o grande desafio passa por estabelecer as práticas de bom uso e ampliar a discussão ética e política a seu respeito. A escola e as universidades vivem sob pressões econômicas relevantes. A mercantilização e financeirização da educação é hoje uma realidade que precisa ser debatida.

Às escolas católicas e às universidades, caberá disputar o sentido da educação e construir novos horizontes utópicos. Hoje muito se fala sobre a necessidade de sonhar coletivamente outros futuros. Os horizontes da educação com sentido, significado e incidência política passam por assumir esse processo e, em boa medida, liderá-lo.

Quanto às esperanças a serem preservadas, considero a arte e a ciência como duas importantes dimensões. São fontes de esperança. A arte pela sua força humana, expressão da interioridade, do espírito e, ao mesmo tempo, não conformidade. Ela, a arte, pode ser horizonte de sentido. Já a ciência, em tempos marcados pela desinformação, negacionismo e simplificação de debates públicos, pode preservar a confiança, tão importante para a coesão social, por meio da produção qualificada de conhecimento, preservando o diálogo e a possibilidade de transformação social. Manter viva a confiança nas pessoas e na capacidade de aprender, criar e transformar o mundo torna a educação lugar privilegiado de expressão e realização humana.



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E PASTORAIS

Este bloco reúne relatos, experiências e reflexões sobre as oficinas realizadas na Rede Lius, evidenciando caminhos pedagógicos e pastorais para a integração ética e humanizadora da inteligência artificial no cotidiano escolar. As práticas revelam o compromisso com uma educação inovadora, crítica e inspirada pelos valores da Educação Católica e da tradição agostiniana, fortalecendo processos formativos pautados no diálogo, na criatividade, na interioridade e na construção coletiva do conhecimento.

EDUCERE - EDUCAÇÃO CORPORATIVA AGOSTINIANA PROMOVE 1º CICLO FORMATIVO EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E FORTALECE CULTURA DE INOVAÇÃO EDUCACIONAL



Com o compromisso de fortalecer a inovação de forma abrangente, o Educere realizou uma série de formações em **Inteligência Artificial** voltadas a diferentes públicos. A proposta integra a estratégia de transformação digital, conectando práticas pedagógicas, tecnologias, gestão e processos.

Para responder aos desafios do letramento pedagógico em IA, de fevereiro a maio de 2026, a Escola Agostiniana realizou o 1º Ciclo Formativo em Inteligência Artificial, uma iniciativa que mobilizou diferentes equipes da instituição e reafirmou seu compromisso com uma educação conectada aos desafios do presente e às possibilidades do futuro.

A inovação tem sido uma das marcas da Escola Agostiniana na busca permanente pela excelência educativa. Em 2026, esse compromisso ganhou ainda mais força com a promoção de um amplo percurso formativo voltado à compreensão e à aplicação consciente da Inteligência Artificial nos contextos educacionais e administrativos.

Estruturado para atender a diferentes públicos da rede, o ciclo teve como objetivo ampliar o conhecimento sobre as potencialidades da Inteligência Artificial, favorecendo seu uso ético, crítico e responsável. Mais do que apresentar ferramentas tecnológicas, a proposta buscou desenvolver competências capazes de contribuir para a leitura dos cenários contemporâneos e para a qualificação das práticas profissionais.

Ao longo do primeiro semestre, analistas de área (componente curricular), analistas de série (acompanhamento dos estudantes), gestores, diretores, supervisores, professores, equipes de revisão, diagramação,

secretaria, psicopedagogas e profissionais de apoio participaram de encontros conduzidos pelos especialistas em Tecnologia Educacional da Rede Lius Tiago e Marlos. As formações foram organizadas em trilhas específicas, considerando as atribuições e necessidades de cada grupo.

Participaram da iniciativa mais de 90 colaboradores, ampliando o alcance da proposta em toda a instituição. Ao longo dos encontros, os participantes refletiram sobre as potencialidades da Inteligência Artificial como ferramenta de apoio à aprendizagem, ao planejamento pedagógico, à produção de materiais educacionais e à gestão institucional. Em todas as etapas, as discussões estiveram fundamentadas nos princípios éticos e humanizadores que orientam a missão educativa agostiniana, reforçando o compromisso com uma educação inovadora, crítica e centrada na pessoa humana.

A iniciativa dialoga diretamente com as reflexões desenvolvidas no **Fórum Agostiniano** e contribui para o fortalecimento de uma cultura institucional baseada na aprendizagem contínua, na colaboração e na inovação. Nessa perspectiva, a tecnologia é compreendida não como um fim em si mesma, mas como uma ferramenta a serviço da formação integral, da criatividade e da construção de práticas cada vez mais significativas.

Com ações como essa, a Escola Agostiniana reafirma seu compromisso de preparar educadores e gestores para os desafios emergentes da sociedade contemporânea, mantendo viva a tradição agostiniana de educar para a excelência acadêmica, a ética, o diálogo e a transformação social.



Foto: Formação em IA para professores - turma 2 - 15/05/2026



Foto: Formação em IA para analistas de área - 11/02/2026



Foto: Formação em IA para analistas de série - 04/03/2026



Foto: Formação em IA para especialistas de Convivência Ética, psicopedagogos e psicólogos - 15/05/2026



Foto: Formação em IA para supervisão, gestão e direção - 25/02/2026



Foto: Formação em IA para profissionais de Secretaria e Revisão de Texto - 11/02/2026



OFICINAS DO FÓRUM AGOSTINIANO 2026

Um dos destaques do Fórum Agostiniano de Educação 2026 é a realização de oficinas temáticas voltadas à reflexão, à experimentação e à partilha de práticas educativas. Em sintonia com o tema **“Inovação, Inteligência Artificial e Valores Agostinianos”**, esses espaços promoverão o diálogo entre os desafios contemporâneos da educação e os princípios que fundamentam a tradição pedagógica agostiniana.

Ao longo do evento, educadores terão a oportunidade de participar de momentos de **socialização de experiências, oficinas práticas e vivências formativas**, conhecendo iniciativas desenvolvidas nas diferentes unidades da Rede e explorando possibilidades de aplicação em seus contextos de atuação. Mais do que apresentar metodologias e ferramentas, as oficinas buscarão fortalecer uma cultura de inovação comprometida com a formação integral, a ética, o cuidado com o outro e a construção do conhecimento em comunidade.

Agora, convidamos você a conhecer as propostas das oficinas que compõem a programação do Fórum Agostiniano de Educação 2026.

OFICINAS DO FÓRUM AGOSTINIANO 2026



OFICINA 1 O AGENTE É VOCÊ!

Como educar em um mundo mediado por Inteligência Artificial sem perder de vista aquilo que nos torna humanos? Esta oficina convida os participantes a refletirem sobre ética, intencionalidade, discernimento e valores.

Sobre a oficina: a Inteligência Artificial está cada vez mais presente na educação, mas toda tecnologia carrega escolhas, valores e intencionalidades. Nesta oficina, os participantes serão convidados a experimentar a criação de agentes personalizados enquanto refletem sobre questões éticas,

humanas e educacionais inspiradas pelos valores agostinianos.

O que você vai aprender:

- Ética e IA na educação
- Criação de agentes personalizados
- Discernimento e responsabilidade digital
- Critérios para uso consciente da tecnologia

O que você levará da experiência: referências práticas para uso da IA e uma compreensão ampliada sobre o papel humano na condução das tecnologias.

Ministrante:



Júlia Farnese Lana Diniz — Psicopedagoga, especialista em Psicanálise e Gestão de Pessoas, com ampla experiência em liderança pedagógica e formação de educadores.

Ministrante e Mediador:



Frei Ebersson Dionisio Naves, OSA — Religioso agostiniano, graduado em Filosofia e Teologia, com atuação em liderança institucional, comunicação e formação humana.

OFICINA 2

DA AVALIAÇÃO À INTELIGÊNCIA EDUCACIONAL: IA E MÉTODO PARA EDUCADORES

Como avaliar em tempos de Inteligência Artificial? Nesta oficina, os participantes irão explorar novas formas de construir avaliações, rubricas e feedbacks utilizando IA como apoio ao trabalho pedagógico.

Sobre a oficina: a Inteligência Artificial está transformando a forma como ensinamos, aprendemos e avaliamos. Nesta oficina, os participantes serão convidados a refletir sobre os desafios da avaliação na era digital e experimentar estratégias práticas para criar instrumentos avaliativos mais consistentes, alinhados às competências dos estudantes e apoiados por recursos de IA.

O que você vai aprender:

- Construir rubricas mais consistentes
- Utilizar IA para apoiar avaliações e feedbacks
- Trabalhar evidências de aprendizagem
- Promover integridade acadêmica em contextos mediados por IA

O que você levará da experiência: uma proposta de avaliação redesenhada para o contexto da Inteligência Artificial, incluindo critérios, rubricas e estratégias de feedback aplicáveis à sua prática.

Ministrante:



Tadeu da Ponte — Atua na interseção entre educação, tecnologia e desenvolvimento humano, dedicando-se ao estudo e aplicação da Inteligência Artificial para potencializar processos de aprendizagem e avaliação.

Mediadora:



Cláudia Naves — Gestão Pedagógica Institucional - Sede.

OFICINA 3

IA E EDUCAÇÃO: ENTRE O ALGORITMO E O DESEJO

Uma reflexão sobre os limites, possibilidades e desafios da Inteligência Artificial na educação, explorando tecnologia, subjetividade, desejo e formação humana.

Sobre a oficina: a oficina propõe um diálogo entre filosofia, educação e cultura digital para compreender como algoritmos influenciam escolhas, comportamentos e processos formativos.

O que você vai aprender:

- Tecnologia e formação humana
- Filosofia da IA
- Cultura digital
- Reflexão crítica sobre inovação

O que você levará da experiência: novas perspectivas para analisar criticamente o papel da tecnologia na educação e na construção da experiência humana.

Ministrante:



Renato Daniel Araújo de Faria — Atua na área de Filosofia e Educação, desenvolvendo reflexões sobre tecnologia, ética, cultura contemporânea e formação humana.

Mediador:



Clovis Oliveira — Diretoria CSA BH

OFICINA 4

AGENTES DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PRÁTICA DOCENTE: CURADORIA, ANÁLISE E QUALIFICAÇÃO DE AVALIAÇÕES

Aprenda a construir agentes de IA capazes de apoiar a análise, revisão e qualificação de instrumentos avaliativos, ampliando a eficiência e a qualidade do trabalho pedagógico.

Sobre a oficina: a proposta apresenta aplicações concretas da Inteligência Artificial no cotidiano docente por meio da criação de agentes capazes de apoiar a análise de avaliações, sugerir melhorias e qualificar decisões pedagógicas.

O que você vai aprender:

- Criar agentes no Microsoft Copilot
- Automatizar processos de revisão pedagógica
- Utilizar IA para análise de avaliações
- Otimizar o tempo de trabalho docente

O que você levará da experiência: conhecimentos práticos para construir agentes educacionais e aplicar IA de forma segura e eficiente em processos avaliativos.

Sobre os ministrantes:



Bráulio Meneses — Professor de Matemática e analista pedagógico.



Caio Pocas — Professor de Biologia e analista de área do Ensino Médio.



Leonardo Campos — Atua como supervisor pedagógico, com experiência em inovação e gestão educacional.



Gabriel Valgas — Professor de Física e analista de área do Ensino Médio.

Mediador:



Marco Henrique — Diretoria - CSA GZ

OFICINA 5

IA COMO PARCEIRA NA CRIAÇÃO DE APRESENTAÇÕES: MAIS IMPACTO, MAIS EFICIÊNCIA, MENOS RETRABALHO

Descubra como utilizar Inteligência Artificial para transformar ideias, documentos e conteúdos já existentes em apresentações mais claras, visuais e impactantes.

Sobre a oficina: a criação de apresentações pode deixar de ser uma atividade demorada e solitária para se tornar um processo colaborativo entre educadores e Inteligência Artificial. Nesta oficina, os participantes aprenderão a estruturar narrativas, organizar conteúdos e criar materiais visuais utilizando ferramentas de IA

O que você vai aprender:

- Estruturar apresentações com apoio da IA
- Utilizar Gamma, Canva e NotebookLM
- Transformar documentos em apresentações
- Criar fluxos de trabalho mais eficientes

O que você levará da experiência: uma apresentação criada ou aperfeiçoada durante a oficina e um conjunto de estratégias para continuar produzindo materiais com autonomia.

Ministrante:



Tiago Felipe da Silva — atua como professor de Educação Física no Ensino Médio e assessor pedagógico do Colégio Santo Agostinho Nova Lima, desenvolvendo projetos relacionados à tecnologia educacional, inovação e uso estratégico de dados. Na Rede Lius, participa de iniciativas de análise de dados aplicadas às avaliações pedagógicas e ao apoio à gestão institucional.

Ministrante e Mediadora:



Karina Sarsur — Psicóloga, com atuação em Desenvolvimento Humano e Educação Corporativa. Integra a equipe da Educare, desenvolvendo iniciativas de formação, aprendizagem e desenvolvimento voltadas ao fortalecimento de lideranças, equipes e da cultura institucional.

OFICINA 6

COMO LIDERAR UM TIME DE IA? CRIANDO, DESENVOLVENDO E GERENCIANDO COLABORADORES NÃO HUMANOS

Uma oficina para quem deseja compreender como estruturar equipes híbridas formadas por pessoas e agentes de Inteligência Artificial.

Sobre a oficina: a IA está deixando de ser apenas uma ferramenta para assumir funções cada vez mais próximas das realizadas por equipes humanas. Nesta oficina, os participantes aprenderão a estruturar, orientar e acompanhar agentes de IA como parte de operações reais.

O que você vai aprender:

- Criar agentes com funções específicas
- Organizar fluxos de trabalho com IA
- Estruturar equipes híbridas
- Desenvolver processos de acompanhamento e melhoria contínua

O que você levará da experiência: um modelo inicial de equipe híbrida apoiada por agentes de Inteligência Artificial, aplicável ao seu contexto profissional.

Ministrantes e Mediadores:



Marlos Alves Carmo — Empreendedor em Inteligência Artificial, fundador da Tolky e criador do Campus, atuando no desenvolvimento de soluções baseadas em dados, inovação e aprendizagem.



Matheus Arruda — Analista Sênior de Remuneração da Rede Lius Agostinianos, com certificação em MIS – Management Information Systems (Sistemas de Informação Gerencial). Atua em gestão de pessoas, desenho organizacional e inteligência de dados, contribuindo para decisões alinhadas à estratégia institucional.

OFICINA 7

COSTURA DE IDEIAS: LETRAMENTO CRIATIVO PARA DESIGN DE PROJETOS

Uma experiência prática para transformar ideias em projetos educacionais criativos, autorais e conectados aos desafios contemporâneos da aprendizagem.

Sobre a oficina: utilizando abordagens como Aprendizagem Baseada em Projetos, Art Thinking e metodologias criativas, a oficina convida educadores a desenharem experiências de aprendizagem mais significativas, colaborativas e inovadoras.

O que você vai aprender:

- Aplicar princípios da Aprendizagem Baseada em Projetos
- Utilizar estratégias de Art Thinking
- Desenvolver processos criativos colaborativos
- Estruturar projetos com intencionalidade pedagógica

O que você levará da experiência: um pré-projeto estruturado e um conjunto de ferramentas para ampliar a criatividade e a autoria em práticas educacionais.

Sobre a ministrante:



Mano Bezerra — Especialista em Design de Experiências de Aprendizagem e Formação de Educadores, atuando na construção de metodologias criativas voltadas para inovação pedagógica.

Mediadora:



Tatiane Almeida — Especialista em Educação e Evangelização na Gerência de Identidade e Pastoralidade.

OFICINA 8

TRIBUNAL DAS IAS: DISCERNIR, COMPARAR E HUMANIZAR RESPOSTAS

Uma experiência prática para discernir, comparar e humanizar respostas de diferentes Inteligências Artificiais aplicadas a contextos educacionais reais.

Sobre a oficina: esta oficina convida os participantes a colocarem diferentes modelos de IA em diálogo, comparando respostas, analisando critérios e refletindo sobre como humanizar o uso dessas ferramentas no cotidiano escolar.

O que você vai aprender:

- Comparar respostas de diferentes IAs
- Critérios de discernimento no uso pedagógico
- Humanização das interações com IA
- Aplicações em contextos educacionais reais

O que você levará da experiência: repertório prático para escolher, comparar e utilizar diferentes IAs de forma crítica e humanizada na prática educacional.

Ministrantes e mediadores:



Ricardo Gouveia — Executivo de Tecnologia focado em transformação.



Rodrigo Mourão — Engenheiro de formação, estrategista por vocação e educador por propósito. Atualmente conduz a agenda de inovação e crescimento da Rede Lius Agostinianos, impulsionando expansão, inteligência artificial e plataformas educacionais orientadas por dados.



VOZES QUE INSPIRAM O NOSSO DIÁLOGO

Especialistas em educação, tecnologia, comunicação e espiritualidade agostiniana se reúnem para compartilhar reflexões, experiências e perspectivas que iluminam os desafios e as possibilidades da formação integral na contemporaneidade. Suas vozes nos convidam a pensar, aprender e agir com sabedoria, fortalecendo o compromisso com uma educação humanizada, inovadora e inspirada pelos valores agostinianos.

A programação tem início com a **Palestra Magna “Inovação, Inteligência Artificial e Valores Agostinianos”**, conduzida por **Frei Luiz Antônio Pinheiro, OSA**, e **Padre Arnaldo Rodrigues**, sob mediação de **Frei Ebersson Naves, OSA**. O diálogo propõe uma reflexão sobre as transformações tecnológicas do nosso tempo e seus impactos na educação, destacando a centralidade da pessoa humana e os princípios da tradição agostiniana como referências para uma inovação comprometida com o bem comum.

No segundo dia, a palestrante **Manu Bezerra** apresenta o tema **“As 4 IAs do Pensamento Criativo”**, explorando caminhos para o desenvolvimento da criatividade, da inovação e do protagonismo diante das novas tecnologias. A mediação será realizada por **Marlos Alves Carmo**, que contribuirá para ampliar o diálogo entre as perspectivas educacionais e os desafios emergentes da cultura digital.

Encerrando o evento, a **Mesa-Redonda** reunirá **Tadeu da Ponte** e **Ademar Celedônio**, com mediação de **Petrônio Ferreira**, promovendo uma reflexão plural sobre os desafios e as oportunidades que se apresentam à educação no contexto das rápidas transformações sociais, culturais e tecnológicas. O momento será uma oportunidade para aprofundar o debate e fortalecer o compromisso institucional com uma formação integral que una excelência acadêmica, inovação e valores agostinianos.

Ao reunir diferentes experiências e áreas do conhecimento, o Fórum reafirma sua vocação para o diálogo, a construção coletiva e o fortalecimento de práticas educativas comprometidas com a formação integral, a inovação responsável e a construção de uma sociedade mais humana e solidária.

NOSSOS CONVIDADOS SÃO:



Frei Luiz Antônio Pinheiro, OSA — Prior Provincial da Província Agostiniana Nossa Senhora da Consolação do Brasil, filósofo, teólogo, historiador, escritor e, há 37 anos, professor. Doutor em Teologia pela FAJE, com mestrado em Teologia Patrística pelo Institutum Patristicum Augustinianum (Roma), possui ampla trajetória acadêmica na PUC Minas e no Instituto Santo Tomás de Aquino, atuando especialmente nas áreas de Santo Agostinho, espiritualidade agostiniana, patrística e teologia sistemática. É membro do Institutum Historicum Augustinianum e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, além de responsável pela Rede Lius Agostinianos, mantenedora do Colégio Santo Agostinho e de obras sociais da Província.



Padre Arnaldo Rodrigues — Pós-doutorando em Comunicação Social pela Universidade de Coimbra. Doutor em Comunicação Social pela Universidade Pública La Sapienza-Roma, mestrado em Comunicação Institucional pela Universidade Santa Croce-Roma, graduado em Gestão e Marketing, Filosofia e Teologia. Professor no Departamento de Comunicação da PUC-Rio, membro do Conselho de Identidade e Missão da PUC-Rio, assessor de comunicação da CNBB, organizador do Seminário Internacional de Comunicação Social, profissional credenciado na Sala de Imprensa do Vaticano e colaborador da Redação Brasileira do Vatican News, além de membro da Academia Nacional de Educação, Ciência e Inovação.

Mediador



Frei Ebersson Dionisio Naves, OSA — Assistente religioso e membro do Comitê do Fórum Agostiniano de Educação 2026 CSA Nova Lima.



Manu Bezerra — Mestre em Educação pela PUC Minas, pesquisa a aprendizagem criativa e o papel do professor na era do “like”. Com 25 anos de atuação na educação, possui experiências em gestão, docência e design educacional. Professora convidada da Fundação Dom Cabral, mentora da Comunidade LED da Rede Globo e parceira do Sebrae em projetos de Educação Empreendedora. Cria programas que unem design educacional e as quatro inteligências do pensamento criativo: inteligência ancestral, inteligência afetiva, inteligência autoral e inteligência artística.

Mediador



Marlos Alves Carmo — Empreendedor em Inteligência Artificial, fundador da Tolky e criador do Campus, atuando no desenvolvimento de soluções baseadas em dados, inovação e aprendizagem.



Ademar Celedônio — Diretor de Ensino e Inovações Educacionais. Professor de Matemática e autor de material didático. Acumula experiência de 30 anos no setor de Educação Básica como professor, coordenador, diretor e palestrante especializado em Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e políticas públicas para Educação. Foi diretor do Colégio Ari de Sá por 10 anos e atua no SAS Plataforma de Educação desde 2015.



Tadeu da Ponte — Educador, empreendedor e especialista em IA Aplicada, dedicado há mais de duas décadas a conectar excelência acadêmica, avaliação e tecnologia para ampliar o potencial humano.

Mediador



Petrônio Ferreira — Gestão Pedagógica CSA Contagem

PARA CONTINUAR O CAMINHO...

Ao concluirmos esta edição da Revista do Fórum Agostiniano de Educação, renovamos a convicção de que educar é um caminho que se faz no encontro, na reflexão e na esperança. As páginas aqui reunidas expressam inquietações, aprendizagens e perspectivas que nos desafiam a seguir construindo uma educação comprometida com a formação integral da pessoa e com a transformação da sociedade.

Esta publicação nasce justamente desse desejo de continuar o caminho: com esperança crítica diante dos desafios do presente, com abertura ao novo que interpela nossas práticas e com fidelidade ao carisma agostiniano que ilumina nossa missão educativa.

O Fórum Agostiniano de Educação, realizado nos dias 31 de julho e 1º de agosto, no Colégio Santo Agostinho – Unidade Nova Lima, reúne nossa comunidade educativa em torno de reflexões sobre os desafios contemporâneos da educação e os horizontes formativos da tradição agostiniana, expressos nos valores que sustentam nossa identidade e nosso compromisso institucional.

A Comissão Organizadora do Fórum Agostiniano de Educação agradece aos autores, pesquisadores e educadores que contribuíram para a construção desta edição. Cada texto aqui publicado representa um gesto de partilha, diálogo e compromisso com a excelência educativa, fortalecendo a rede de conhecimento, colaboração e inovação que caracteriza nossa caminhada institucional.

Que estas produções inspirem novas reflexões, promovam o intercâmbio de experiências e contribuam para o fortalecimento de uma educação comprometida com a formação integral da pessoa humana, à luz dos valores agostinianos.



Comissão Organizadora do Fórum Agostiniano de Educação 2026

Nossos apoiadores:



sm



SAS
EDUCAÇÃO



bhs

